

UNILETRAS

A MANIFESTAÇÃO DA LINGUAGEM NA URBANIDADE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

REITOR

Carlos Luciano Sant´Ana Vargas

DIRETOR DO SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Luis Fernando Cerri

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Djane Antonucci Correa

UNILETRAS

EQUIPE EDITORIAL

Marly Catarina Soares

Eunice de Moraes

Daniel de Oliveira Gomes

REVISOR ORTOGRÁFICO

Marly Catarina Soares e Rafhaele Maria Vieira

REVISOR LÍNGUA INGLESA

Tháisa de Andrade Jamoussi

CONSELHO EDITORIAL

Agnès Levécot - Sorbonne - Paris	Maria Tereza Amodeo - PUCRS
Alexandre Soares Carneiro - UNICAMP	Orna Messer Levin - UNICAMP
Clarice Nadir Von Borstel - UNIOESTE	Pedro Carlos Louzada Fonseca - UFG
Danglei de Castro Pereira - UEMS	Regina Dalcastagnè - UnB
Fernando de Moraes Gebra - UNILA	Rosane Cardoso - UNIVATES
Luciana Marino do Nascimento - UFAC	Rozana Aparecida Lopes Messias - UNESP/ASSIS
Luís Isaías Centeno do Amaral - UFPEL	Tânia Regina Oliveira Ramos - UFSC
Marcus Vinicius de Freitas - UFMG	Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa - UFMG
Maria Cristina de Almenida Mello Laranjeira - UC	Valdirene Zorzo-Veloso - UEL
Maria Cristina Fernandes Salles Altman - USP	Vilson Leffa - UCPel
Maria Marta Furlanetto - UFSC	

COMISSÃO DE AVALIADORES

Allan Valenza de Silveira - UFPR	Marcos Barbosa Carreira - UEPG
Antônio João Teixeira - UEPG	Maria Marta Furlanetto - UNISUL
Clarice Nadir von Borstel - UNIOESTE	Naira de Almeida Nascimento - UFTPR
Clóris Porto Torquato - UEPG	Rosana Apolônia Harmuch - UEPG
Daniel de Oliveira Gomes - UNICENTRO	Sebastião Lourenço dos Santos - UEPG
Elódia Constantino Roman - UEPG	Tânia Regina Oliveira Ramos - UFSC
Genilda Azerêdo - UFPA	Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa - UFMG
Jane Kelly Oliveira - UEPG	Ubirajara Araujo Moreira - UEPG
Keli C. Pacheco - UEPG	Valeska Gracioso Carlos - UEPG
Luísa Cristina dos Santos Fontes - UEPG	

ISSN 0101-8698

UNILETRAS

A MANIFESTAÇÃO DA LINGUAGEM NA URBANIDADE

V. 37, N. 1

Editora
UEPG

CAPA
Viviane Motim

EDITORACÃO ELETRÔNICA
Marco Wrobel

TIRAGEM
500 exemplares

UNILETRAS (Universidade Estadual de Ponta Grossa).
Departamento de Letras Vernáculas e Departamento de Línguas
Estrangeiras Modernas. Ponta Grossa, PR, Brasil, 1979 -

Anual de 1979-2007.
Semestral 2008-.

ISSN 0101-8698 - impresso CCN 078192-4
1983-3431 - on-line

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

REVISTA INDEXADA EM

GEODADOS: Base de dados da UTFPR

CLASE: Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y
Humanidades da Universidade Nacional Autónoma de México

UNILESTE: www.unilestemg.br/bbl/per3-21-20.html

UNIVILLE: www2.univille.edu.br/biblioteca

QUALIS CAPES

CORRESPONDÊNCIA/DISTRIBUIÇÃO/PERMUTAS

Revista Uniletras

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Departamento de Letras Vernáculas

Praça Santos Andrade, nº 1

Ponta Grossa – Paraná – 84010-919

Fone: (42) 3220-3191

E-mail: uniletras@uepg.br

<http://www.revista2.uepg.br/index.php/uniletras>

Permutas: intercambio@uepg.br
uniletras@live.com

VENDAS - Editora e Livrarias UEPG

Fone/fax: (42) 3220-3306

E-mail: vendas.editora@uepg.br / livraria@uepg.br

<http://www.uepg.br/editora>

SUMÁRIO

7 **Apresentação**

DOSSIÊ TEMÁTICO

A MANIFESTAÇÃO DA LINGUAGEM NA URBANIDADE

11 REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA E SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA: DIMENSÕES DE
UMA ANÁLISE TEXTUAL

Rosita Maria Bastos dos Santos

27 HUMOR NOS CONFLITOS DA RELAÇÃO MARIDO/MULHER: ANÁLISE LINGUÍSTICA
E ESTATÍSTICA

Geraldo José Rodrigues Liska

Gilberto Rodrigues Liska

41 LÍNGUA E CULTURA: NOMES DE CIDADES DO ESTADO DE ALAGOAS

Pedro Antonio Gomes Melo

57 ASSIM FALOU VALÉRY: A EXPECTATIVA MELÓDICA

Daniel de Oliveira Gomes

69 O CONTEXTO URBANO NA CRÔNICA MACHADIANA DO PERÍODO DA ABOLIÇÃO E
DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Paulo Cesar Basílio

79 ASPECTOS DO SÉRIO-CÔMICO NA PARÓDIA PÓS-MODERNA

Mail Marques Azevedo

93 BRIGA NO BECO: UMA POESIA ADELIANA

Leila Cristina Fajardo Nicolitto

- 109 A CONQUISTA DO GOSTO DO PÚBLICO LEITOR: LEITORES PORTUGUESES DE
PROSA DE FICÇÃO (1768-1820)
Simone Cristina Mendonça

TEMA LIVRE

- 123 BREVE PANORAMA DOS ESTUDOS DE LETRAMENTO(S) NO BRASIL - DOS ALFA-
BETISMOS AOS MULTILETRAMENTOS
Maria Cristina Macedo Alencar

APRESENTAÇÃO

A revista Uniletras do Departamento de Estudos de Linguagem publica sua edição de número 37, volume 1. Este volume apresenta como proposta temática uma discussão sobre o tema “Linguagem e Urbanidade”, envolvendo discursos, debates e discussões sobre relações e suas configurações que se estabelecem pela linguagem em suas diferentes manifestações. Nosso interesse é reunir visões a respeito do processo de manifestação da linguagem nas várias relações que se instituem no espaço urbano em diferentes tipos de produção linguística ou literária, através de recursos de composição textual e do uso comum ou da reinvenção da linguagem. Os trabalhos recebidos correspondem às variadas abordagens de estudos ligados à Linguística, à Educação e à Literatura. Neste volume os artigos recebidos compõem a seção Dossiê Temático por contemplarem o tema específico deste volume: A Manifestação da Linguagem na Urbanidade e a seção de Tema Livre. São nove artigos escritos por pesquisadores/autores de diferentes instituições de Ensino Superior – Graduação e Pós-Graduação – das mais diversas regiões do país.

O primeiro artigo “Representação discursiva e sequência argumentativa: dimensões de uma análise textual” de autoria de Rosita Maria Bastos dos Santos traz a campo a análise textual, com enfoque para aquele desenvolvido no campo da Análise Textual dos Discursos com a proposta de que as questões de estruturação e organização textual sejam observadas, atentando para o caráter pragmático-comunicativo do texto. Este artigo apoia-se no princípio de que o propósito comunicativo, sobre o qual está pautada a argumentação, tem como objetivo obter de uma pessoa, ou auditório, adesão de um ponto de vista adotado (defendido) e expresso em uma alegação, na forma de tese.

O artigo seguinte sob o título “Humor nos conflitos da relação marido/mulher: análise linguística e estatística” apresenta a investigação do humor em rede social por meio dos processos discursivos e cognitivos a fim de perceber a extensão semântica e, conseqüentemente, a multissignificação presente nos itens lexicais. Para isso, o autor apresenta a análise da publicação de uma rede social que aborda a metáfora na relação marido/mulher.

Com o título “Língua e cultura: nomes de cidades do estado de Alagoas”, o autor se propõe a apresentar uma reflexão sobre os nomes próprios individuais designativos de cidades do Estado de Alagoas, à luz dos estudos onomásticos, a partir de uma descrição-crítica dos antropotopônimos e axiotopônimos registrados na Toponímia Municipal Alagoana.

O quarto artigo, de autoria de Daniel de Oliveira Gomes, promove uma aproximação da filosofia, das artes e da música, trabalhando os escritos de Paul Valéry sobre Leonardo da Vinci. Segundo seu ponto de análise, ocorreria, em Valéry, uma aproximação inevitável com a característica melódica com a qual Nietzsche intui o desmoronamento da metafísica. O artigo objetiva mostrar como a transversalidade e a errância musical do pensamento já está operada

tanto na obsessão pela paisagem em Da Vinci quanto na repetição metodológica dos escritos de Nietzsche, Blanchot e Valéry.

Paulo Cesar Basílio desenvolve seu artigo a partir do estudo das crônicas de Machado de Assis que foram publicadas na série “Bons Dias”, entre 1888 e 1889. A partir do ponto de vista do leitor e da percepção do país que se construía, no contexto urbano, moldado pelos eventos da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República, o autor analisa o posicionamento do cronista, os impactos percebidos na realidade imediata; as perspectivas de futuro; o inconformismo com as limitações da época, encortinado pela ironia e pela sutileza que aflora do mínimo do cotidiano.

O autor Mail Marques de Azevedo apresenta em seu artigo a análise da parte final do romance *The Winshaw Legacy* de Jonathan Coe, publicado em 1994, como paródia do romance policial clássico, especificamente “O caso dos dez negrinhos” de Agatha Christie. Neste viés discute conceitos de paródia, comédia burlesca e ainda reflexões sobre a escrita do livro – a biografia da família Winshaw – pelo protagonista-escritor como meios de enfatizar o caráter metaficcional do romance e seu comentário cáustico sobre o contexto econômico e político da Inglaterra contemporânea.

No artigo “Briga no beco: uma poesia adeliãna”, Leila Cristina Fajardo Nicolitto analisa, nas figuras adelianas, aspectos que possam caracterizá-las como influências sociais e religiosas de todos os tempos, sobretudo por marcar de forma decisiva o discurso de Adélia Prado, influenciando tanto a escolha dos termos como sua linguagem poética, e ainda a própria valorização estética de sua obra considerando-se a situação particular vivida pela autora em sua condição de mulher e a aproximação com o universo religioso.

O artigo “A conquista do gosto do público leitor: leitores portugueses de prosa de ficção (1768-1820)” apresenta um estudo sobre a imprensa periódica portuguesa nas primeiras décadas do século XIX. Nele a autora revela o aparecimento de jornais e revistas que foram criados com o intuito de divulgar informação e cultura, mescladas com textos de leitura leve, como as histórias ficcionais, mostrando um processo de formação de leitor específico em Portugal, o da prosa de ficção, que ascendia no país desde o setecentos.

Compondo a seção de Tema Livre, o artigo “Breve panorama dos estudos de letramento(s) no Brasil - dos alfabetismos aos multiletramentos” apresenta uma discussão de como se constituíram os estudos de letramentos no Brasil e uma reflexão sobre a validade da utilização de tal conceito nos estudos da linguagem.

Os artigos aqui publicados trazem reflexões através dos diversos enfoques trazidos pelos seus colaboradores que induzem a debates e discussões sobre os variados aspectos que circundam as relações que se configuram pela linguagem nos espaços urbanos.

Marly Catarina Soares

DOSSIÊ TEMÁTICO
A MANIFESTAÇÃO DA LINGUAGEM NA URBANIDADE

REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA E SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA: DIMENSÕES DE UMA ANÁLISE TEXTUAL

DISCURSIVE REPRESENTATION AND ARGUMENTATIVE STRUCTURE: DIMENSIONS OF A TEXTUAL ANALYSIS

Rosita Maria Bastos dos Santos*

RESUMO: A análise textual, com enfoque para aquele desenvolvido no campo da Análise Textual dos Discursos, propõe que sejam observadas as questões de estruturação e organização textual, atentando para o caráter pragmático-comunicativo do texto. Este artigo apoia-se no princípio de que o propósito comunicativo, sobre o qual está pautada a argumentação, tem como objetivo obter de uma pessoa, ou auditório, adesão de um ponto de vista adotado (defendido) e expresso em uma alegação, na forma de tese. A construção argumentativa é examinada neste trabalho tendo como ponto de partida o fato de que a estrutura, tratada aqui a partir da noção de sequência argumentativa esta, necessariamente, associada à perspectiva discursiva. Para tanto, adotamos como fundamento teórico de base a proposta de Jean Michel Adam sobre análise textual dos discursos.

PALAVRAS-CHAVE: Texto argumentativo. Responsabilidade discursiva. Sequência argumentativa.

ABSTRACT: Textual analysis, from the perspective developed in the field of Textual Discourse Analysis proposes that structuring issues and textual organization should be observed taking into consideration the pragmatic-communicative character of the text. This article is based on the principle that the communicative purpose, on which argumentation is guided, aims to get a person's or an auditorium's attention to an adopted perspective (defended) and expressed in a claim in the form of a thesis. The argumentative construction is examined in this article having as a starting point the fact that the structure, understood in this study from the notion of argumentative sequence, which is necessarily associated with the discursive perspective. This study adopted as a theoretical support Jean Michel Adam's proposal about textual discourse analysis.

KEYWORDS: Argumentative text. Discursive responsibility. Argumentative structure.

* Doutora. Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG – ro.uepg@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo central abordar aspectos argumentativos em textos de opinião e resultam de estudos¹, que tiveram como aporte teórico alguns princípios apresentados por Jean-Michel Adam. Com apoio de Adam (2008), propomos a observação do texto dessa categoria, o de opinião, sob dois pontos abordados pelo autor: as noções de representação discursiva e de sequência argumentativa. Podemos dizer que a primeira questão, a representação discursiva, encontra-se nos domínios pragmáticos através dos quais se dá a configuração textual, enquanto que a segunda noção, a de sequência argumentativa, aponta para a estruturação/organização do texto.

Em sua obra, após revisão sobre o conceito de frase e período, Adam (2008, p. 104) considera que a gramática não fornece mecanismos suficientes para delimitar uma unidade textual. Para ele, enquanto o plano de delimitação for a gramática, não se obterá uma unidade de análise textual. Nessa linha de raciocínio, o autor nos mostra que “é sobre novas bases que propomos, hoje, articular uma linguística textual desvincilhada da gramática de texto e uma análise de discurso francesa (ADF)” (ADAM, p. 43). Isto porque, segundo o autor, a linguística textual passa a desempenhar papel de subdomínio da análise do discurso. O recado talvez seja de que a linguística textual não prescinde dos

aspectos e dos efeitos das situações de interação nos lugares sociais, nas línguas e nos gêneros que influenciam os enunciados. Adam (2008) estabelece, então, um modelo de Linguística Textual que tem como preocupação delimitar o campo de **análise textual dos discursos**.

Consideramos pertinente focar que o autor empenha-se em defender que um texto configura-se como unidade complexa e heterogênea. É bastante forte em sua tese a ideia de que o texto é constituído de sequências organizadas por operações de enlace entre o que é linguístico com o que é discursivo. A partir daí, a Adam apresenta um aporte teórico pautado na linguística textual e análise do discurso em que essas duas teorias convergem para uma análise textual dos discursos. À materialidade linguística se integram os efeitos advindos de condições socioculturais, políticas e históricas que em muito orientam a estruturação que se apresenta na organização textual. Por essa razão, o autor apresenta uma unidade de base para a análise textual, a proposição-enunciado, pois:

Temos necessidade, metalinguisticamente, de uma unidade textual mínima que marque a natureza do produto de uma enunciação (enunciado) e de acrescentar a isso a designação de uma microunidade sintático-semântica (a que o conceito de **proposição** atende, finalmente, bastante bem). (ADAM, 2008, p. 106. Grifo do autor).

Em nosso entendimento, ao incidir sobre um refinamento na delimitação de uma unidade mínima do texto, o autor visa justamente dizer-nos que:

¹ As pesquisas com textos, constituintes de gêneros do argumentar, fizeram parte de projeto de pesquisa “Abordagem sobre estruturas e níveis de argumentação no texto escrito” desenvolvido na Universidade Estadual de Ponta Grossa por esta autora

- a) Qualquer análise de texto recobre análise de um ato de enunciação.
- b) Não existe enunciado isolado.
- c) Um texto deve “ser observado como um conjunto de atos ou de comportamentos” (p. 107)

Elencando uma unidade mínima de análise textual aponta-se para o fato de que na organização de enunciados há, também, uma organização enunciativa. Nesse sentido, consideramos pertinente destacar o que o autor nos mostra a respeito da noção de texto: um composto de unidades interligadas (já que não existe enunciado isolado) e:

Em grande parte, determinada pelo que chamaremos de orientação argumentativa (ORarg) do enunciado. As três dimensões complementares de toda proposição enunciada são: **uma dimensão enunciativa** [B] que se encarrega da representação construída verbalmente de um **conteúdo referencial** [A] e dá-lhe uma certa **potencialidade argumentativa** [ORarg] que lhe confere uma força ou valor **ilocucionário** [F] mais ou menos identificável. (ADAM, 2008, p. 109. Grifos do autor)

Assim, partimos da noção de que o texto deve ser tratado como conjunto de atos enunciativos entre proposições-enunciados organizadas hierarquicamente (níveis ascendentemente mais complexos)² em estruturas entre as quais se encontra a sequência textual

² Dadas entre os segmentos: palavras-signos, proposições enunciadas, frases e/ou versos, períodos e/ou sequências, parágrafos ou estrofes e partes de um plano de texto associados por operações textualizadoras capazes de garantir o princípio da continuidade (processos de ligação). (ADAM, 2008)

(aqui tratada, com mais especificidade, a argumentativa). Os dois aspectos aqui abordados são “alocados”, na teoria de Adam, em espaços diferentes (um configuracional e um estrutural). Pautamo-nos no princípio, como aponta o autor, de que o caráter estruturante do texto motiva-se pelo o que ele chama de força centrífuga, ou seja, a influência dos dados externos à constituição do texto.

A partir da análise de um grupo de vinte textos, de caráter argumentativo (textos de opinião escritos, de ampla circulação em mídias escritas.), propôs-se observar o comportamento da argumentação tendo como aporte teórico a proposta da ATD, sob dois aspectos principais: a perspectiva enunciativa e a perspectiva da organização estrutural do texto, numa concordância a respeito do fato de que, na constituição textual o estrutural não prescinde do discursivo.

PROPONDO UMA ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS

Para Adam (1992, 2008), o texto merece ser tratado como ato linguístico socialmente organizado. Em suas obras, sustenta que há a necessidade de uma proposta de análise textual dos discursos em que os elementos textuais se relacionam entre si construindo relações de sentido (o que difere de uma relação de sucessividade apenas, como já pensado em outras fases da Linguística Textual (LT)).

A Análise Textual dos Discursos - ATD terá o papel de conciliar duas linhas teóricas que, embora tenham se desenvolvido independentemente, oferecem, de seus planos

próprios de análise e metodologia, princípios que podem ser articuladas para uma análise textual dos discursos. Assim, um dos fundamentos básicos para Jean-Michel Adam (2008) em sua proposta teórica será considerar, tanto para uma definição de objeto (o texto) como para um empreendimento metodológico de análise deste objeto, que a Linguística Textual e a Análise do Discurso se articulam. A ideia é que dessas duas linhas teóricas possam ser fornecidas condições para dar ao texto um tratamento condizente com a organização sequencial que, por sua vez, será inseparável da organização configuracional-pragmática, já que são “dois princípios tão complementares quanto **repetição, ligação e segmentação**”. (ADAM, 2010, p. 10. Grifos do autor).

Tendo por base tal especificação, Adam (2008) afirma que o texto não se dissocia do discurso por compreender que à materialidade linguística se integram os efeitos advindos de condições socioculturais, políticas e históricas que em muito orientam a estruturação que se apresenta na organização textual. A partir daí, o esforço do autor é demonstrar quais aportes teóricos tanto da Linguística Textual (LT) quanto da Análise do Discurso (AD) podem compor a análise textual dos discursos (ATD). Por isso, na sua visão, será necessário considerar que:

Postulando, ao mesmo tempo, uma separação e uma complementaridade das tarefas e dos objetos da linguística textual e da análise do discurso, definimos a linguística textual como um subdomínio do campo mais vasto da análise das práticas discursivas. (ADAM, 2008, p. 43).

Fica claro que são da LT as funções de descrever as formas de articulação e os mecanismos de organização da textualidade e a ela cabe o papel, na análise de discurso, de teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui um texto (ADAM, 2008). Numa relação com essa perspectiva é que Adam organiza a ATD em níveis de análise textual. Como apresentado em Passeggi (2010), os principais níveis de análise propostos por Adam para uma ATD podem ser assim resumidos:

- a) Um nível sequencial-composicional, correspondente à própria estruturação linear do texto;
- b) Um nível enunciativo, baseado na noção de responsabilidade enunciativa (PdV);
- c) Um nível semântico, apoiado na noção de representação discursiva (Rd);
- d) Um nível argumentativo correspondente aos atos de discurso realizados no texto e que exprimem uma orientação argumentativa (Oarg).

Esses níveis são organizados na teoria da ATD em duas dimensões: a dimensão sequencial (correspondente ao item a) e a dimensão configuracional ou pragmática (correspondente aos itens b, c e d). Cada uma das dimensões tem participação na textualização e é descrita na teoria de Adam por seus elementos constituintes além da forma como se organizam na composição de unidades mais complexas.

A textualização, que sustenta um discurso materialmente falando, se deve aos componentes inerentes à situação de produção

que lhe é externa, porém, pertinente. Forças internas ao texto (campo teórico da LT) e forças externas a ele (práticas discursivas) são reguladoras na constituição estrutural do texto e ambas devem ser consideradas como bases para uma análise textual. Adam (2010, p. 97), fazendo referência ao fato de que texto e contexto são campos em associação diz que:

[...] todo texto é, por definição, um campo de **forças centrífugas** (dados externos que vão da intertextualidade às condições materiais e sócio-históricas de produção, passando pela identidade do orador encenada na enunciação e nas escolhas relativas ao gênero) e de **forças centrípetas** que garantem a unidade do texto e sua dinâmica interna. (ADAM, 2008, p. 97. Grifos do autor)

Com o objetivo de associar à análise do texto os efeitos de uma perspectiva discursiva (que atua tanto para a formação quanto para a apreensão de sentidos), Adam considera justificável (e necessário) pensar em uma teoria de “produção co(n)textual de sentido, que deve fundar-se na análise de textos concretos”. (ADAM, 2008, p.23).

Metodologicamente, o autor elege o estudo das regularidades pertinentes ao campo da análise textual (por conseguinte da LT), mas sempre salienta que é preciso reconhecer que o texto não pode deixar de estabelecer conexão com o contexto em que foi produzido. Seria o mesmo que dizer que palavras, enunciados, sequências não se apresentam numa relação com elas mesmas. Tais componentes estão “significando” porque se submetem a processos de textualização perpassados por um discurso que os sustenta. Assim,

o preceito de texto como todo organizado de sentido só poderá ocorrer tendo em vista o leitor/ouvinte para o qual se projeta ações de textualidade.

Ao descrever o campo de trabalho da LT, Adam justifica o estabelecimento de um campo de análise (textual) responsável pela descrição e pela definição das diferentes unidades textuais bem como das operações em todos os níveis de complexidade realizadas sobre os enunciados e, dessa forma, a textualização se constitui como um processo a partir do qual o texto se estabelece como unidade de sentido, pois segundo o autor:

É contra essa visão fixista da textualidade que trabalha a análise textual dos discursos, questionando as próprias fronteiras da textualidade (peritextualidade) e a ideia de um exterior (contexto) que se oporia ao seu interior (fechamento estrutural). (ADAM, 2008, p. 73)

Adam (1992, 2008) considera que a constituição do texto deve ser compreendida por sua complexidade e heterogeneidade e admite que os vários planos acionados no processo de textualização, lembrando que dois campos agem nessa organização: o textual e o discursivo.

A REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA

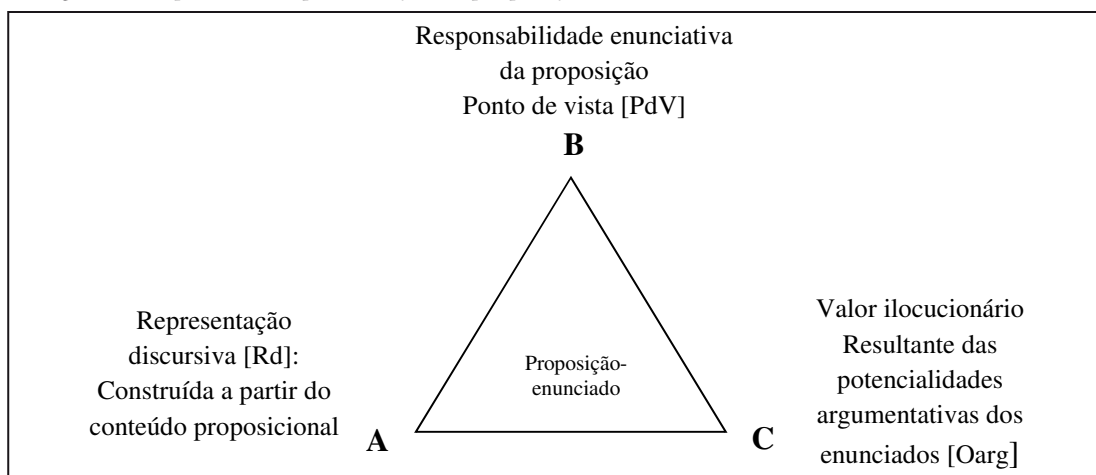
Uma proposição-enunciado está associada a um valor enunciativo que leva a certa interpretação. A responsabilidade enunciativa que caracteriza esta dimensão corresponde ao ponto de vista (PdV) a partir do qual damos conta das possíveis interpretações. É

aqui que encontramos os sinais ou as marcas através das quais o locutor se posiciona em relação ao conteúdo referencial [A]³.

É da relação entre a proposição enunciada [A] (um dito) com um ponto de vista [B] (um dizer) que derivam os valores argumentativos [C1] e os atos ilocucionários [C2] dos enunciados. O esquema a seguir⁴

representa a relação entre as três dimensões complementares de toda proposição enunciada e é apresentado por Adam (2008) como forma de resumir sua discussão a respeito da construção de uma proposição-enunciado. Eis o esquema sobre o valor enunciativo subjacente ao enunciado:

Figura 1 - esquema da representação de proposição-enunciado como microunidade enunciativa



Fonte: ADAM, 2008, p. 111.

³Assim como o autor, salientamos que a disposição dos elementos não representa nenhuma hierarquia. A disposição assim apresentada situa [A] e [C] na mesma linha correspondendo à codificação da pragmática para os atos do discurso, pois para todo enunciado [A] há uma força ilocucionária [C], mediados pela enunciação [B].

⁴A seguir, apresentamos o texto que nos permitirá ilustrar um pouco dos princípios teóricos apontados por Jean-Michel Adam.

A SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA

A fim de tratarmos o texto como conjunto de ações advindas dos processamentos discursivos e estruturantes, transitamos, agora, por uma camada de natureza organizacional: a unidade chamada sequência textual.

apresentação gráfica do esquema. Aqui, optamos por manter as disposições explicativas para cada ângulo do triângulo e alteramos a ordem das letras A e B. Com isso, a letra B, neste trabalho, ocupa o espaço da letra A da edição consultada.

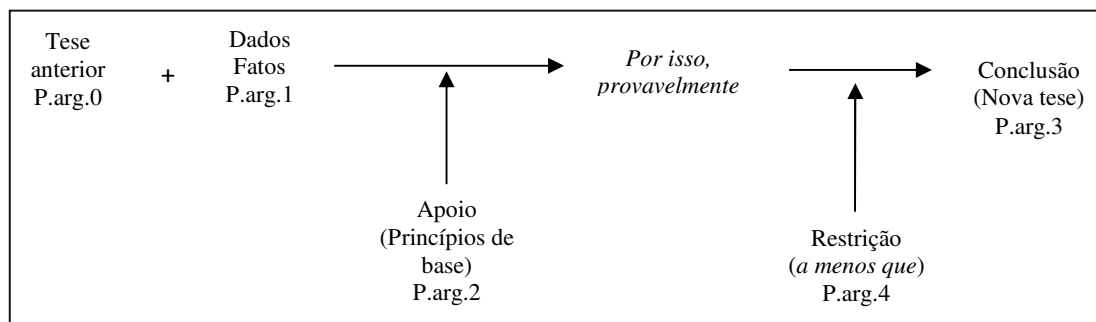
³ Seguimos, aqui, as convenções propostas por Adam.

⁴ A edição consultada para este trabalho apresenta uma inconsistência entre o texto explicativo do autor e a re-

Quando Adam (192, 2008) demonstra o processo argumentativo, ele retoma o modelo de Toulmin (2006) e acrescenta um lugar para a contra-argumentação. Tanto o modelo

original quanto a complementação de Adam representam uma célula argumentativa, a saber:

Figura 2 - Esquema da sequência argumentativa baseado em Adam (2008)



Fonte: Adam (2008, p. 234)

Em termos de ação argumentativa o que se visa é intervir nas opiniões, atitudes ou comportamentos do interlocutor ou auditério (ADAM, 1992). O esquema prototípico desta ação prevê uma combinação formada na relação dado-conclusão, evidenciando um processo em dois movimentos:

Demonstrar-justificar uma tese e **refutar** uma tese ou certos argumentos de uma tese adversa. Nos dois casos, o movimento é o mesmo, pois se trata de partir de premissas (dados, fatos) que não se poderia admitir sem admitir também esta ou aquela conclusão-asserção (C). Entre os dois, a passagem está garantida pelos procedimentos argumentativos que tomam a forma de encadeamentos de argumentos-provas que correspondem aos suportes de uma lei de passagem ou a microcadeias de argumentos, ou movimentos argumentativos encaixados. (ADAM, 1992, p. 232, grifos do autor)

Segundo Adam (1992), o processo arranja-se a partir de uma unidade de base (dado-conclusão) e o movimento (lei de passagem ou licença para inferir) com que se garante essa relação advém de procedimentos argumentativos (espaço das justificativas: encadeamento de argumentos-provas, microcadeias de argumentos ou movimentos argumentativos encaixados), valendo, na mesma medida para a refutação, caso em que a tese que está sendo defendida (ou tese anterior) pode sofrer restrições.

UM CASO ILUSTRATIVO

A versão apresentada deste texto foi publicada pelo jornal O Globo no dia 23 de outubro de 2000, segundo aquela edição, tratava-se de um texto transcrito por Kleuber Matta, já que originalmente o texto teria sido pronunciado oralmente.

Como bem ressalta Cristovam, o fato de o debatedor (chamaremos de enunciador 1 – E1) traçar a ótica através da qual ele deveria proferir sua resposta criou um relevo curioso, no sentido de condicionar a resposta, o raciocínio. Então, a partir daí, o locutor

(Cristovam Buarque, que chamaremos de enunciador 2 – E2), aceitando a condição com que deveria responder à pergunta, segue argumentando de modo a não perder de vista a proposta feita (responder como humanista e não como brasileiro). Segue o texto:

O MUNDO PARA TODOS

Cristovam Buarque

O Globo, Opinião, 23/10/2000

[1] Durante debate recente, nos Estados Unidos, fui questionado sobre o que pensava da internacionalização da Amazônia. O jovem introduziu sua pergunta dizendo que esperava a resposta de um humanista e não de um brasileiro. Foi a primeira vez que um debatedor determinou a ótica humanista como o ponto de partida para uma resposta minha.

[2] De fato, como brasileiro eu simplesmente falaria contra a internacionalização da Amazônia. Por mais que nossos governos não tenham o devido cuidado com esse patrimônio, ele é nosso. Respondi que, como humanista, sentindo o risco da degradação ambiental que sofre a Amazônia, podia imaginar a sua internacionalização, como também de tudo o mais que tem importância para a Humanidade. Se a Amazônia, sob uma ótica humanista, deve ser internacionalizada, internacionalizemos também as reservas de petróleo do mundo inteiro. O petróleo é tão importante para o bem-estar da humanidade quanto a Amazônia para o nosso futuro. Apesar disso, os donos das reservas sentem-se no direito de aumentar ou diminuir a extração de petróleo e subir ou não o seu preço. Os ricos do mundo, no direito de queimar esse imenso patrimônio da Humanidade.

[3] Da mesma forma, o capital financeiro dos países ricos deveria ser internacionalizado. Se a Amazônia é uma reserva para todos os seres humanos, ela não pode ser queimada pela vontade de um dono, ou de um país. Queimar a Amazônia é tão grave quanto o desemprego provocado pelas decisões arbitrárias dos especuladores globais. Não podemos deixar que as reservas financeiras sirvam para queimar países inteiros na volúpia da especulação.

[4] Antes mesmo da Amazônia, eu gostaria de ver a internacionalização de todos os grandes museus do mundo. O Louvre não deve pertencer apenas à França. Cada museu do mundo é guardião das mais belas peças produzidas pelo gênio humano. Não se pode deixar que esse patrimônio cultural, como o patrimônio natural amazônico, seja manipulado e destruído pelo gosto de um proprietário ou de um país. Não faz muito, um milionário japonês decidiu enterrar com ele um quadro de um grande mestre. Antes disso, aquele quadro deveria ter sido internacionalizado.

[5] Durante o encontro em que recebi a pergunta, as Nações Unidas reuniam o Fórum do Milênio, mas alguns presidentes de países tiveram dificuldades em comparecer por constrangimentos na fronteira dos EUA. Por isso, eu disse que Nova York, como sede das Nações Unidas, deveria ser internacionalizada. Pelo menos Manhattan deveria pertencer a toda a Humanidade. Assim como Paris, Veneza, Roma, Londres, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, cada cidade, com sua beleza específica, sua história do mundo, deveria pertencer ao mundo inteiro.

[6] Se os EUA querem internacionalizar a Amazônia, pelo risco de deixá-la nas mãos de brasileiros, internacionalizemos todos os arsenais nucleares dos EUA. Até porque eles já demonstraram que são capazes de usar essas armas, provocando uma destruição milhares de vezes maior do que as lamentáveis queimadas feitas nas florestas do Brasil. Nos seus debates, os atuais candidatos à presidência dos EUA têm defendido a ideia de internacionalizar as reservas florestais do mundo em troca da dívida. Começamos usando essa dívida para garantir que cada criança do mundo tenha possibilidade de ir à escola. Internacionalizemos as crianças tratando-as, todas elas, não importando o país onde nasceram, como patrimônio que merece cuidados do mundo inteiro. Ainda mais do que merece a Amazônia.

[7] Quando os dirigentes tratarem as crianças pobres do mundo como um patrimônio da Humanidade, eles não deixarão que elas trabalhem quando deveriam estudar; que morram quando deveriam viver. Como humanista, aceito defender a internacionalização do mundo. Mas, enquanto o mundo me tratar como brasileiro, lutarei para que a Amazônia seja nossa. Só nossa.

Deste texto, gostaríamos de destacar que a voz que questiona Cristovam Buarque representa a voz de um grupo para o qual a Amazônia deve ser internacionalizada por duas razões principais: por se tratar da maior área verde biodiversificada do planeta e por não ser preservada pelo governo brasileiro com o cuidado e a legislação necessário.

Consideramos que um dos pontos-chave para o debate é perspectivar um ponto de vista controverso, questão essencial para a construção argumentativa do texto. A solicitação por parte de E1 de que a resposta seja enunciada por um ponto de vista específico (humanista e não brasileiro) consubstancia

um acordo, ao qual E2, dialogicamente, acolhe em seu discurso.

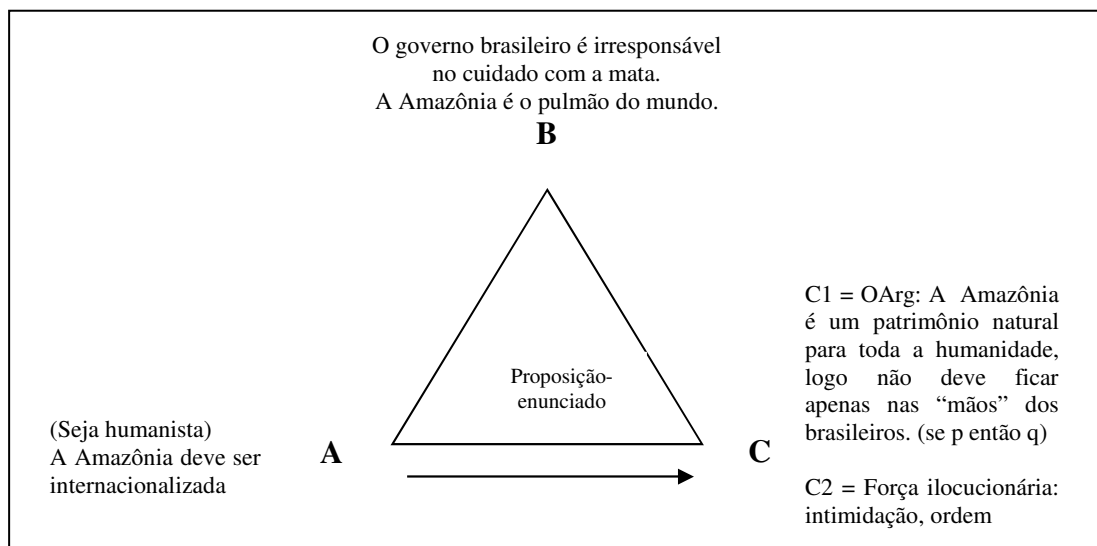
Interessante observar que, neste caso, há um cenário predefinido para o debate, qual seja: o de que Cristovam assumir a voz de uma humanista e não de sua situação nata de brasileiro. A proposta de que E2 argumente segundo um humanista, previne que argumentação recaia explicitamente sobre a defesa do ponto de vista brasileiro como bem mostra o enunciado: “De fato, como brasileiro eu simplesmente falaria contra a internacionalização da Amazônia.”.

Podemos considerar que a voz que aponta para a conveniência em se

internacionalizar a Amazônia está subjacente à proposta de E1 que questiona E2, delinea uma tese anterior, sobre a qual E2 precisa contra-argumentar. Tomando o enunciado

(inferido) que representa o ponto de vista de que a Amazônia deve ser internacionalizada, podemos sugerir a seguinte representação:

Figura 3 - esquema representativo da perspectiva enunciativa de E1 – a favor da internacionalização da Amazônia



baseado em ADAM, 2008, p. 111

Já [E2] enuncia, através de uma rede articulada de proposições-enunciados, o ponto de vista a respeito da internacionalização da Amazônia, supondo-se humanista, numa contra-argumentação.

Observando o que se apresenta no discurso de E2, vemos que a defesa é para que a Amazônia seja nossa. O percurso pelo qual se chega a esta defesa, no entanto, não é tão direta como imaginaria E1, porquanto se tece uma rede de contra-argumentos em relação à tese de que a Amazônia precisa ser internacionalizada. Assim, faz-se presente no texto um conjunto de sequências argumentativas que formam a resposta de E2,

fugindo do previsível (de que, como brasileiro, certamente E2 diria que a Amazônia é nossa).

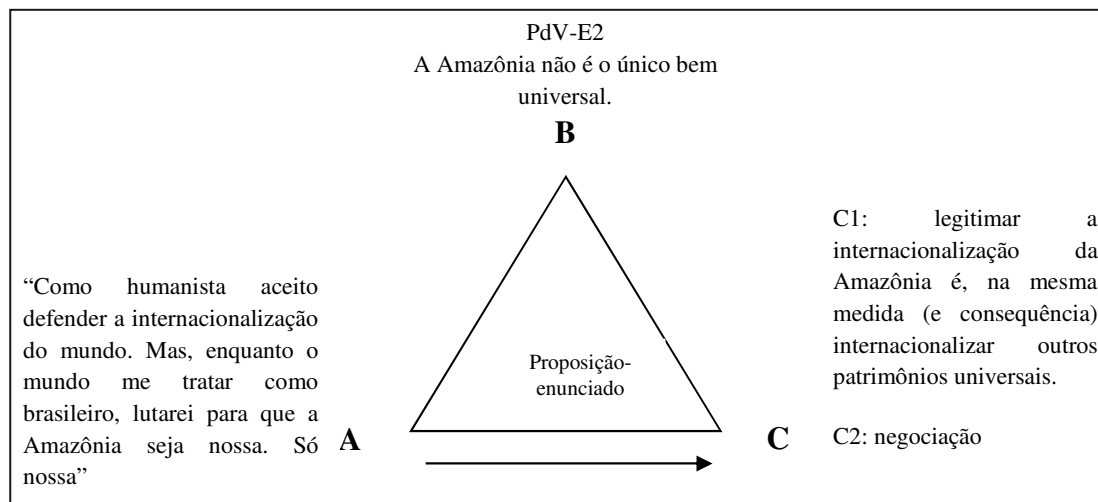
Os argumentos são construídos de modo que se sustente uma relação tensionada entre o ponto de vista humanista e o ponto de vista de ser brasileiro a respeito do tema internacionalização da Amazônia. Destas sequências, destacamos o seguinte enunciado-argumento: “Se a Amazônia, sob uma ótica humanista, deve ser internacionalizada, internacionalizemos também as reservas de petróleo do mundo inteiro”.

A construção argumentativa resultante é a de que não se justifica a internacionalização da Amazônia pelo ponto de vista de

que seu “potencial verde” faz parte da humanidade. Se outros patrimônios, também importantes para a humanidade não são internacionalizados, portanto, nessa configuração, o que respalda a internacionalização da Amazônia?

Exercitando uma vez mais a aplicabilidade do que propõe Adam (2008), propomos uma visualização do segmento acima, tecendo, assim, a seguinte disposição:

Figura 4 - esquema representativo da perspectiva enunciativa de E2



baseado em ADAM, 2008, p. 111

Observemos que a orientação argumentativa de E1 refuta a orientação argumentativa de E2. Ambos constroem o mesmo esquema lógico (se p então q), o que não significa que as orientações argumentativas, fator este que leva à identificação de representações discursivas particulares para cada enunciador, sejam pautados por pontos de vista opostos sobre o mesmo problema.

O locutor que responde à questão (E2) reconhece as condições com que deve se pronunciar a respeito da internacionalização da Amazônia. Além disso, percebe a lógica embutida na pergunta e a usa em favor da construção de seus argumentos. Interessante

observar, também, que E2 se propõe a construir, através das sequências argumentativas, a refutação da condição imposta na pergunta, ou seja, ele (o povo) enquanto brasileiro, não usufrui de nenhum benefício que tenha sido destinado pela mesma lógica com a qual ele teve que raciocinar sobre a internacionalização da Amazônia e assim ele conclui: “Mas enquanto o mundo me tratar como brasileiro, lutarei para que a Amazônia seja nossa. Só nossa.”

Até o momento consideramos apenas alguns enunciados, mas devemos esclarecer que uma análise textual se constrói a partir de redes de conexão entre

proposições-enunciados e aí, torna-se necessário considerar outro princípio orientador: o de que “passamos da série de proposições-enunciados ao seu agrupamento semântico em unidades textuais de níveis crescentes de complexidade” (ADAM, 2008, p. 203). Segundo o autor, é neste nível que a linguística textual se dissocia da gramática transfrasal, uma vez que o todo textual é muito mais que uma combinatória seriada e depende de configurações mais complexas das unidades. Ainda, segundo Adam:

As sequências são unidades textuais complexas, compostas de um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados: as macroproposições. A macroproposição é uma espécie de período cuja propriedade principal é a de ser uma unidade ligada a outras macroproposições, ocupando posições precisas dentro do todo ordenado das sequências. Cada macroproposição adquire seu sentido em relação às outras, na unidade hierárquica complexa da sequência. Nesse aspecto, **uma sequência é uma estrutura**, isto é:

- Uma **rede relacional hierárquica**: uma grandeza analisável em partes ligadas entre si e ligadas ao todo que elas constituem.
- **Uma entidade relativamente autônoma, dotada de uma organização interna** que lhe é própria, e, portanto numa relação de dependência-independência com o conjunto mais amplo do qual faz parte (o texto). (ADAM, 2008, p. 204. Grifos do autor)

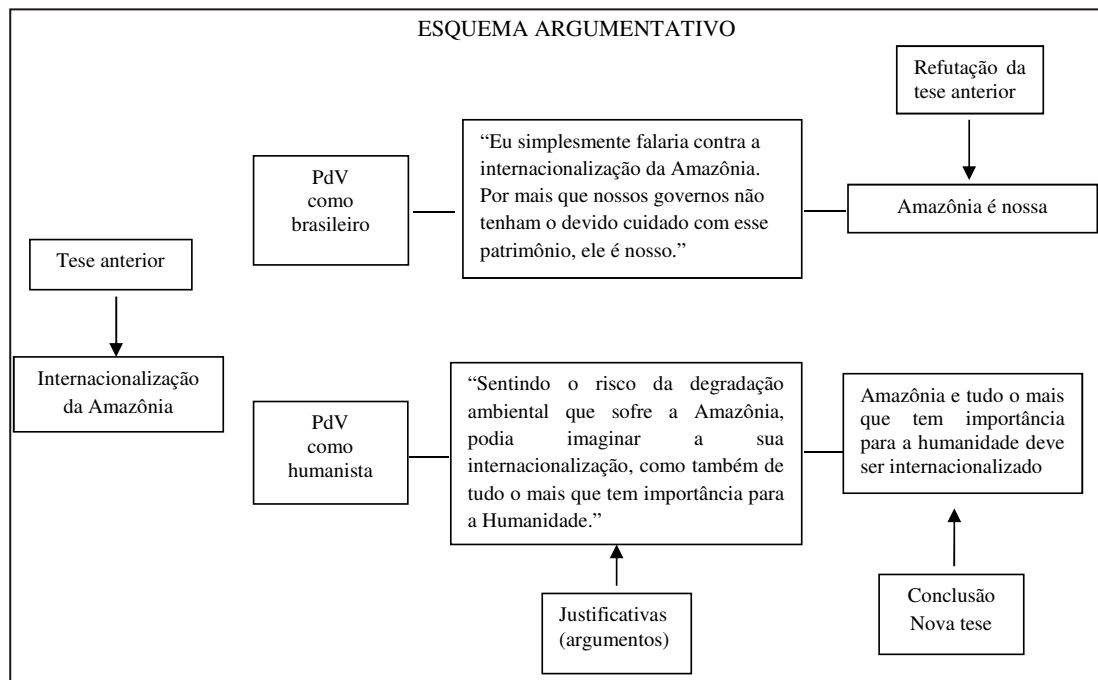
A concepção de sequência apresentada por Adam considera ainda que, conforme a combinação com a qual se estruturam as macroproposições se obtém formatações que podem ser narrativas, argumentativas, explicativas, dialogais e descritivas organizadas de modo tipificado, ou seja, hierarquicamente organizadas.

À medida que identificamos a premissa de que a Amazônia deve ser considerada um bem universal e, por isso, deve ser internacionalizada, observamos que o discurso de E2 contra-argumenta, tendo como suporte um princípio de equidade sobre a importância da Amazônia e outros bens da humanidade. O que se compõe aí é um movimento tipicamente argumentativo, ou seja, há um conjunto de justificativas que sustenta a tese, então, defendida por Cristovam Buarque (E2), que parte de uma tese anterior cujo princípio de base é a importância universal da Amazônia.

Consideremos o seguinte argumento: “De fato, como brasileiro eu simplesmente falaria contra a internacionalização da Amazônia. Por mais que nossos governos não tenham o devido cuidado com esse patrimônio, ele é nosso. Respondi que, como humanista, sentindo o risco da degradação ambiental que sofre a Amazônia, podia imaginar a sua internacionalização, como também de tudo o mais que tem importância para a Humanidade.”

Se aplicarmos ao texto um esquema com base em Adam (2008), podemos ter a seguinte configuração:

Figura 5 - esquema argumentativo com base no texto “O mundo para todos”



Podemos entender que um arranjo assim composto caracteriza uma macroproposição, constituída por proposições argumentativas.

Na composição acima, entendemos que o locutor exercita dois raciocínios. O primeiro assumindo a posição de brasileiro e a outra como humanista. Aceitando a condição do questionador (E1), o locutor (E2) fideliza-se com a proposta e atrai a atenção para sua argumentação.

Esse procedimento cria uma padrão na forma de construir o argumento a partir do raciocínio: internacionalizar a Amazônia **desde que** se internacionalizem também outros patrimônios importantes para a humanidade (reserva de petróleo, capital financeiro, grandes museus do mundo, cidades históricas, arsenais nucleares, crianças pobres do

mundo). Os argumentos assim apresentados são pautados em valor hipotético, através do qual se deduz que o mundo não está nem politicamente nem eticamente preparado para tratar da internacionalização da Amazônia. Assim, o argumento final (de que o mundo o trata como brasileiro e por isso ele defende que a Amazônia seja nossa) introduz uma nova realidade, ou seja, se antes o posto era de que o mundo precisa da Amazônia, com a rede de argumentos exposta no texto, a cada parágrafo, fica legitimado que o mundo precisa da Amazônia e muito mais.

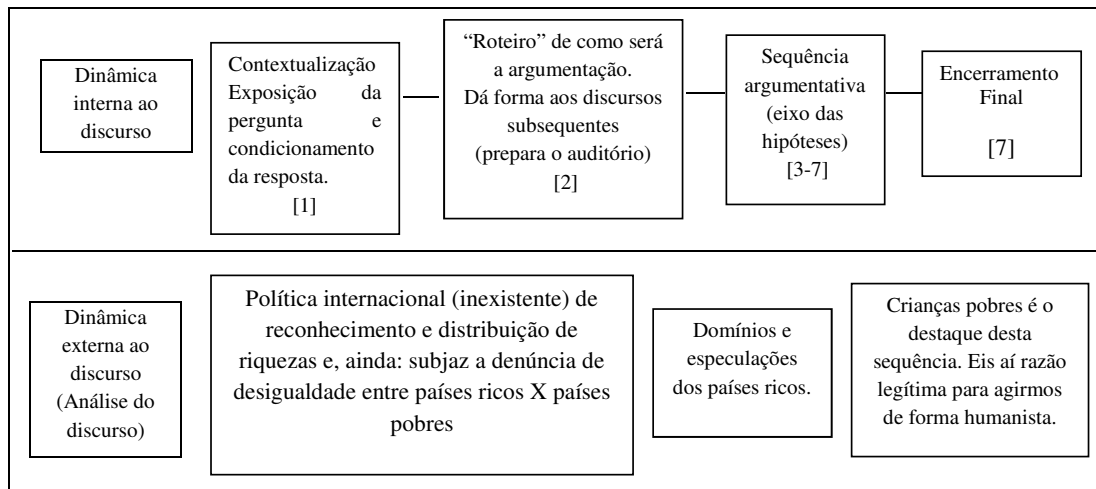
PLANO DE TEXTO

As sequências argumentativas do texto têm um relevo mais ou menos semelhante, ou seja, é possível verificar que a sequência

que estrutura boa parte dos períodos corresponde a orações que combinam o SE (hipotético) A então B (condicionamentos) Ainda que cada uma delas mereça um tratamento

mais cuidadoso e pormenorizado, optamos, por uma questão de espaço, resumir num plano de texto a constituição argumentativa do texto.

Figura 6 - esquema do plano de texto de “O mundo para todos”



Reforçando o foco a sobre construção discursiva do texto, podemos salientar que o discurso contém modalizações estabelecidas pelo futuro do pretérito. Esta modalização não deixa de estar relacionada com o universo de sentido e certamente indica um ponto

de vista do locutor. Ainda mais, indica a responsabilidade enunciativa derivada do acordo que se estabelece na abertura do debate.

A título de exemplificação destacamos alguns modalizadores:

Tabela 1 - exemplos de modalizadores presentes em “O mundo para todos”

continua

ENUNCIADOS	OArg	Responsabilidade enunciativa
<p>“SE a Amazônia, sob uma ótica humanista, deve ser internacionalizada, internacionalizemos também as reservas de petróleo do mundo inteiro.”</p> <p>“SE os EUA querem internacionalizar a Amazônia, pelo risco de deixá-la nas mãos de brasileiros, internacionalizemos todos os arsenais nucleares dos EUA.”</p>	<p>SE com valor condicionador (está dentro da proposta hipotética sugerida pelo locutor)</p>	<p>Posto como condição, o ônus da responsabilidade de pensar como humanista retorna para o questionador (e a voz que ele representa)</p>

Tabela 1 - exemplos de modalizadores presentes em “O mundo para todos”

conclusão

ENUNCIADOS	OArg	Responsabilidade enunciativa
“DA MESMA FORMA, o capital financeiro dos países ricos deveria ser internacionalizado.”	Na sequência enumerada de bens universais, o conectivo DA MESMA FORMA demonstra que tanto um como outro item da enumeração devem receber o mesmo tratamento	Há uma refutação da ideia de que a Amazônia é o único patrimônio que merece uma discussão a cerca do processo de internacionalização.
“ANTES MESMO da Amazônia, eu gostaria de ver a internacionalização de todos os grandes museus do mundo.”	Antes de uma discussão sobre a Amazônia, na visão do locutor, os museus já poderiam ter sido alvo de internacionalização	O locutor sugere que há negligência quanto ao valor que outros bens universais representam para a humanidade
“DEVERIA”	Aponta para a responsabilidade de países que devem à humanidade a internacionalização de patrimônios mais importantes para o bem comum	Embora o locutor queira chamar a atenção (além de embutir uma crítica), mantém-se distanciado

Esta última exposição tem como propósito ilustrar, a partir do texto em análise, o “processamento enunciativo” do texto que tem como propósito comunicativo, argumentar a respeito da internacionalização da Amazônia.

CONCLUSÃO

Propomos uma pequena análise textual com base nos princípios da representação discursiva e sequência argumentativa.

Evidentemente esses dois aspectos estão inseridos entre outras discussões as quais, em boa parte, revelam uma ordem e uma metodologia com a qual Adam distribui os aspectos teóricos apresentados por ele em sua obra *A Linguística Textual: introdução à*

análise textual dos discursos (2208). O autor parte de uma discussão que remonta a abordagens originárias sobre o valor do texto como objeto de estudo e segue com a delimitação das unidades que devem ser dimensionadas numa análise textual.

Nosso recorte teve como objetivo apresentar dois itens basilares da teoria proposta de Adam e por isso destacamos a noção de proposição-enunciado. Entendemos que, falando de proposição-enunciado evidenciamos que o texto é constituído de unidades organizadas para comporem unidades maiores.

Entendemos que uma organização argumentativa e um ponto de vista sejam elementos que perpassam tanto uma dimensão (o da unidade) quanto outra (dos arranjos das

unidades em sequências mais complexas). A proposta de analisar textos de opinião, tendo como aporte teórico as concepções de representação discursiva e (na) sequência argumentativa, permitiu evidenciar a tese de que o aparato textual está indissociavelmente atrelado a questões discursivas.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J.M. **Les textes: types et prototypes-récit, description, argumentation, explication et dialogue**. Paris: Nathan, 1992.
- _____. **A linguística textual: introdução textual dos discursos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. Quadro teórico de uma tipologia sequencial. In: BEZERRA, B. G.; CAVALCANTE, M. M. **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009. p. 115-132.
- _____; HEIDMANN, U.; MAINGUENEAU, D. **Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicações**. São Paulo: Cortez, 2010.
- ANTUNES, I. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola, 2010.
- BONINI, A. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; ROTH, M. (Org.). **Gêneros, teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005. p. 208-236.
- BRETON, P. **A argumentação na comunicação**. Bauru (SP): EDUSC, 2003.
- BUARQUE, C. O mundo para todos. **O globo**, Rio de Janeiro, 23/10/2000. Opinião
- GRIZE, J. B. **Logique naturelle et communications**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- PASSEGGI, L. et al. A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n) textual de sentido. In: BENTES, A.C.; LEITE, M.Q. (Org.). **Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 262-314.
- TOULMIN, S. E. **Os usos do argumento**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. São Paulo: Contexto, 2011.
- SASSERON, L. H.; CARVALHO, A. M. P. Uma análise de referências teóricas sobre a estrutura do argumento para estudos de argumentação no ensino de ciências. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v.13, p. 243-262, 2011.

Recebido para publicação em 25 out. 2015

Aceito para publicação em 20 nov. 2015.

HUMOR NOS CONFLITOS DA RELAÇÃO MARIDO/ MULHER: ANÁLISE LINGUÍSTICA E ESTATÍSTICA

HUMOR IN THE CONFLICTS OF RELATIONSHIP HUSBAND / WIFE: LINGUISTIC AND STATISTICAL ANALYSIS

Geraldo José Rodrigues Liska*

Gilberto Rodrigues Liska**

RESUMO: A língua é um sistema heterogêneo que se adéqua às necessidades da comunicação e da expressão de pensamentos. Os estudos da linguagem acompanham esse sistema aberto e em movimento, logo, observar a produtividade semântica e lexical é fundamental para compreender sua expansão. Há muita discussão sobre a produção e a representação de conceitos e suas formas, que englobam texto e discurso, fatores cognitivos e lexicais do processamento da linguagem e estudos acerca da variação e mudança linguísticas relacionadas à cultura. Este parece ser um tema interminável e sobre o qual pouca homogeneidade deve ser esperada. Este trabalho investiga o humor na rede social por meio dos processos discursivos e cognitivos a fim de perceber a extensão semântica e, conseqüentemente, a multissignificação presente nos itens lexicais. Para isso, analisaremos uma publicação de uma rede social que aborda a metáfora na relação marido/mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Humor. Semântica enunciativa. Semântica lexical. Semântica cognitiva.

ABSTRACT: Language is a heterogeneous system of codes that should suit the needs of communication and expression of thoughts. Language studies accompany this system open and in motion, so observe the semantic and lexical productivity is key to understanding its expansion. There is much discussion about the production and the representation of concepts and their forms that include text and speech, cognitive and lexical factors of language processing and studies of language variation and change related to culture. This seems to be an endless topic and about which little homogeneity to be expected. This paper investigates the polysemy of lexical meaning in the humor through the discursive and cognitive processes in order to realize the

* Doutorando em Estudos Linguísticos (Área: Linguística Aplicada. Linha: Ensino do Português) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Secretário Executivo da Universidade Federal de Alfenas. geraldo.liska@unifal-mg.edu.br

** Doutorando em Estatística e Experimentação Agropecuária na Universidade Federal de Lavras-MG. gilbertoliska@hotmail.com

semantic extension and, consequently, this polysemy in lexical items, by analyzing a publication of a social network that presents the metaphor in relation husband / wife.

KEYWORDS: Humor. Enunciative semantics. Lexical semantics. Cognitive semantics.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Entre os estudos linguísticos, vemos muitas discussões acerca da construção de sentido. Além das teorias do significado, vários enfoques têm sido apresentados sobre o assunto, sobretudo aqueles relacionados, de um lado, ao texto e ao discurso, e, de outro, aos fatores cognitivos e lexicais do processamento da linguagem.

Em consideração a tais enfoques, é necessário que nos adentremos no mundo da linguística, entendamos o funcionamento do processo discursivo, que envolve enunciados, enunciadores, condições de produção, efeitos de sentido, características pragmáticas da textualidade (intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade, intertextualidade) inseridos em determinado contexto.

Além disso, devemos percorrer os caminhos dos estudos sobre a cognição, conectando o ser humano ao mundo, ao ressaltar, para a formação da significação linguística, de natureza enciclopédica e perspectivante, o quanto são importantes as experiências vividas, a representação mental das coisas, a ativação das memórias episódica e semântica, as redes metafóricas e metonímicas e os esquemas mentais nos quais elas se formam.

No âmbito lexical, devemos observar a relação entre unidades lexicais, a flexibilidade polissêmica das palavras, principalmente

no caso do texto escolhido para este artigo, pois nos textos humorísticos é comum encontrarmos formas idênticas que evocam sentidos diferentes.

Devido à intencionalidade específica, uma característica pragmático-discursiva em qualquer texto, uma leitura deve ser realizada pela busca de pistas linguístico-discursivas, repletas de ambiguidade, intertextualidade e informações implícitas, e isso é bem evidente nos textos de fins humorísticos. Além disso, a sua materialidade histórica é reflexo das relações sociais, culturais e ideológicas de uma comunidade. Ou seja, mais que diversão, há no discurso humorístico uma manifestação social que envolve assuntos polêmicos, na maioria das vezes ligados ao preconceito.

Neste trabalho, investigaremos o humor manifestado nessa rede por meio dos processos discursivos e cognitivos a fim de perceber a extensão semântica e, conseqüentemente, a multissignificação presente nos itens lexicais. Para isso, analisaremos uma publicação de uma rede social que aborda a metáfora na relação marido/mulher. Retiramos, ainda, 25 comentários que os usuários da rede social postaram sobre essa publicação, a fim de entender como as pessoas concebem um texto de fim humorístico e os caminhos que percorrem para chegarem ao humor desses textos.

2. HUMOR, DISCURSO E SENTIDO

A linguagem é construída por meio da relação das palavras com o que está fora delas, logo, “só é possível pensar na relação entre uma palavra e o que ocorre em virtude da relação de uma palavra a outra palavra” (GUIMARÃES, 2007, p. 77), que dependerá do modo de enunciação.

O modo e o acontecimento da enunciação influenciam então o sentido da palavra, por meio dessa interação entre sujeito e mundo. Toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN, 1990).

Além disso, tanto no processo de compreensão ou expressão, o pensamento é mediado externamente por signos e internamente por sentidos, relacionados às palavras e nelas materializados. É um fenômeno do discurso, trata-se, portanto, do pensamento discursivo (VYGOTSKY, 2001). Esse processo acontece por meio da associação de campos semânticos, evocados pelas palavras e resgatados empiricamente pelos interlocutores, ou seja, recuperados pela memória episódica:

Quando se lê ou ouve um texto, constrói-se, na memória episódica, uma *representação textual* (RT), definida em termos de conceitos e proposições. Adicionalmente a essa representação mental do texto, constrói-se um *modelo episódico ou de situação* (MS) sobre o qual o texto versa. Para tanto, é preciso ativar na memória nossos modelos de situações similares, que conforme

vimos, constituem o registro cognitivo de nossas experiências, mediatas, isto é, contém acontecimentos, ações, pessoas, enfim, todos os elementos da situação a que o texto se refere [...] (VAN DIJK & KINTSCH, 1983, apud KOCH, 2003, p. 45)

Além de caminhar por uma rede semântica de associações para o sentido do discurso, deve-se levar em conta o acontecimento deste, uma vez que o “acontecimento enunciativo passa por um domínio histórico que faz funcionar a língua” (DALMASCHIO, 2008). O acontecimento discursivo é capaz de interferir no sentido das palavras, por exemplo, permitindo criar o novo sobre o que já é conhecido de determinado signo. Logo, como se referencia a palavra ou o conjunto delas no mundo, no plano real, onde a manifestação da linguagem acontece, possibilita produção dos efeitos de sentido de um enunciado. “Assim, o domínio de referência é algo da relação entre um recorte determinado pelas condições históricas do acontecimento e uma injunção desse recorte ao lugar específico de configuração da forma linguística” (DIAS, 2005, p. 119).

Alguns textos humorísticos, por exemplo, só serão compreendidos se o leitor/ouvinte perceber o acontecimento no qual esse discurso foi produzido, refletido no sentido das palavras, que provocarão o efeito de humor no texto em análise.

Vale lembrar também que, na interação comunicativa, os enunciados evocam outros enunciados, num processo de interdiscurso e intertextualidade. Isso, inclusive, é a condição de sobrevivência deles. Conforme

Guimarães (1989, p. 74), “só há um enunciado se houver mais de um. Ou seja, é impossível pensar a linguagem, o sentido, fora de uma relação. Nada se mostra a si mesmo na linguagem”.

Para exemplificar, apresentamos o seguinte texto:

Figura 1 - (1) Fátima abandona Bonner e vai fazer programa



Fonte: <http://f.i.uol.com.br/f5/geral/images/11336216.jpeg>

Nesse texto, apenas se percebe o duplo sentido do texto quando se leva em consideração o processo discursivo (a materialidade histórica, as condições de produção, a intencionalidade discursiva, o interdiscurso etc.) que motivou a produção da manchete jornalística a fim de ocasionar a metáfora na enunciação e provocar o riso.

Em relação à intencionalidade discursiva, remetemos ao termo *voluntas*

(LAUSBERG, 1966), que trata da significação intencional das palavras. Assim, reforçamos o quanto é importante a seleção lexical para a precisão semântica e, logo, para a construção ou desconstrução do sentido no texto. Os estudos sobre a sinonímia, por exemplo, revelam-na ser inexistente em uso genérico, ou seja, o que existe é uma equivalência referencial interlexical (MELO, 2006). Logo, nem se pode falar em similaridades sinonímicas em usos específicos da língua, já que a troca de palavras em um texto por sinônimos registrados no dicionário pode alterar o sentido intencional. Por exemplo, no texto a seguir, a ambiguidade lexical polissêmica de ‘prender’, que gera o efeito de sentido do texto, se quebrará ao substituirmos a palavra suprarreferida por qualquer outro de seus sinônimos registrados no dicionário.

Figura 2 - (2) Simpatia para prender a pessoa amada



Fonte: <http://www.insoonia.com/wp-content/uploads/2011/09/simpatia.jpg>

Buscamos então uma abordagem discursiva da relação marido/mulher para nosso aparato teórico que explicasse tanto o propósito da pergunta “Qual é a fêmea? Qual é o macho?” quanto o que motivou, no cenário discursivo, as suas respostas. Folks (2004) apresenta em sua tese que os textos humorísticos, em especial as piadas relacionadas à relação marido/mulher, especificamente ao casamento, pregam o oposto do que pode ser visto nos contos de fadas e nas cerimônias religiosas:

As piadas de casamento parecem contradizer o discurso das primeiras histórias infantis que, geralmente, têm final feliz - “casaram-se e foram felizes para sempre”, ou aqueles discursos oficiais das cerimônias religiosas - “o que Deus uniu o homem não separa”, “unidos na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, até que a morte os separe” (FOLKS, 2004, p. 8).

Assim, nas piadas de casamento, não há príncipes nem princesas, mas normalmente um marido gordo e cachaceiro e uma mulher feia e velha; existem infidelidade e desobediência, descumprindo o que é jurado em uma cerimônia religiosa.

Percebe-se em grande parte dos textos humorísticos que abordam essa temática um jogo de interesses, por dinheiro, da parte dela, e por sexo, da parte dele. Além disso, mostra-se o contrário do que é visto na tradição patriarcal de família, pois as mulheres mandam nos maridos¹.

¹ Há um grande acervo online sobre textos humorísticos de casais que evidencia essas afirmações. A título de exemplo, podem ser observados os textos publicados em <http://www.piadascurtas.com.br/pidas-de-marido-e-mulher/> e <http://www.piadasnet.com/piada322casais.htm>

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO TEXTO

O texto da análise foi retirado de uma rede social. Junto com ela, retiramos 25 comentários que os usuários dessa rede social postaram sobre essa foto. Assim, como resposta à pergunta “Qual é a fêmea? Qual é o macho?” do texto, temos as 25 participações a seguir, reproduzidas para a análise linguística² (1) a (25):

Figura 3 - (3) Qual é a fêmea? Qual é o macho?



Fonte: <http://www.facebook.com/humornoface>

- (1) USHAUHSUAHSA
- (2) a Femea de boca aberta ;d
- (3) 1
- (4) <<FEMEA – MACHO >>
- (5) nova essa hein
- (6) Aque ta reclamando !

² Disponível em <http://goo.gl/d4b4Ai>. Imagem coletada na internet (com os nomes dos participantes parcialmente omitidos)

(7) Minha vó tem um cachorro bege desse
i eu o preto *-*

(8) o macho e o preto... pq esta ouvindo
como sempre

(9) NOOO Q EMOCIONANTE
KKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKK

(10) facinho!kkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkk
kkkkkkkkkkkkkkkkkkkk

(11) bota de barriga pra cima q tu sabe

(12) macho e o de boca aberta e fêmea e
o queto

(13) O marron

(14) 1 a Femea de boca aberta

(15) aihn numm seihnn kkkk

(16) Bruno Rafael vc é novinho ainda pra
entender pq a fêmea é a que ta latindo
no ouvido do macho... mais uns anos e
vc entenderá a natureza das coisas.....
kkkkkkkkkkkkkkkkkkkk

(17) “Bota d barriga pra cima q tu sabe”
KKKKKKKKKKK rir alto

(18) A Femea é a que esta de boca aberta=)

(19) kkkkkkkkkkkkkkkkkkk e mesmo a fê-
mea e a q esta de boca aberta..Ola só a
caara do macho!!

(20) oo macho é oo pretoo ...

(21) A fêmea de boca a berta e o macho
o preto

(22) parecido com o cachorro do meu
irmão

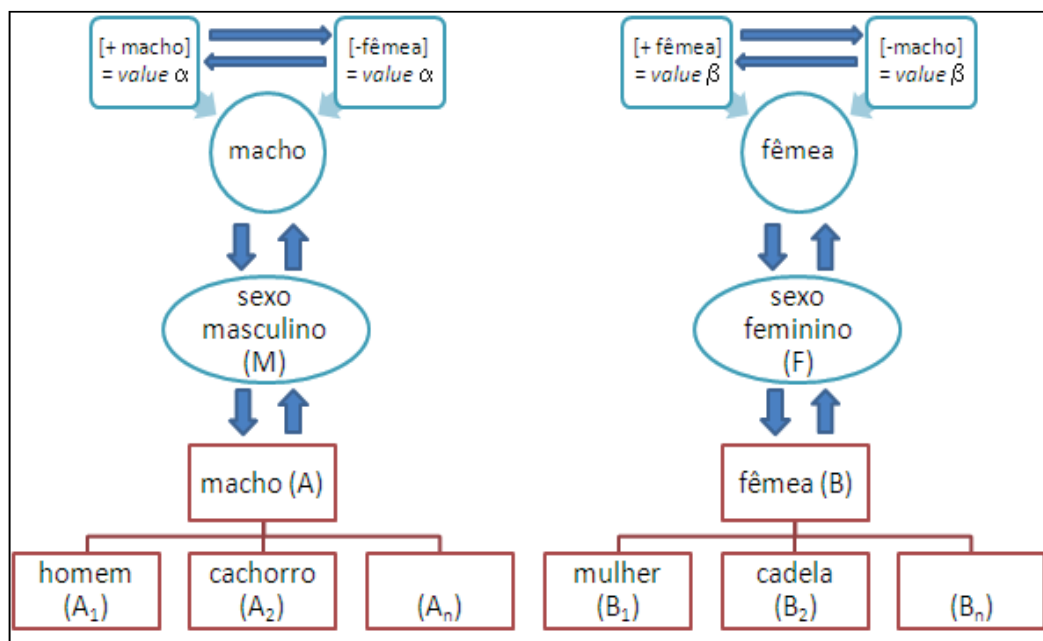
(23) O macho é que está de boca aberta!
Pq a femea estourou o cartão de crédito
... kkkk

(24) fêmea, só ver quem esta sempre
falandoo,no caso, latindo! kkk

(25) kkkkkkkkkkkkkkkkkkkkk nada a ver

Primeiramente, buscamos o significa-
do de ‘macho’ e ‘fêmea’ em três importantes
dicionários brasileiros: *Dicionário Houaiss da
língua portuguesa* (2001), *Novo Aurélio século
XXI: o dicionário da língua portuguesa* (1999) e
*Michaelis Português – moderno dicionário da lín-
gua Portuguesa* (1998). Todos eles apresentam
valores que distinguirão essas palavras em
dois campos semânticos, respectivamente:
o campo semântico do **sexo masculino** (M) e
o do **sexo feminino** (F). Neles, compartilha-
rão as mesmas propriedades, por exemplo,
os itens lexicais ‘macho’ (A), ‘homem’ (A₁) e
‘cachorro’ (A₂) em (M) e ‘fêmea’(B), ‘mulher’
(B₁) e ‘cadela’ (B₂) em (F), numa relação entre
hiperônimos (A, B) e hipônimos (A₁ e A₂, B₁
e B₂), já que $\forall x(A_n x \rightarrow Ax)$ e $\forall x(B_n x \rightarrow Bx)$ e
não o contrário, seja pelas disposições hie-
rárquicas do léxico (PIETROFORTE; LOPES,
2004) ou pela compreensão e extensão dos
termos (LYONS, 1979). Assim, nessa relação,
temos:

Figura 4 - Relação e hierarquia semântica e lexical de 'macho' e 'fêmea'

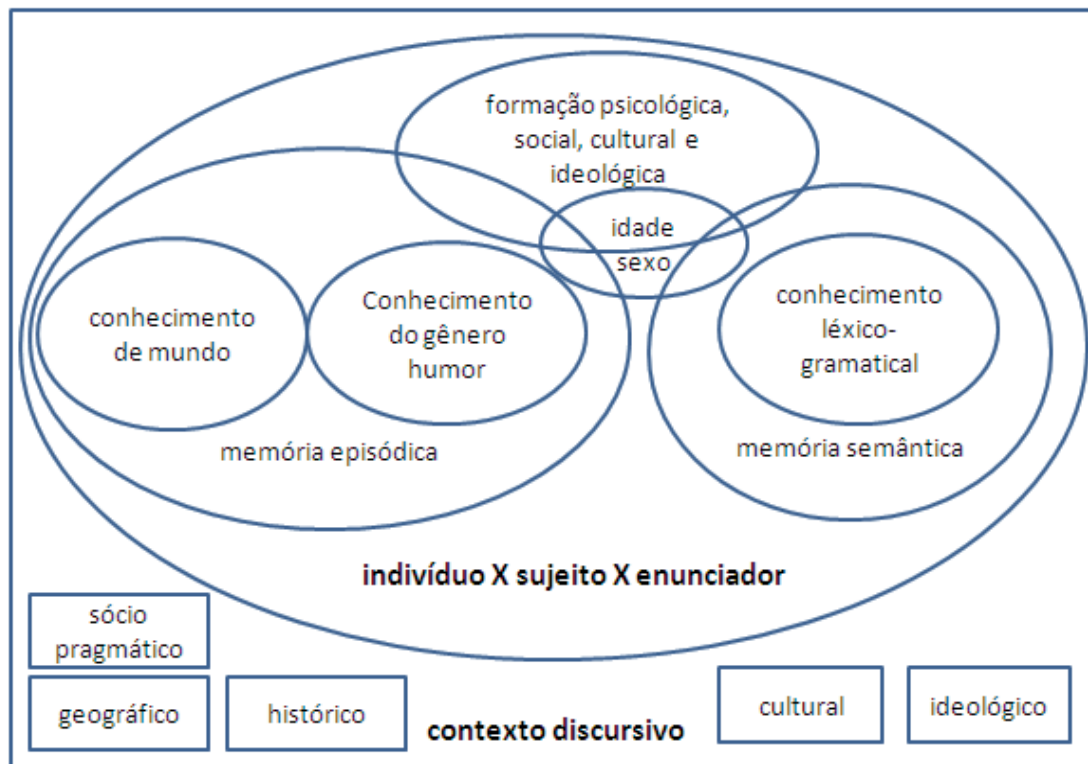


Para compreender o texto, buscando o seu efeito de sentido humorístico, vemos que as definições encontradas nos dicionários são insuficientes. Deve-se perceber a intencionalidade do criador desse texto que o submeteu a um determinado público-alvo que possa resgatar o mesmo contexto, uma vez que um discurso é “determinado por um sujeito determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas” (ORLANDI, 1987, p. 125). Por exemplo, o texto de análise pode ser veiculado em um jornal

sobre ciências biológicas e/ou animais com outro propósito, tal qual identificar o macho e a fêmea por meio de características anatômicas.

Para entender como o sentido se constrói desde o contexto no qual está inserido até o seu processamento mental, seguindo todo o referencial teórico estudado para este artigo, temos um esboço (Fig 5) com os fatores que influenciarão neste processo de significação, a fim de mostrar uma interface semântico-discursiva-cognitiva:

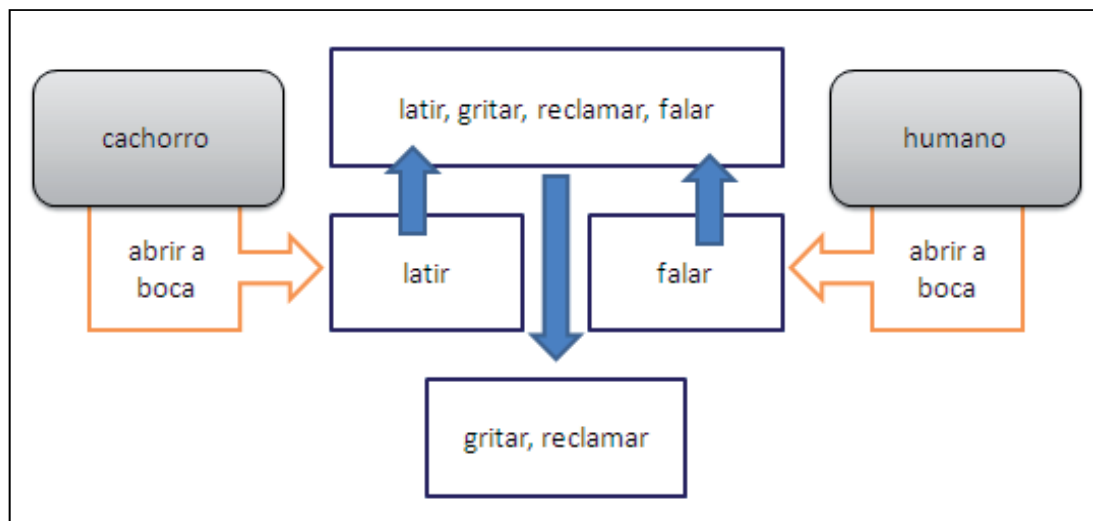
Figura 5 - Relação indivíduo X contexto no âmbito discursivo, cognitivo e lexical



Para entender o texto de análise, no âmbito discursivo, o leitor deve se posicionar no mesmo contexto cultural para levantar a intencionalidade sociopragmática do enunciado. Isso evitaria respostas como a (11), no caso de o participante não ter compreendido a intenção da mensagem no meio em que ela foi veiculada, mesmo ele se situando no espaço virtual e tempo de veiculação do texto. É importante então identificar a origem do texto. Quem faz isso, percebe que ele foi veiculado em uma página da rede social que trata de assuntos relacionados ao humor, conforme acarreta a marca d'água na parte inferior. Vemos o quanto é importante observar as relações pragmático-discursivas para a construção do sentido.

No âmbito semântico-lexical, vamos comparar, por exemplo, as respostas (11) e (23). As palavras 'macho' e 'fêmea' são as mesmas, porém para os respondentes, porém suas respostas evocam distintos sentidos e referentes. Considerando a maioria das leituras, houve uma transposição de sentidos que, num processo metafórico, personificou características próprias do universo humano. O cachorro de boca aberta, então, por analogia pragmática e progressiva ao contexto do ser humano, está 'latindo' > 'falando' > 'reclamando', pois isso é o que se espera da associação 'cachorro' e 'latir' a 'ser humano' e 'falar' nesse contexto, inclusive é o que podemos observar em respostas como a (6) e a (24). Essas ações, **nesse caso**, são sinônimas.

Figura 6 - Relação metafórica latir - gritar



Então infere-se que o sentido da pergunta ‘Qual é o macho? Qual é a fêmea’ é sinônimo de ‘Qual é o homem? Qual é a mulher?’, levando-se em conta que o leitor tenha percebido a intenção da imagem em provocar o riso e tenha ou não visuzaliado a marca d’água na parte inferior da figura,

que classifica o texto como sendo do gênero humorístico.

Montamos uma tabela para apresentar as respostas das 25 participações. Por se tratar de uma pergunta que aborda a relação entre homem e mulher, dividimos os participantes pelo sexo (Tabela 1):

Tabela 1 - Resposta dos participantes para a pergunta ‘Qual é a fêmea? Qual é o macho?’

Participante	Respostas			Resposta insatisfatória para classificação ⁴ : O que não pertencer a [1] nem a [2]
	Cachorro 1 - Fêmea	Cachorro 1 - Macho	Cachorro 2 - Fêmea	
	Cachorro 2 - Macho	Cachorro 2 - Fêmea		
	[1]	[2]		[3]
Homem	06	01		10
Mulher	05	01		02
Total	11	02		12

Em [1], temos (2), (3), (4), (8), (14), (16), (18), (19), (20), (21) e (24).

Em [2], temos (12) e (23).

Em [3], temos (1), (5), (6), (7), (9), (10), (11), (13), (15), (17), (22) e (25).

A maioria das participações satisfatórias para esta pesquisa elegeu [1] como resposta e são poucos os que escolheram [2]. Ainda assim, é necessário entender o que motivou a existência das respostas [2]. Quem as escolheu provavelmente também estabeleceu a relação entre macho/fêmea e homem/mulher, lembrando que algumas delas estão justificadas. Ou seja, diferente de algumas respostas de [3] como a (7) e a (22), espera-se que, para se ter [1] e [2], o leitor tenha compreendido a relação metafórica que proporcionou a extensão semântica do sentido dos itens ‘macho’ e ‘fêmea’. Não se exclui a possibilidade de que os leitores que responderam [3] tenham também compreendido essa relação, porém esses dados são insuficientes para a análise presente neste trabalho, pois não se enquadram nem em [1], nem em [2]. Podemos nos referir aos casos de [3] em que o leitor não conseguiu inferir o sentido intencional da mensagem, ou quando esta inferência aconteceu de forma equivocada, como “disferência lexical”.

Observamos que, se aumentássemos a amostra, provavelmente a maioria das respostas seria [1], mas para isso precisaríamos em torno de 500 respostas pra confirmar esse resultado, uma vez que na amostra de 25 pessoas existem indícios de que elas classifiquem a resposta na maioria das vezes como [1], de acordo com o teste de Qui-Quadrado³.

³ Considerando-se 5% como nível de significância do teste o valor qui-quadrado calculado para a amostra dada, sendo 2.509, e pelo teste de Qui-quadrado para dimensionamento de amostras seriam necessárias 518 pessoas para o teste com nível de 95% de confiança. A análise foi realizada no software estatístico R (R Development Core Team, 2011).

Porém, mesmo que todos os participantes se posicionem num delimitado espaço/tempo que permitiu as respostas deste questionário, ou seja, mesmo que compartilhem o mesmo contexto sociocomunicativo e cultural, ainda assim as respostas não são as mesmas, como mostram [1] e [2]. Embora a maioria seja [1], há [2], logo, existe uma intervenção cognitiva que vai aliar o conhecimento de mundo com a formação psicológica, social, cultural e ideológica para a compreensão do texto e a produção da resposta e que essa interpretação de mundo pode se apresentar diferente entre vários leitores. Conforme Widdowson (1979), o texto não tem “significado”, mas “um potencial para o significado”, que é variável para o leitor. Em (12) e (23), por exemplo, temos uma orientação cognitiva do alocutário distinta da maioria das respostas. A conclusão é diferente, porém ainda não se quebra o riso. Ou seja, na evocação de estereótipos da relação marido-mulher, temos, de um lado, por exemplo, os conflitos econômicos e financeiros dos quais a esposa é sempre culpada por gastar absurdamente o dinheiro do marido (em (23)), principalmente com futilidades; e de outro, os maridos, na maioria das vezes, quietos, pois não conseguem abrir a boca numa discussão que mais se parece um monólogo feminino, ou seja, elas não os deixam falar (em [1]). Na zona conflitante de estereótipos, Possenti (1998, p. 26) esclarece que:

⁴ Embora as respostas aqui tenham sido classificadas como insatisfatórias, pois não apontam qual é macho e qual é fêmea, ainda assim ressaltamos que em grande parte delas foi manifestado o sentimento do riso, com formas como “hahaha”, “USHAUHS” ou “kkkkk”. Ou seja, é provável que tenham entendido o texto, mas suas respostas não nos permitem a classificação em [1] ou [2].

As piadas funcionam em grande parte na base de estereótipos, seja porque veiculam mesmo uma visão simplificada dos problemas, seja porque assim elas se tornam mais facilmente compreensíveis para interlocutores não especializados. Apenas para exemplificar, nas piadas, judeu só pensa em dinheiro, mulher inglesa é fria, português é burro, gaúcho é efeminado, japonês tem pênis pequeno, nordestino/brasileiro é mais potente do que qualquer gringo grandalhão, marido é traído e esposa é infiel, brasileiro/mineiro é o mais esperto etc. (POSSENTI, 1998, p. 26).

Assim, esses estereótipos podem direcionar a interpretação do texto para diferentes compreensões, ainda sem desmotivar o riso, levando o alocutor a construir uma ponte da palavra ao sentido, influenciada pela formação ideológica e/ou cultural do leitor.

Ao separar as contribuições dos participantes por meio do sexo deles, na hipótese de que o sexo afetaria a escolha das respostas, já que se trata de um assunto que envolve o comportamento dos homens e das mulheres, observou-se que ambos acabaram compartilhando as mesmas ideias, logo, a quantidade das respostas [1] envolve numa proporção similar tanto participantes do sexo masculino como do sexo feminino. Dessa forma, vemos que não há muitas diferenças entre os pensamentos ao longo dos anos de homens e mulheres sobre a relação marido-mulher. Exemplo disso é o livro “O amor de mau humor” (CASTRO, 1991), uma antologia de frases sobre essa relação. Nele, há várias citações de pessoas do sexo masculino e do feminino,

ao longo dos últimos séculos, sobre casamento, adultério, ciúme, paixão e muitas outras palavras que se enquadram no campo lexical do amor. Percebe-se que mesmo havendo diferenças temporais, os pensamentos sobre o amor, a harmonia e os conflitos ocasionados por ele são equivalentes:

O casamento é uma cerimônia em que dois se tornam um, um se torna nada e nada se torna suportável – Ambrose Bierce (p. 37).

Nunca me casei porque nunca precisei. Tenho três bichinhos em casa que, juntos, perfazem um marido: um cachorro que rosna de manhã, um papagaio que fala palavrões o dia todo e um gato que volta de madrugada em casa – Maria Corelli (p. 38).

As relações mais felizes são aquelas baseadas na mútua incompreensão – François de La Rochefoucauld (p. 39)

Hoje em dia tem-se a impressão de que o simples fato para se estar casado constitui motivo suficiente para se cometer um crime – Guy N. Townsend (p. 42)

Minha mulher fala tanto que fico rouco só de ouvi-la – Henny Youngman (p. 69) [Da marchinha “Dá nela”, do carnaval de 1930]:

Essa mulher a muito tempo me provoca/ “Dá nela! Dá nela!” / É perigosa, fala mais que pata choca / “Dá nela! Dá nela” – Ary Barroso (p. 92).

Eu *acreditava* no diálogo civilizado entre homem e mulher – Carmen da Silva (p. 94).

Sabe por que Deus privou as mulheres de senso de humor?

Para que elas pudessem amar os homens, em vez de rir deles – Sra. Pat Campbell (p. 96).

A única paz sólida e duradoura entre um homem e uma mulher é, sem dúvida, uma separação – Lord Chesterfield (p. 174).

Seguindo a proporção da análise estatística, tendo como probabilidade a maioria das respostas ser [1], concluímos que o direcionamento metafórico da pergunta no texto tenderá a [1], independente do sexo dos participantes. Logo, torna-se consenso, mesmo que seja exagerado, o que se mime-tiza nos textos humorísticos. Como conclui Folkis (2004), em sua análise de piadas de casamento, “o segredo do casamento duradouro, pode, enfim, estar no fato do marido aceitar que a esposa mande” (p. 226) e, para exemplificar, acrescenta esta piada:

Ao ver o amigo casado há tanto tempo, o sujeito, indignado, lhe pergunta o segredo.

- Ora, meu caro, é muito simples! Nos primeiros quinze dias do mês, eu deixo minha mulher fazer o que ela quiser.

- E nos outros quinze?

- Aí, eu faço o que ela quiser! (p. 227)

Lembrando também que textos humorísticos apontam que as esposas falam demais, não escutam o que os maridos têm a dizer:

Dois amigos conversam:

- Sua mulher fala muito?

- Não posso informar com precisão. Mas, na semana passada, tive um resfriado, perdi a voz por três dias e ela nem percebeu (p. 245).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reafirmando, quando se analisam textos de fins humorísticos, percebe-se que eles se vestem de ideologia, como qualquer discurso. Os sujeitos envolvidos nesse discurso humorístico são marcados pela heterogeneidade, provando que, mais que diversão, existe uma intencionalidade específica para a (re)criação do texto. Além disso, em sua funcionalidade, são dotados de mecanismos próprios capazes de gerar o riso. Isso os torna rico material para a análise linguística e as condições de produção do discurso.

Para compreender um texto de fim humorístico, é necessário que a leitura seja realizada pela busca de pistas linguístico-discursivas, repletas de intertextualidade, ambiguidade e informações implícitas. Existe autonomia de atividade na produção da leitura de textos humorísticos, pois o leitor não é mero receptor de informações do autor. Segundo Possenti, embora o texto não seja o único fator relevante no processo de leitura, é o ingrediente mais importante, pois é ele que demanda e limita a atividade do leitor. Caso não compreenda a mensagem, será por falta de conhecimentos culturais/de mundo; linguísticos, por não entender o jogo de palavras existente; ou históricos/geográficos, por não se situar/posicionar no contexto tempo/lugar em que o discurso foi produzido.

Finalizando com as palavras de Possenti: “Se você diz a alguém que estuda piadas, o primeiro efeito que produz ainda é o riso. É uma pena que seja assim, porque as piadas são, de fato, um tipo de material altamente interessante, por várias razões” (1998, p.25), espera-se que foram perceptíveis algumas

dessas razões neste trabalho, principalmente para se perceber como se dá a relação indivíduo X mundo para a produção do sentido numa análise discursiva, cognitiva e lexical.

DICIONÁRIOS CONSULTADOS

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3.ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOUAISS, A. & VILLAR, M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

WEISZFLOG, W (Ed.). **Michaelis português-moderno dicionário da língua portuguesa (Versão 1.0)**. São Paulo: DTS Software Brasil Ltda. 1998.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1990.

CASTRO, R. (org.). **O amor de mau humor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

DALMASCHIO, L. **Enunciação e Sintaxe: Modos de enunciação genéricos na ocupação do lugar de objeto**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 103 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

DIAS, L. F. Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal. In SARAIVA, M. E. F.; MARINHO, J. H. C. (org.) **Estudos da língua em uso – relações inter e intra-sentenciais**. Belo Horizonte: UFMG, p.101-122, 2005.

FOLKIS, M. B. G. **Análise do discurso humorístico: as relações marido e mulher nas piadas de casamento**. 2004. Tese (doutorado em Linguística) — Universidade estadual de campinas, UNICAMP, Campinas, 2004.

GUIMARÃES, E. R. J. **Domínio Semântico de Determinação**. A Palavra. Forma e Sentido. Campinas: Pontes/RG, 2007, v, p. 77-96.

_____. Enunciação e história. In: GUIMARÃES, E. (org.) **História e sentido na linguagem**. Campinas, Pontes, 1989.

GEERAERTS, D. **Diachronic Prototype Semantics**. A Contribution to Historical Lexicology, Oxford, Oxford University Press, 1997.

KOCH, I. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2003.

LAUSBERG, H. **Manual de Retórica Literária**. Madrid: Gredos, 1966.

LYONS, J. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: Nacional, 1979.

LOPES, I. C. e PIETROFORTE, A. V. S. A semântica lexical. In: FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à linguística II: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2004, pp. 111-135.

MELO, C. T. Sinonímia: uma perspectiva pragmático-discursiva. In: **30 Anos do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE**, 2006, Recife. 30 Anos do PPGL, 2006.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1987.

_____. Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia. **Web Revista Discursividade - Estudos Linguísticos**. Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. Mato grosso do Sul, edição n° 09, p. 1-42, jan/maio. 2012. Disponível em <http://www.discursividade.cepad.net.br/>

EDICOES/09/Arquivos/eniorlandi.pdf. Acesso em 23 fev. 2012.

POSSENTI, S. Notas sobre a noção de acontecimento. In: FERNANDES, A. F. (Org.). et. al. **Sujeit, identidade e memória**. Uberlândia: EDUFU, 2004. p.17-25.

_____. **Os Humores da Língua**: Análises Lingüísticas de Piadas. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

R DEVELOPMENT CORE TEAM (2011). R: **A language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. ISBN 3-900051-07-0, URL <http://www.R-project.org/>

SILVA, A. S. A Linguística Cognitiva: Uma breve introdução a um novo paradigma em lingüística. **Revista Portuguesa de Humanidades**, vol. I. Braga: Faculdade de Filosofia da UCP, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WIDDOWSON, H. G. **Explorations in Applied Linguistics 1**. Oxford: Oxford University Press, 1979.

Recebido para publicação em 30 set. 2015

Aceito para publicação em 21 nov. 2015

LÍNGUA E CULTURA: NOMES DE CIDADES DO ESTADO DE ALAGOAS

LANGUAGE AND CULTURE: CITY NAMES IN THE STATE OF ALAGOAS

Pedro Antonio Gomes de Melo*

RESUMO: Este artigo se propõe fazer uma reflexão sobre os nomes próprios individuais designativos de cidades do Estado de Alagoas, à luz dos estudos onomásticos, a partir de uma descrição-crítica dos antropotopônimos - topônimos relativos aos nomes próprios de pessoa - e axiotopônimos - topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios de pessoa - registrados na Toponímia Municipal Alagoana. As análises revelaram que nesse léxico toponímico, há uma preferência do nomeador para eleição dos antropotopônimos, em detrimento dos axiotopônimos no ato de nomear cidades no Estado. E ainda, que o poder político-econômico determina a escolha dos nomes, funcionando como fator influenciador e/ou condicionador de motivação toponímica nos designativos de cidades do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico; Onomástica; Antropotopônimo; Axiotopônimo; Cultura.

ABSTRACT: This paper reflects on individual city names in the State of Alagoas, in the light of onomastic studies, from a critical description of anthroponyms – toponyms of proper names for people – and axiotoponyms, which are toponyms relative to the titles used with people’s names and registered at the Municipal Toponym of Alagoas. The analysis revealed that in this toponym lexicon, there is a preference for the name giver to select the anthroponyms over axiotoponyms when giving names to cities in Alagoas. Another aspect revealed is that the economical political power determines the choice of names, acting as an influencing and/or conditioning toponym motivational factor of city names in the state.

KEYWORDS: Lexicon; Onomastics; Anthroponym; Axiotoponym; Culture.

* Mestre em Letras pela Universidade Federal de Alagoas, professor assistente na Universidade estadual de Alagoas, petrus2207@ibest.com.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A prática de nomear lugares - atividade eminentemente humana - evidencia os efeitos da sociedade sobre o linguístico e a maneira pela qual o mundo social nele se representa, sobretudo em seu nível lexical, refletindo o modo de ver a realidade e a forma como seus membros organizam o mundo que os rodeia.

As pesquisas toponímicas, atualmente, revelam ser muito mais que uma área de investigação que trata, apenas, da questão de nomear lugares, esses estudos exercem vínculos com as etnias, com as denominações das sociedades de todos os tempos, com a cultura de cada lugar e influências internas e externas que as localidades sofrem e/ou exercem sobre os denominadores.

Nesse sentido, nosso foco é refletir sobre a relação simbólica entre língua e cultura presente em nomes próprios individuais designativos de cidades do Estado de Alagoas, à luz dos estudos onomásticos, a partir de uma descrição-crítica dos antropotopônimos - topônimos relativos aos nomes próprios de pessoa, sobrenomes, prenomes ou apelidos de família - e axiotopônimos - topônimos relativos aos títulos que acompanham estes nomes próprios.

Falar sobre estes designativos é retratar a história sócio-cultural da constituição do léxico onomástico-toponímico municipal do Estado de Alagoas, na medida em que revelam características ideológicas, fatos políticos, culturais e históricos, como também, mostrar os fundamentos do nome próprio em nossa civilização. Segundo Seabra (2006, p. 7): Datam da antiguidade as primeiras

reflexões sobre a natureza do nome. Apesar desta constatação, o estudo do nome ou do léxico é sempre um tema atual, de grande multiplicidade, uma vez que congrega o linguístico e o extralinguístico.

É importante não confundirmos o nome do município com o município propriamente dito, em outras palavras “o topônimo não é o lugar em si, mas uma de suas representações, carregando em sua estrutura sêmica elementos da língua, da cultura, da época de sua formação, enfim, do homem denominador” (CARVALHINHOS, 2009, p. 83).

Sendo assim, os topônimos podem perpetuar aspectos históricos e ideológicos de uma comunidade. Logo, observar intersecções línguo-culturais na Onomástica é perceber, pois, como determinados aspectos culturais de um grupo se imprimem nestes designativos.

Sob essa perspectiva, investigamos neste artigo os antropotopônimos e axiotopônimos identificados no léxico onomástico-toponímico municipal do Estado de Alagoas, buscando viabilizar a compreensão da inter-relação língua-cultura desse grupo sócio-linguístico-cultural alagoano.

1. O LÉXICO TOPONÍMICO: OS ANTROPOTÔNIMOS E AXIOTOPÔNIMOS

A Toponímia - do ponto de vista linguístico - pode ser compreendida como um recorte lexical de uma língua. Trata-se de um ramo da Onomástica (do grego antigo ὀνομαστική, ato de nomear) e possui como eixo central de seus estudos o signo toponímico.

Os estudos toponomásticos se vincularam aos contextos tanto linguísticos como

socioculturais, ocupando-se “do estudo integral, no espaço e no tempo, dos aspectos: geohistóricos, socioeconômicos e antropolinguísticos que permitiram e permitem que um nome de lugar se origine e subsista” (SALAZAR QUIJADA, 1985, p. 18).

O topônimo é o signo linguístico na função designativa de um espaço geográfico e/ou humano. Nessa função, segundo Dick (1980, p. 290), ele representa “uma projeção aproximativa do real, tornando clara a natureza semântica de seu significado”, assim adquirindo “um significado que resume toda a história das relações econômicas, políticas, sociais, materiais e espirituais dos homens que vivem ou viveram no meio denominado (CAMPS IGLESIAS; NOROÑA VILÁ, s.d, p. 11-12)

Os nomes referenciais de lugares se incluem em dois sistemas de classificação: o do léxico geral, modificando-se estruturalmente como os demais lexemas e no léxico específico da ciência onomástica. Dessa forma, o acervo toponímico, como recorte do léxico geral da língua, sofre todas as influências e transformações.

Nas palavras de Katamba (1993, p. 99), o léxico não consiste numa “lista passiva de palavras e de seus significados, mas um lugar cheio de vitalidade em que as regras são usadas ativamente para criar novas palavras”. Por conseguinte, compreendemos o léxico onomástico-toponímico “como um indicador línguocultural, uma vez que o modo como a língua retrata a visão de mundo de um povo evidencia a inter-relação que se estabelece entre língua, meio ambiente e cultura” (MELO, 2013, p. 162). Assim sendo, os signos

toponímicos adquirem valores que transcendem o próprio ato de nomear.

Sob essa perspectiva, cabe aos estudos toponímicos “investigar a significação e a origem dos nomes de lugares e também de estudar suas transformações” (ROSTAIN, 1961, p. 7). E ainda, observar questões extralinguísticas de natureza física e antropocultural relacionadas à motivação toponímica, pondo em evidência fatos onomásticos, especialmente aqueles ligados à Toponímia. Conforme postula Dauzat (1926, p. 7), ela “conjugada com a história, indica ou precisa os movimentos antigos dos povos, as migrações, as áreas de colonização, as regiões onde tal ou tal grupo linguístico deixou seus traços”.

No léxico toponímico, o elo língua/mundo fica evidente quando registramos os antropotopônimos e os axiotopônimos, explicando sua origem, evolução e variação em função de local, época, hábitos, costumes e personalidades representados nestes nomes locativos. Esse vínculo antropotoponímico em Alagoas é permeado por relações de poder e autoridade.

Neste contexto, o ato de nomear cidades por meio desses nomes próprios indica que o usuário da língua atribui sentidos aos topônimos pela relação que se estabelece com historicidade, ou seja, pelo saber discursivo que se constitui ao longo do tempo e produz dizeres. Com efeito, a memória discursiva torna possível esse dizer para esse sujeito num dado momento e que representa o eixo de sua constituição.

Ao tratar sobre questão da escolha de nomes referenciais de acidentes físicos e humanos, Dick (1995), explica-nos que:

a adequação da escolha, que passa pelo crivo da objetividade ou da subjetividade do nomeador, ainda que inconscientemente, será sentida ou pela reação do grupo ou pela análise posterior do linguista, em uma fase posterior, distinta do momento inicial de marcação do lugar ou do batismo da pessoa na compreensão do presente, em sua função pragmática. (DICK, 1995, p. 103)

No caso da toponímia alagoana em decorrência do processo de povoamento e colonização ao qual o Estado foi submetido, há grandes contrastes e diferenças regionais, sociais e linguísticas, constituindo dessa forma uma rede de relações toponímicas em seu léxico.

2. ANÁLISE E RESULTADOS

Doravante, serão apresentadas as análises dos topônimos aqui estudados. O *corpus* lexical foi constituído por 14 (catorze) nomes próprios individuais identificadores de municípios alagoanos levantados a partir

de consulta bibliográfica junto ao Banco de dados do IBGE na internet, como também, pesquisa documental realizada em documentos oficiais do governo brasileiro, no âmbito local e nacional, que tratavam sobre os municípios do Estado de Alagoas.

Os antropotopônimos e axiotopônimos serão apresentados em fichas lexicográfico-toponímicas adaptadas do modelo de Dick (1990) e distribuídos conforme as mesorregiões nas quais designam municípios alagoanos.

As fichas se revelam necessárias para a interpretação destes nomes próprios individuais, em virtude de conter vários campos conceituais que forneceram informações relevantes sobre cada um dos locativos que constituíram o *corpus* desta pesquisa.

2.1 MESORREGIÃO DO AGRESTE ALAGOANO

Na Mesorregião do Agreste Alagoano, registramos 4 (quatro) antropotopônimos. A saber: (1) Paulo Jacinto, (2) Minador do Negrão, (3) Girau do Ponciano e (4) Coité do Nóia na função onomástica de nomear de municípios.

01 PAULO JACINTO

Localização: Mesorregião do Agreste Alagoano; Microrregião de Palmeira dos Índios

Topônimo: Paulo Jacinto; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: Composto de origem latina: *paulus*, -i 'pouco, pequeno' + *sm. hyacinticus*, 'pedra preciosa'.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *paul-* + morfema classificatório vogal temática -o + morfema lexical *jancit-* + morfema classificatório vogal temática -o

Informações Enciclopédicas: Dois aglomerados humanos iniciais, estabelecidos na região, eram chamados pelas respectivas denominações de Lourenço de Cima e Lourenço de Baixo. O primeiro teve origem em uma capela erigida pelo proprietário, Antônio de Souza Barbosa, em homenagem à

Nossa Senhora da Conceição. Nem ele nem Lourenço Veiga, pioneiros que deram grande impulso ao povoado, foram escolhidos para dar nome à cidade. Anos depois, já no regime republicano, a localidade passou a chamar Paulo Jacinto, por sugestão da direção da *Great Western*, em homenagem a Paulo Jacinto Tenório, rico fazendeiro de Quebrangulo que havia doado terras para a passagem da ferrovia.

Fonte: www.wikialagoas.al.org.br

No campo toponomástico, observamos que, no caso (1), a motivação de natureza antropocultural prevaleceu no ato de nomear esse município. Primeiramente com o antropotopônimo Lourenço e posteriormente substituído pelo nome próprio individual atual, ou seja, pelo antropotopônimo Paulo Jacinto.

Nesta dinâmica toponímica, temos um caso de substituição sistemática por imposição do poder econômico, neste caso representado pela direção da empresa *Great Western* como fator condicionante nesta mudança, como forma de homenagear a figura de Paulo Jacinto Tenório, rico fazendeiro de Quebrangulo que havia doado terras para a passagem da ferrovia.

02 COITÉ DO NÓIA

Localização: Mesorregião do Agreste Alagoano; Microrregião de Arapiraca

Topônimo: Coité do Nóia; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: Composto de origem indígena tupi: *kuieté* 'cuia feita de coco cortado ao meio' + + prep. lat. *de + noia* (não identificado)

Estrutura Morfológica: elemento composto híbrido: morfema lexical *Coite* (nome atemático) + forma dependente *de + o = do* + morfema lexical *noi-* + morfema classificatório vogal temática *-a*

Informações Enciclopédicas: Os pioneiros do lugar pertenciam à família Nóia e lá havia pequenas árvores que dão fruto, o coité, o qual, aberto ao meio, é usado como cuia para beber água, medir farinha ou outros cereais. O povo colhia os frutos na propriedade dos Nóia, popularizando assim a localidade com tal denominação. A família Nóia, pioneira daquela região, era proprietária das primeiras quatro casas que lá existiam, pelos idos de 1880, conforme depoimento do mais antigo morador da cidade. Manoel Jô da Costa, oriundo de Limoeiro de Anadia, fixou-se naquela área pouco tempo depois, dedicando-se à agricultura e à atividade pastoril. Um intercâmbio maior entre o povoado e as cidades vizinhas, proporcionado pela abertura de novas estradas, contribuiu decisivamente para que Coité do Nóia passasse a ocupar lugar de destaque na região. Tal fato determinou a sua elevação

à categoria de município autônomo, através da Lei nº 2.616, datada de 21 de agosto de 1963. Desmembrado de Limoeiro de Anadia, teve sua instalação oficial em 24 de setembro de 1963.

Fonte: www.wikialagoas.al.org.br

03 GIRAU DO PONCIANO

Localização: Mesorregião do Agreste Alagoano; Microrregião de Arapiraca

Topônimo: Girau do Ponciano; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: composto greco-latino de origem latina: *gyrus* derivado de giro ‘significa tipo de armadilha para caça de animais’ + + prep. lat. *de* do greg. *poncio*

Estrutura Morfológica: elemento composto híbrido: morfema lexical *girau* (nome atemático) + forma dependente *de + o = do* + morfema lexical *porci-* + morfema derivacional *-ano*

Informações Enciclopédicas: Um dos primeiros proprietários do lugar chamava-se Ponciano. Ele para facilitar sua atividade de caçador construiu um jirau, pequena armação de madeira onde ficavam os animais abatidos. Daí o antropotopônimo Girau do Ponciano. Sendo assim, o designativo do povoamento se deve a um caçador de nome Ponciano que, acompanhado de dois companheiros, instalou um jirau para suas caçadas, aproveitando a caça abundante. Logo se fundou a primeira propriedade. Foi rápido o progresso de Belo Horizonte, primeiro nome do lugarejo. Pelo decreto-lei estadual nº 2909, de 30 de dezembro de 1943, o distrito de Belo Horizonte passou a denominar-se Ponciano. Elevado à categoria de município com a denominação Girau do Ponciano pela lei estadual nº 2101, de 15 de julho de 1958, desmembrado de Traipu

Fonte: www.wikialagoas.al.org.br

04 MINADOR DO NEGRÃO

Localização: Mesorregião do Agreste Alagoano; Microrregião de Palmeira dos Índios

Topônimo: Minador do Negrão; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: do francês *mine*, ‘manancial de riqueza’ + prep. lat. *de* + adj. lat. *niger, nigra, nigrum*, ‘preto’.

Estrutura Morfológica: elemento composto híbrido: morfema lexical *min-* + morfema classificatório vogal temática *-a* + morfema derivacional *-dor* + forma dependente *de + o = do* + morfema lexical *negr-* + morfema derivacional *-ão*

Informações Enciclopédicas: O antropotopônimo de Minador do Negrão teve origem no fato de existir na propriedade de Félix Negrão, considerado o fundador da cidade, uma fonte de água cristalina de ótima qualidade e grande potencial. O município deve sua criação e povoamento a uma fazenda de gado que fora instalada em 1936 por Félix de Souza Negrão. É bem verdade que antes dessa época, já deveriam existir moradores em regiões próximas. Em 1940 foi criada uma feira livre, onde pessoas e comerciantes de outras regiões vinham para comprar e negociar. Em 1950 foi elevada à condição de vila, já que o progresso da

povoação que ali se formava era uma constante. Sempre pertenceu a Palmeira dos Índios, de onde foi emancipado. Tornou-se município através da Lei nº 2470 de 27 de agosto de 1962, ocorrendo sua instalação oficial a 9 de setembro do mesmo ano, com o território formado por apenas um distrito, o da sede, situação que ainda hoje perdura.

Fonte: www.wikialagoas.al.org.br

Nos casos (2), (3) e (4), temos antropotopônimos formados por estruturas mórnicas compostas, nesses sintagmas toponímicos, o segundo elemento linguístico exerce uma função restritiva e ligam-se ao primeiro de forma mediata.

Eles são constituídos por apelidos ou sobrenomes de família, homenageando donos de terras da região que tinham ligação com o local a ser nomeado.

Acreditamos que esses antropotopônimos refletem a forma encontrada pelos denominadores para distinguir pessoas e/ou famílias de destaque destas comunidades e

estão relacionados ao anseio do denominador de reverenciar alguém representativo do poder econômico em uma destas localidades ao longo do tempo, sendo o nome o meio utilizado para perpetuar tal ato.

2.2 MESORREGIÃO DO LESTE ALAGOANO

Na Mesorregião do Leste Alagoano, registramos 6 (seis) antropotopônimos. A saber: (5) Marechal Deodoro, (6) Colônia Leopoldina, (7) Joaquim Gomes, (8) Teotônio Vilela, (9) Anadia e (10) Atalaia na função onomástica de nomear de municípios.

05 MARECHAL DEODORO

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de Maceió

Topônimo: Marechal Deodoro, **Taxionomia:** Axiotopônimo

Etimologia: do francês. *maréchal*, 'posto superior no exército' + do latim Deo, 'Deus'.

Estrutura Morfológica: elemento específico híbrido: morfema lexical *marechal* (nome atemático) + morfema lexical *deodor-* + morfema classificatório vogal temática -o

Informações Enciclopédicas: A cidade de Marechal Deodoro é um dos sítios históricos mais importantes do Estado de Alagoas. Em 1591, já estava consolidado o seu núcleo urbano inicial, conquistado dos Caetés. Foi a primeira capital de Alagoas. O nome da cidade é uma homenagem ao proclamador da República brasileira Marechal Deodoro da Fonseca. Após a instalação do novo regime, em 15 de novembro de 1889, a velha Alagoas passou a ter a atual denominação. Antes era conhecida como Vila da Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, ou simplesmente, Madalena. O município foi criado em 1636, em 1817 passou a capital da capitania de Alagoas, criada nesse ano, sendo o nome da vila alterado para Alagoas. Em 1823 foi elevada a cidade. A capital da província de Alagoas passou para Maceió em 1839. O nome

da cidade foi alterado para o atual no ano de 1939, em homenagem ao Marechal Deodoro da Fonseca, alagoano que foi o primeiro presidente da república do Brasil. Em 16 de setembro de 2006, dia da emancipação política de Alagoas, foi considerada pelo Ministério da Cultura como Patrimônio Histórico Nacional.

Fonte: www.wikialagoas.al.org.br

Neste caso (5), temos um dos poucos casos de axiotopônimo registrado na toponímia alagoana, designando um município da Microrregião de Maceió. Esse designativo municipal revela a materialização de um

discurso de nacionalidade, socialmente constitutivo, no qual sua escolha está intrinsecamente ligada ao proclamador da República brasileira Marechal Deodoro da Fonseca um militar de alta patente.

06 COLÔNIA LEOPOLDINA

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de Mata Alagoana

Topônimo: Colônia Leopoldina. **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: composto latino de *colonia*, *-ae* e significa 'grupo de migrante, possessão, domínio'. + *leopoldina*.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *coloni-* + morfema classificatório vogal temática *-a* + morfema lexical *leopoldina*

Informações Enciclopédicas: Nasceu com a criação, pelo Governo Imperial, de uma colônia militar, em 20 de fevereiro de 1852, para combater os remanescentes dos revoltosos cabanos e papa-méis, instalados na densa mata do território que ia de Maragogi a Porto Calvo. A derrota dos rebeldes terminou com o posto militar avançado, em 1867, mas o povoado que se havia formado em torno dele, consolidou-se. O Imperador D. Pedro II visitou o lugar em 1860. Em vista disso, a antiga colônia homenageou a Imperatriz Dona Leopoldina, mãe do monarca. A Lei 372, de 1861, criou o distrito de Leopoldina e uma outra lei, em 1901, elevou-o à vila e depois município. Isso contribuiu para que a antiga colônia voltasse a progredir. Em 1923, passou à condição de cidade.

Fonte: www.wikialagoas.al.org.br

Neste caso (6), temos um dos raros casos de registro de antropotopônimo feminino: Colônia Leopoldina no léxico onomástico-toponímico municipal do Estado em homenagem à Imperatriz Dona Leopoldina, mãe de D. Pedro II.

É relevante destacar que, quanto à categoria de gênero, os antropotopônimos masculinos são bem mais produtivos lexicalmente do que os nomes individuais femininos. Atestando a presença de um discurso de

natureza ideológica machista, materializado no léxico da língua.

Atribuímos essa fecundidade linguística ao fato de as mulheres, historicamente,

não exerciam atividades de destaque na sociedade, uma vez que durante séculos a sociedade brasileira seguiu um sistema patriarcal.

07 JOAQUIM GOMES

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de Mata Alagoana

Topônimo: Joaquim Gomes; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: Composto de origem hebraico: *Yhoyaquim* ‘o que Deus elevou’, + *Gomos oriis* ‘o homem de guerra’.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *joaquim* (nome atemático) + morfemas lexical *gomes*

Informações Enciclopédicas: Anteriormente, era uma pequena aldeia Urupê, chamada pelos índios de Urucum, que é o fruto do urucuzeiro uma substância que se extrai da polpa desse arbusto e é empregada na fabricação do colorau. O município de Joaquim Gomes tem suas origens históricas ao engenho São Salvador, de propriedade de José Correia de Araújo Barros. Em 1900, Araújo Barros faleceu. Por razões de problemas financeiros que envolveram os seus negócios a sua propriedade ficou alienada a seu genro, Joaquim Gomes da Silva Rego, que tinha a patente de major da Guarda Nacional, resolveu tomar a frente dos negócios da família e adquiriu do banco credor a propriedade então alienada. Graças ao espírito empreendedor de Joaquim Gomes, o local alcançou notável prosperidade. A Pequena vila que se formou viveu uma fase de grande desenvolvimento tal fato ensejou o surgimento de movimentos para conseguir sua emancipação política.

Fonte: www.wikialagoas.al.org.br

08 TEOTÔNIO VILELA

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de São Miguel dos Campos

Topônimo: Teotônio Vilela; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: Composto de origem latina:

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfemas lexicais *teotônio* + *vilela*

Informações Enciclopédicas: Antiga Feira Nova, o povoado começou a ser formado na década de 50 do século XX em função de uma ponte construída sobre o Rio Coruripe, nas imediações do Engenho São Mateus, propriedade do senhor Samuel Pereira Sampaio. À época, fazia parte do município de Junqueiro. No início da década de 70, o empresário Teotônio Vilela comprou parte da propriedade. A partir daí, a povoação cresceu e passou a atrair novos moradores. Em suas terras se localiza a Usina Seresta, empresa de propriedade da família Vilela. Quando do falecimento de Teotônio Vilela, seu nome foi dado ao município, uma homenagem à sua condição de destacado porta-voz das aspirações nacionais pela

democracia na campanha pelo retorno das eleições diretas no Brasil, fato que apressou o fim do regime militar instaurado em 1964. Teotônio Vilela recebeu o epíteto de “Menestrel das Alagoas”. Em 1982, a vila elegeu três vereadores, que começaram de imediato o movimento pela autonomia. Através de plebiscito, Feira Nova decidiu pela emancipação política, com o nome alterado para Teotônio Vilela. O município foi criado em 1986. Somente em novembro de 1988.

Fonte: www.wikialagoas.al.org.br

Nos casos (7) e (8), temos antropotopônimos formados por justaposição de estruturas mórficas compostas, nesses sintagmas toponímicos, o segundo elemento linguístico se une ao primeiro de forma imediata.

Esses antropotopônimos mostram o elo do poder político-econômico com o ato de nomear municípios em Alagoas, suas

escolhas homenageiam Joaquim Gomes da Silva Rego, que era empresário e tinha a patente de major da Guarda Nacional e o empresário-usineiro e político Teotônio Vilela, figura de destaque nas aspirações nacionais pela democracia na campanha pelo retorno das eleições diretas no Brasil.

9 ANADIA

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de São Miguel dos Campos

Topônimo: Anadia; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: composto greco-latino do gr. *ana* prep. ‘que nas derivações funciona como prefixo, valendo como repetição’ + *dies* ‘dia’.

Estrutura Morfológica: elemento específico simples: morfema lexical *an-* + morfema classificatório vogal temática *-a* + morfema lexical *di-* + morfema classificatório vogal temática *-a*

Informações Enciclopédicas: Até o período holandês, era conhecida como Campo dos Arrozais dos Inhaúns, denominação que abrangia também São Miguel dos Campos e outras localidades vizinhas. Segundo os relatórios flamengos, eram “os mais férteis campos do Brasil”. Foi elevada à Vila em 1799, com a denominação de Vila Nova de São João de Anadia. Em 1801, quando foi elevado à categoria de vila, passou a ser chamada Vila Nova de Anadia, em homenagem ao Visconde de Anadia, ministro português que autorizou a criação da vila. A freguesia foi instalada em 1802. Fez parte da Comarca de Marechal Deodoro até 1833 e a partir desta data, passou para a Comarca de Penedo. Hoje, a cidade tem sua própria comarca. Elevado à condição de cidade com a denominação de Anadia, pela lei estadual nº 86, de 25-07-1895 e a categoria de município. Pela lei estadual nº 2507, de 01-12-1962.

Fonte: www.wikialagoas.al.org.br

10 ATALAIA

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de Mata Alagoana

Topônimo: Atalaia; **Taxionomia:** Antropotônimo

Etimologia: Do árabe *at-talla'a(t)* 'lugar alto'

Estrutura Morfológica: elemento específico simples: morfema lexical *atalaia*

Informações Enciclopédicas: O nome do município foi dado por D. José I em 1764, em homenagem, provavelmente ao Visconde de Atalaia, fidalgo português muito amigo de D. José I. Contribui para isso o fato de que Atalaia começou a ser povoada por volta de 1692, tendo tido como primeiro nome Arraial dos Palmares. Portanto, até o ano de 1764, não há menção nos registros históricos do nome Atalaia. A ocupação das terras onde hoje situa-se o município iniciou-se por volta de 1692 por Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista contratado pelo então Governador da Província de Pernambuco Fernão de Souza Carrilho para destruir o Quilombo dos Palmares. Apesar do crescimento da povoação, o Arraial dos Palmares não era reconhecido pelas autoridades. Somente em 12 de março de 1701, o Governador da Província de Pernambuco recebe Carta Régia determinando a criação oficial do arraial, porém com o nome de Arraial de Nossa Senhora das Brotas. No entanto, este nome não caiu no gosto dos habitantes, permanecendo os habitantes utilizando a denominação Arraial dos Palmares. Somente em 1716, os filhos e a esposa de Domingos Jorge Velho recebem o decreto que doa a sesmária onde hoje localiza-se Atalaia, como recompensa pela destruição dos Palmares. D. José I atendendo em parte às reivindicações da população, elevou o Arraial dos Palmares à categoria de vila, porém, com o nome de Vila de Atalaia, em homenagem ao Conde de Atalaia, seu amigo particular. Este decreto data de 1 de fevereiro de 1764, considerada a data de sua fundação. Foi a quarta vila criada em Alagoas, depois de Porto Calvo, Marechal Deodoro (antiga Alagoas) e Penedo.

Fonte: www.wikialagoas.al.org.br

Nos casos (9) e (10), temos antropotônimos formados por estruturas mórnicas simples.

Esses nomes próprios de pessoa, Anadia e Atalaia, foram dados em homenagem ao Visconde de Anadia, ministro português que autorizou a criação da vila e ao Visconde de Atalaia, fidalgo português muito amigo de D. José I, respectivamente. Revelando assim, características ideológicas, políticos, culturais e históricos na prática de nomeação.

2.3 NA MESORREGIÃO DO SERTÃO ALAGOANO

Na Mesorregião do Sertão Alagoano, registramos 4 (quatro) antropotônimos. A saber: (11) Delmiro Gouveia; (12) Olho D'água do Casado, (13) Monteirópolis e (14) Major Isidoro na função onomástica de nomear de municípios.

11 DELMIRO GOUVEIA

Localização: Mesorregião do Sertão Alagoano; Microrregião da Alagoana do Sertão do São Francisco

Topônimo: Delmiro Gouveia; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: composto de origem latina.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfemas lexicais *delmiro* + *gouveia*.

Informações Enciclopédicas: O nome do município é uma homenagem à figura do empreendedor Delmiro Gouveia, que no início do século XX desbravou o território inóspito, trazendo o progresso para a região com suas atividades comerciais e industriais e a instalação de uma vila operária. Foi o responsável, também, pela implantação no local da primeira hidrelétrica da América do Sul. Antes do antropotopônimo Delmiro Gouveia, o lugar chamava-se Pedra, devido à grande quantidade desse mineral no solo da região. O povoado se constituiu a partir de uma estação da estrada de ferro da então *Great-Western*. As terras do atual município de Delmiro Gouveia, somadas às de Mata Grande, Piranhas e Água Branca, faziam parte das sesmarias que foram levadas a leilão, em Recife, no ano de 1769. Em 1º de novembro de 1938, o decreto-lei 846 criou o distrito com o nome Pedra. Foi denominado de Delmiro Gouveia posteriormente, em consequência do Decreto nº 2.909, de 30 de dezembro de 1943. Desmembrado de Pão de Açúcar, conseguiu sua emancipação política quando foi criado o município pela Lei 1.623, de 16 de junho de 1952, tendo sido instalado apenas em 14 de fevereiro de 1954.

Fonte: www.wikialagoas.al.org.br

Neste caso (11), temos o antropotopônimo Delmiro Gouveia, designando um município da Microrregião da Alagoana do Sertão do São Francisco, sua motivação é oriunda de uma figura ilustre da localidade, formado pelo processo lexical de composição por justaposição e constituindo um elemento específico composto.

Essa unidade lexical se reveste de função onomástica e passa de signo linguístico a signo toponímico, designando um acidente humano. Em outras palavras, passa do significado lexical para o significado onomástico marcado pelas relações sócio-políticas e ideológicas da região.

12 OLHO D'ÁGUA DO CASADO

Localização: Mesorregião do Sertão Alagoano; Microrregião da Alagoana do Sertão do São Francisco

Topônimo: Olho D'água do Casado; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: composto de origem latina: *oculus*, -i 'olho'+ prep. *de* + *aqua*, -ae 'água' + prep. *de* + *casa*, -ae 'morada'.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *olh-* + morfema classificatório vogal temática *-o* + forma dependente *d'* (forma apocopada) + morfema lexical *aqu-* + morfema classificatório vogal temática *-a* + forma dependente *de + o = do* + morfema lexical *cas-* + morfema derivacional *-ado*

Informações Enciclopédicas: Em 1877, por ocasião da construção do ramal ferroviário da *Great Western*, os trabalhadores montaram o acampamento próximo ao lugar onde havia nascentes e onde buscavam água. Como aquelas terras pertenciam à propriedade do Sr. Francisco Casado, deram-lhe o nome de Olho d'Água do Casado. Até 1870 só existia na região a fazenda do agricultor Francisco Casado de Melo, onde hoje está a sede da prefeitura. Com o progresso veio o movimento pela emancipação. Em 1962, Olho D'água do Casado se tornou município, através da Lei 2.459, desmembrado de Piranhas. Sede no atual distrito de Olho D'água do Casado ex-Olhos da Água Casado. Constituído do distrito sede. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Ratificação da Grafia Olhos D'Água do Casado para Olho D'Água do Casado alterado, pela lei estadual nº 2962, de 22-08-1962.

Fonte: www.wikialagoas.al.org.br

Neste caso (12), temos uma forma parental nomeando município, homenageando uma personalidade local de destaque por

meio do sobrenome de família: Casado em homenagem ao fazendeiro Francisco Casado de Melo

13 MONTEIRÓPOLIS

Localização: Mesorregião do Sertão Alagoano; Microrregião de Batalha

Topônimo: Monteirópolis; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: Composto de origem greco-romano lat. *mons* 'monte' + do gr. *πόλις*, *pólis* 'cidade'

Estrutura Morfológica: elemento específico híbrido: morfema lexical *mont-* + morfema derivacional *-eiro* + morfemas lexical *polis*

Informações Enciclopédicas: Antes de denominar-se Monteirópolis, o local era conhecido como Guaribas, palavra de origem tupi que serve para designar certo gênero de macaco da América ou uma espécie de periquito. Não consta nos anais o motivo da utilização desse nome naquelas plagas sertanejas, em épocas mais remotas. Monteirópolis foi um nome escolhido para homenagear um de seus grandes benfeitores e fundador. Por volta de 1870, os únicos moradores da região eram José Domingos Monteiro, Antônio Prudente, Pacífico de Albuquerque, Manoel Mingote e Manoel Antônio Barbosa. São eles considerados os primeiros habitantes e, conseqüentemente, os fundadores. O desenvolvimento de Monteirópolis somente alcançou fase áurea após 1902 com a chegada de novos habitantes.

Foi devido o progresso pelo qual estava atravessando a povoação que os homens responsáveis pela comunidade iniciaram a luta pela sua emancipação política. A Lei nº 2.250, de 15 de junho de 1960, concedeu autonomia administrativa a Guaribas, mudando-lhe o nome para Monteirópolis, com o território desmembrado de Pão de Açúcar. A instalação oficial do município ocorreu em 13 de agosto do mesmo ano.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Neste caso (13), temos um antropotopônimo nomeando um município na

Microrregião de Batalha, homenageando um de seus fundadores José Domingos Monteiro.

14 MAJOR ISIDORO

Localização: Mesorregião do Sertão Alagoano; Microrregião de Batalha

Topônimo: Major Isidoro; **Taxionomia:** Axiotopônimo

Etimologia: Composto latino: *major*, *-oris* ‘comparativo regular de grande; ‘militar entre capitão e tenente-coronel’ + *izare* ‘com sentido fictitivo’.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfemas lexicais *major* (nome atemático)+ *Isidoro*

Informações Enciclopédicas: Antigo distrito de Sertãozinho, o município recebeu o seu atual nome em homenagem ao Major Isidoro Jerônimo da Rocha, fundador do povoado. A colonização começou quando Antônio Jerônimo da Rocha comprou uma propriedade na região e se instalou com a sua família. Dos filhos, apenas Isidoro manteve os negócios do pai, que era conhecido como patriarca de Sertãozinho nome de uma de suas fazendas. Isidoro lutou insistentemente pela emancipação. Em 1920, conseguiu que o Poder Legislativo, através da Lei nº 946, autorizasse o governo a elevar Sertãozinho a município. O governador não aceitou e manteve a área como distrito. Só em 1949 foi concebida a emancipação, desmembrando Sertãozinho dos municípios de Batalha, Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios. Nessa época, Isidoro já estava morto, mas os moradores decidiram fazer-lhe a homenagem, dando seu nome à cidade.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Neste caso (14), temos um axiotopônimo designando um município da Microrregião de Batalha. Esse designativo revela, mais uma vez, a materialização de um discurso de nacionalidade, no qual sua escolha está intrinsecamente ligada em homenagem ao

Major Isidoro Jerônimo da Rocha, fundador do povoado. Neste designativo, enfatiza-se a patente militar constitutiva desse sintagma toponímico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos estas considerações finais, enfatizando que é impossível abstrairmos a análise antroponímica das relações de poder. Dessa forma, o presente artigo revela o quanto os nomes próprios de lugares, enquanto objeto simbólico, produzem efeitos de sentidos e são investidos de significância para os sujeitos e pelos sujeitos.

Weber (1991, p. 33) apresenta um clássico conceito de poder ao asseverar que “poder significa toda probabilidade de impor a vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”. Logo, percebemos que, no ato de nomear municípios alagoanos, identificamos a materialização do poder por intermédio da linguagem.

A relação simbólica entre toponímia e estrutura dominante de poder é representada, no caso dos antropotopônimos, pela homenagem a personalidades detentores do poder secular em Alagoas formadoras do pensamento político e cultural do país, geralmente integrantes da classe dominante, e no caso dos axiotopônimos, pela escolha de nomes próprios individuais de personalidades de relevo, seguida de seus respectivos títulos.

Estas escolhas de um nome para designar acidentes humanos (municípios, distritos e povoados) em Alagoas estão ligadas determinadas motivações refletidas no signo toponímico por meio de relações associativas feitas pelo denominador.

No léxico toponímico municipal alagoano, identificamos topônimos constituídos por nomes próprios individuais e topônimos constituídos por títulos, seguidos de

nomes próprios individuais designativos de cidades nas seguintes áreas: 5 (cinco) na mesorregião do Agreste Alagoano: Paulo Jacinto, Minador do Negrão, Girau do Ponciano, Coité do Nóia e Limoeiro de Anadia; 6 (seis) na mesorregião do Leste Alagoano: Marechal Deodoro, Colônia Leopoldina, Joaquim Gomes, Teotônio Vilela, Anadia e Atalaia; 4 (quatro) na mesorregião do Sertão Alagoano: Delmiro Gouveia, Olho D’água do Casado, Monteirópolis e Major Isidoro.

Nestes antropotopônimos e axiotopônimos, o discurso de nacionalidade, juntamente, com o discurso do memorável está bastante marcante, refletindo traços da economia e da política local.

Outra questão interessante a ser observada nesta microtoponímia diz respeito à categoria de gênero. Nesse sentido, os dados aqui analisados mostraram a valorização de nomes individuais masculinos em detrimento aos femininos, expressando o pensamento vigente na sociedade, que normalmente ainda atribui à figura feminina um papel secundário em muitas instâncias da vida social, profissional e familiar.

Registramos, apenas, 2 (dois) antropotopônimos femininos no léxico toponímico estudado: Colônia Leopoldina e Anadia, atestando que as mulheres, geralmente, não são homenageadas com nome de municípios em Alagoas.

Quantitativamente foram detectados 14 (catorze) nomes próprios individuais, refletindo homenagens explícitas ao poder político-econômico e estão representados em todas as mesorregiões do Estado, sendo 12 (doze) antropotopônimos e 2 (dois) axiotopônimos, perfazendo um total de aproximadamente 85,8% de ocorrência daqueles em

relação a 14,8% destes, demonstrando que no léxico toponímico municipal alagoano há uma preferência do nomeador, na categoria dos nomes próprios de pessoa, para eleição de antropotopônimos no ato de nomear cidades alagoanas.

E ainda, é especialmente significativo afirmarmos que não registramos antropotopônimos e axiotopônimos na designação de municípios na microrregião de Traipu, localizada na mesorregião do Agreste Alagoano; nas microrregiões do Litoral Norte, de Penedo e da Serra dos Quilombos, localizadas na mesorregião do Leste Alagoano; e ainda, na microrregião Serrana do Sertão Alagoano, localizada na mesorregião do Sertão Alagoano.

Por fim, acreditamos que este estudo atestou a relevância das pesquisas toponímicas como forma de resgate de aspectos culturais e ideológicos dos grupos sociais, uma vez que os nomes de lugares evidenciam a realidade do ambiente físico e antropocultural de uma dada região na medida em que revelam características de vegetação, hidrografia, fauna, condições de solo e relevo, como também crenças, ideologias, fatos políticos e históricos. Dessa forma, percebemos o valor patrimonial do topônimo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 31 abr. 2014.

CAMPS IGLESIAS, A.; NOROÑA VILÁ, M. T. Aproximación al estudio de la toponimia cubana. **La Habana**: Academia de Ciencias de Cuba, Instituto de Literatura y Lingüística, s.d.

CARVALHINHOS, P. J. Interface onomástica / literatura: a toponímia, o espaço e o resgate de memória na obra de memórias da rua do ouvidor de Joaquim Manuel de Macedo. In.: **Cadernos do CNLF**. Rio de Janeiro : CIEFIL, v. 12, n. 10, p. 83-99. 2009.

DAUZAT, A. **Les noms de Lieux: Origene et évolution**. Paris: Librairie Delagrave, 1926.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos**. São Paulo, SP. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo – USP, 1980, 198 p.

_____. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo : Edições Arquivo do Estado, 1990.

_____. **Acta Semiotica et Linguistica**. Sociedade Brasileira dos Professores de Linguística. São Paulo: Universidade de Braz Cubas, 1995, v. 8, p. 97-122.

KATAMBA, F. **Morphology**. Houndmills: The Macmillan Press, 1993.

_____. Toponímia indígena: um estudo lexical dos nomes de municípios alagoanos de étimo tupi. In.: **Veredas Favip**, v. 6, n. 1, jan.-jun., p. 161-179, 2013.

ROSTAIN, C. **Les noms de Lieux**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

SALAZAR-QUIJADA, A. **La toponimia en Venezuela**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1985.

SEABRA, M. C. T. C. de (org.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: faculdade de Letras da UFMG, 2006.

WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, G. (Org.) **Max Weber**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 79-127.

Recebido para publicação em 22 jun. 2014

Aceito para publicação em 10 out. 2014.

ASSIM FALOU VALÉRY: A EXPECTATIVA MELÓDICA

THUS SPOKE VALÉRY: MELODIC EXPECTATION

Daniel de Oliveira Gomes*

RESUMO: Este ensaio trabalha, essencialmente, os escritos de Paul Valéry sobre Leonardo da Vinci. Ocorreria, em Valéry, uma aproximação inevitável com a característica melódica com a qual Nietzsche intui o desmoronamento da metafísica. Por sua vez, é possível compreendermos alguns dos ensinamentos de Maurice Blanchot, que sabidamente incluía especialmente a Valéry no seu rol seletivo de leituras-chave. Queremos, enfim, mostrar como a transversalidade e a errância musical do pensamento já está operada tanto na obsessão pela paisagem em Da Vinci quanto na repetição metodológica dos escritos de Nietzsche, Blanchot e Valéry.

PALAVRAS-CHAVE: Blanchot. Valéry. Transversalidade. Errância.

ABSTRACT: This essay discusses Paul Valéry's writings about Leonardo da Vinci. In Valéry's writing there is an inevitable proximity with the melodic characteristic with which Nietzsche predicted the collapse of metaphysics. In turn, it is possible to understand some of the teachings of Maurice Blanchot, who is known to have included Valéry in his list of selected key-readings. Finally, we would like to show how transversality and the musical wandering of the thought is already present in both landscape obsession in Da Vinci and in the methodological repetition in the writings of Nietzsche; Blanchot and Valéry.

KEYWORDS: Blanchot. Valéry. Transversality. Wandering.

* Doutor pela UFSC. Atua no Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade – UEPG, Paraná. Email: setepratas@hotmail.com.

Será possível que o filósofo pense que uma ética ou uma Monadologia sejam coisas mais sérias que uma suíte em ré menor? (Paul Valéry, *Léonard et les philosophes. Lettre à Léo Ferrero*).

1. VALÉRY, NIETZSCHE, BLANCHOT

O presente artigo visa especular sobre a questão do conhecimento estético que é abordado por Paul Valéry em alguns de seus ditos sobre Leonardo Da Vinci. Queremos compartilhá-lo à luz dos ensinamentos de Maurice Blanchot, que sabidamente incluía especialmente a Valéry no seu rol seletivo de leituras-chave. E queremos expor como ocorreria um acontecimento melódico (em uma constante propagação) no gesto de reflexão do próprio Valéry. De maneira que aquilo mesmo que é reivindicado como potência de liberdade na produção do saber acaba sendo operado repetitivamente por ele ao ler Da Vinci. Se por um lado, Blanchot postula um

pensamento descontínuo, que nos possibilita a passagem à experiência do Fora, Valéry (2006) propõe, na sua *Introdução ao método de Leonardo da Vinci* – recém-reimpresso em edição bilíngue, no Rio de Janeiro – a redundância de um pensamento da transversalidade que já pode ser lida desde seu objeto.

Pensaremos no modo como Valéry (2006) constrói o seu texto e a questão que ele lerá em Da Vinci é, obviamente, a do constructo. Primeiramente, gostaríamos de lembrar que em sua “Introdução ao Método de Leonardo da Vinci”, o autor se interessava pela questão de como uma obra se produz pela repetição, reprodução. Falará muito da estética da pintura, altamente ensimesmada no talento de Da Vinci, mas, em alguns momentos, atravessa pela demanda da música. Torna a concepção de música muitíssimo abrangente, até mais do que a própria metáfora da pintura, na ordem das “construções humanas”. Para ele:

Paul Valéry, 1945. Foto de Henri Cartier Bresson



Disponível em: <http://www.magnumphotos.com>. Acesso em 02 de jan de 2013.

O construir existe entre um projeto ou uma visão determinada e os materiais que escolhemos. Substitui-se uma ordem inicial por outra, quaisquer que sejam os objetos que ordenemos. São pedras, cores, palavras, conceitos, homens, etc., a natureza particular deles não muda as condições gerais dessa espécie de música em que ela representa ainda apenas o papel do timbre, se prosseguirmos com a metáfora. O espantoso é sentir às vezes a impressão de justeza e de consistência nas construções humanas, feitas de aglomerações de objetos aparentemente irredutíveis, como se aquele que os dispôs houvesse conhecido as suas mais secretas afinidades. Mas o espantoso supera tudo quando se percebe que o autor, na imensa maioria dos casos, é incapaz por si mesmo de explicar os caminhos seguidos e quando ele é detentor de um poder cujos meios ignora. (VALÉRY, 2006, p. 69)

Pois bem, voltaremos depois a essa questão ampla da construção musical. Vamos, agora, à causa filosófica. Ele explana sobre a Filosofia de um modo que muito se assemelha a alguns comentários que Nietzsche fez em vários aforismos. Em certo momento de “Leonardo e os Filósofos”, falará em como a utopia de fazer o pensamento falar é um ato improfícuo e atirárá pedras no problema da filosofia como um meio sutil de repetição, ou de “reconhecimento do conhecimento”.

Os filósofos, todavia, esforçaram-se por relacionar a sua linguagem à sua vida profunda, reclassificá-la, completá-la um pouco de acordo com as necessidades de sua experiência solitária,

para torná-la um meio mais sutil, mais seguro de conhecer e reconhecer seu conhecimento. (VALÉRY, 2006, p. 243.)

Se Valéry critica a filosofia no aspecto da obsessão da redundância com relação a si mesma, onde aquilo que se busca é apenas o caminho mais seguro para fazer reconhecer o que já se conhece, em termos textuais, vejamos, agora, o que sustentava o filósofo alemão em *A Gaia Ciência*:

Recojo esta explicación del arroyo; he oído a um hombre del pueblo decir: 'Me ha conocido'. Y me pregunto: ¿Qué es lo que en realidad entiende el pueblo por conocer? ¿Qué quiere cuando desea alcanzar el conocimiento de algo? Pues nada más que esto: que algo extraño se reduzca a algo conocido. ¿entendemos algo más por conocimiento los filósofos? Lo conocido es aquello a que estamos acostumbrados y que, por lo mismo, no nos choca: nuestras tareas cotidianas, la regla a que estamos sujetos, todo aquello que es familiar para nosotros. ¿Cómo? ¿Nuestra necesidad de conocer será precisamente necesidad de algo conocido? Será el deseo de descubrir entre todas las cosas extrañas, desacostumbradas, inciertas, algo que conocido ya no nos inquiete? ¿Será el instinto del miedo lo que nos impulsa a conocer? La satisfacción del que conoce, ¿será el júbilo de la seguridad recobrada? Um filósofo da por conocido al mundo cuando há conseguido reducirle a la idea. Mas ¿no será porque la idea es para el cosa conocida y habitual? ¿Vaya noramala esta moderación de los que persiguen el conocimiento! ¿Examinad desde este punto de vista sus principios y las soluciones que dan a los problemas del mundo! Cuando hallan en las cosas, o detrás de las cosas, algo que desgraciadamente conocemos demasiado,

como por ejemplo, nuestra tabla de multiplicar, nuestra lógica, nuestra voluntad o nuestro deseo, ¡qué grito de alegría lanzan! Su norma es que lo conocido es reconocido. (NIETZSCHE, 2000, p. 230.)

Ambos recriminam a caça antiga pelo conhecimento regularizada desde a metafísica aristotélica, vislumbrando o recurso pela fruição e o prazer do perpetrar filosófico como uma obra de arte. Entretanto, se Nietzsche é mais calamitoso ou agudo, por sua vez, Valéry falará de uma viável arte das ideias, sustentando certa esperança estética no surgimento de uma nova filosofia que salte de si mesma. Tal como a especulação lúdica e egocêntrica da abstração matemática flexibilizou-se para cunhar as condições de possibilidade para o trabalho do físico, por exemplo, haveria uma brecha no coração da metafísica moderna para se resgatar certo modelo, o que seria o Leonardo filósofo. Já Nietzsche, no fim do séc. XIX, por sua vez, - como diria Foucault em “As Palavras e as Coisas” - preocupava-se mais em realmente queimar “(...) para nós, e antes mesmo que tivéssemos nascido, as promessas mescladas da dialética e da antropologia.” (FOUCAULT, 1990, p. 278). Nietzsche é, assim, aquele cuja preocupação é realmente pós-utópica: incendiar a História, o continuísmo metafísico, inflamar o atravancamento antropológico do pensar, e, nisso, abria um espaço filosófico-filológico desmistificando nossa velha solitudine para com o humanismo.

Já para Valéry (2006), descartar Leonardo do baralho dos filósofos, por falta de precisão de seus registros, teria sido uma inconsciente e oportuna operação para

uma grande cifra de pensadores. Estes, na paixão “equivocada” pela precisão, empregavam a linguagem como mero fruto de suas teorizações. Mas, tal paixão pela precisão e o conhecimento do já reconhecido é coisa que justamente não ocorre tão essencialmente em Leonardo quanto pode parecer, por sua tendência engenhosa ou experimentalista. (Haverá, ao invés disso, aquela “paixão pela errância” a qual Blanchot discorria?).

Voltando à Nietzsche (2000), por mais que os espectros eugenistas totalitários da Alemanha tenham acabado por atenuar a lição de Zaratusta para nós ocidentais, em rigor, para Nietzsche, que nunca foi um antissemita, a noção de super-homem apontava um caráter mais exotérico, errante, quando profetizava que a missão do pensamento seria a *intuito mystica* (ASTOR, p. 219). E esta *intuito mystica* vem a ser, em certa medida, aquilo que Valéry assinala em Da Vinci. Como corrobora o biógrafo de Nietzsche, Dórian Astor, inspirado por Peter Gast, neste momento de Zaratustra, ocasião da morte de seu grande ídolo e amigo Wagner, quando Nietzsche justamente “intui” como desmascarar o padrão da filosofia europeia, “seu modelo é musical e mais precisamente sinfônico” (ASTOR, 2013, p. 219). E é Zaratustra o portador do fardo e da certeza do eterno retorno. Trata-se de uma certeza melódica (chegada de um filósofo tão revolucionário quanto Da Vinci, um filósofo amante da música que fora um pianista frustrado, porém excelente improvisador). Incerta sinfonia daquele que queria fazer música com o pensamento, quem sabe tal como Da Vinci fizera pintura com o pensamento. O

pensamento (incomunicável) do eterno retorno da vida é o fardo pesado da revelação de nossa imanência infinita, é a recusa de qualquer teleologia, onde tudo é poderosamente circular, repetitivo, o que obviamente se diferencia de uma concepção mecanicista do tempo e da natureza. (Ou seja, de Da Vinci que, por sua vez, jaz obviamente amarrado nas bases do racionalismo, do mecanicismo, do experimentalismo). O eterno retorno do mesmo torna-se base da infinita importância do saber, do comportamento, do pensar, do porvir. Isto comprova, nesta fase “mística” de intuição melódica do filósofo alemão, que todo saber advém enquanto decorrência de uma concepção de vida fundada na hipótese da vontade de poder. O puro saber não é tudo, não é nada.

No acontecimento de sentido onde para Leonardo “o saber não é tudo” (Valéry, 2006, p. 119), residiria o ponto em que a especulação pode ser propriamente *ethopoiética* (diria Foucault), posto que se nota a transversalidade de Da Vinci, *auctor* aventuralmente absoluto. Pintor que, não raro, deixava seus afrescos incompletos. Construtor, criador, desenhista, anatomista, engenheiro militar (e, afirma-se, como Nietzsche era também músico, com a diferença que compunha seus próprios instrumentos musicais e neles meditava sobre os modelos que pintava). Ele suga do imprevisível as ocasiões do saber. Não há presciência, olhar prévio, anterioridade ou lugar, segundo Valéry (2006). Não há apenas quantificação, mas traços de um “sentimento” da errância. Para Da Vinci, poderíamos afirmar que a questão não seria propriamente a obsessão do espaço, mais da paisagem?

Aliás, a paisagem não é o espaço, e sim uma qualidade do espaço. É esse o sentido da observação de Paul Valéry, admirador de Leonardo e adepto da pintura como *cosa mentale*: *O desenvolvimento da paisagem parece coincidir com uma diminuição singularmente marcada da parte intelectual da arte* (Degas, dança, desenho, Cosac Naify, 2003). A paisagem é qualificável, não quantificável; ela não lida com a medida, mas com o sentimento. (AUMONT, 2007, p.230)

Há, sim, entre-lugar: onde o poder profético é o que lhe importa, implicando, em seu trabalho, ainda mais que o saber¹. O poder nele permanece na inseparabilidade entre construção e verdade. E é isto que Leonardo põe em movimento prático, dentro de seu próprio contexto, naturalmente. Se para Blanchot (2005), a linguagem do pensamento é, por excelência, a própria palavra poética, tentamo-nos a dizer que, para Valéry, atingir o belo só se daria pelo próprio domínio do belo, de modo que resumir uma obra de arte seria perder-lhe o essencial. A estética, como conhecimento, não poderia ser. Ela simplesmente está fadada à incidência pela poesia, que forneceria a fuga potente da manobra das palavras; ou pela música.

Ouso dizer que isso é real (infelizmente). Durante anos, o escritor cessou de escrever. E, como que para tornar ainda mais fatal uma tal interrupção, ele ocupou seu tempo com outras artes: a

¹ “A fala profética é uma fala errante que volta à exigência originária de um movimento, opondo-se a toda estabilidade, toda fixação a um enraizamento que seria repouso” (Blanchot, 2005, p. 114)

pintura, o desenho, que mais eu sei? – talvez a música.

Como ele foi um dia reconduzido à exigência de escrever sobre a qual nem a dor, nem o juramento tácito, nem o vazio perpétuo conseguiram triunfar? É que talvez ele tenha se dado conta de que, para não mais escrever, seria preciso ainda escrever, escrever sem fim até o fim ou a partir do fim.

Não há brancos senão se há negro, silêncio senão se a palavra e o barulho se produzem para cessar. (BLANCHOT, 2002, p. 20²)

2. OSTINATO

“Ó Ostinato, ó amarga beleza.” (BLANCHOT, 2002)

Uma obra muito modelar e didática, a *Enciclopedia de la Musica*, organizada por Frank Onnen (1967), na Holanda (*Elseviers Encyclopedie Van de Muziek*), apresenta-nos o seguinte verbete sobre a anotação do “Ostinato”:

OSTINATO (italiano = *obstinado*), tema que vuelve continuamente, principalmente en el bajo. Algunas formas musicales, como la chacona y el pascalle, están basadas en el principio musical del **ostinato** (ONNEN, 1967, p. 222)

Ostinato seria a variação cíclica, repetitiva, de um esquema melódico no interior de uma peça musical, uma frase, uma

² Tradução do Núcleo de Estudos Blanchotianos e do Pensamento do Fora (CNPq), ainda não publicada, cedida por Prof. Dr. Eclair Almeida Filho (UNB)

repassagem, por exemplo, tal como é muito utilizada por Schumann, Bach, Bartok, na música erudita e na tradição litúrgica, mas também muito explorada no que há de “profano” nas raízes dos gêneros, por exemplo, do Jazz e do Blues, e como base da mão esquerda de pianistas de jazz em momentos de improvisos, citemos aqui Keith Jarrett, em sua famosa performance *The Köln Concert*, em 1975, na Alemanha³.

Partitura do pianista americano K. Jarrett, onde impera o Ostinato.

RELEVÉ

BREMEN CONCERT
- Ostinato -
Keith JARRETT

Relevé Paul C. STAIUCU

The image shows a musical score for a piece titled 'RELEVÉ' by Keith Jarrett. The score is in 3/4 time and features a prominent ostinato in the left hand. The right hand has a more melodic and rhythmic line. The score includes various performance markings such as 'Play around', 'stabile', and 'et'. The score is arranged in a system with five staves, each with a treble and bass clef. The first staff is the main melody, and the subsequent staves show the ostinato in the left hand. The score is annotated with circled numbers 1 through 5, indicating specific sections or measures.

Fonte: www.keithjarrett.org/transcriptions

³ Jarret diria: “(...) Eu não acredito em Arte. Neste sentido, não sou um artista. Acredito em Música, entendida como algo que sempre esteve aqui e bem antes de nós. Neste sentido, possivelmente, eu não sou um músico. Não acredito em Vida, mas quem considere com real profundidade a questão também encontrará a mesma chave. Não acredito que eu possa criar, mas sim que possa ser um canal para o criativo. (...)” Estas palavras escreveu Keith Jarrett no encarte da gravação de *Solo Concerts Bremen/Lausanne* (1973).

Uma das influências de Jarrett: Béla Bartok, (pianista húngaro, início do séc. XX). Veja-se repetição de frases em claves distintas.

The image shows a page of musical notation for a violin concerto. It features five staves: Violin I, Violin II, Viola, Violoncello, and Double Bass. The music is in a 'Vivace' tempo, marked with a metronome of 122 and a tempo of 280. The score includes various rhythmic figures, including repeated phrases across different staves. Handwritten notes in the left margin read 'double (broad) (wide) (wide) (wide)'. The publisher's name 'B. & H. 9018' is visible at the bottom of the page.

Ex. 3. Violin Concerto, 1937–38. Excerpt from the galley proofs of the first movement from the Boosey & Hawkes edition.

Fonte: www.docfoc.com/category/Documents

Nestes casos, o que proporcionaria não apenas uma situação de experiência desgastante da audição, mas, ao contrário, uma possibilidade excêntrica e até mesmo mística para os ouvintes; tome-se como exemplo a música emblemática de John Coltrane, ou muitos dos *riffs* pianísticos obcecados de estilo de Thelonious Monk (tomemos um desses jazzistas e, aliás, escolheríamos um bom exemplo de que o recurso do *ostinato* pode ser uma potência para a fuga do arquétipo e não propriamente a sua construção pelo processo de repetição). Esta figura musical pode ser tão amplamente tratada, vendo-a como “processo de circularidade melódica” que não deixou de se tornar um tema de passagem obrigatório em Blanchot, em “Uma voz vinda de alhures”. Blanchot, em determinado momento, recai na necessidade de discorrer um breve capítulo acerca do *Ostinato*. Capítulo

este onde agrega o mote etimológico italiano (*obstinado*) com o modo com o qual Paul Valéry (2006), ao seu estilo, deixa-se fascinar pelo rigor obstinado, *ostinato*, de Leonardo da Vinci.

Creio que é preciso falar de « Ostinato », que seria preciso falar dele, mas privado de palavras, numa linguagem que me obceca me fazendo ausência. Ostinato é uma anotação musical. É um tema sem variações, um motivo *acalorado* que revém e não revém. Alban Berg o ouve em Schumann, e eu também o ouço como essa nota única que não cessava de retumbar em sua cabeça sem poder se desenvolver.

É também « o obstinado rigor » de Leonardo da Vinci do qual o jovem Paul Valéry sofreu o encantamento apenas se prometendo de não manter dele senão o rigor. (p. 20)

Para Blanchot (2002), a figura do *ostinato* é pertinente, ao citar, dentre outros, a Valéry, posto sua concepção estética da obra como infinita, algo que sustenta muito bem em todo “O Espaço Literário”. Uma vez sempre infinita, a obra é uma procura incessante, considerando que uma obra-prima não é jamais a busca da perfeição pelo viés do repetitivo - do tentar e errar, tentar e acertar - rumo à continuidade e o uniforme. A obra é sim, para ele, o próprio assentimento musical da errância. E a errância, como tal, seria o que para, por exemplo, Leonardo Da Vinci (e/ou Nietzsche), funcionava não raro como a fonte de suas hipóteses, o que o leva pragmaticamente a suspeitar da infalibilidade que repousa a geral confiança científica,

segundo Valéry (2006). O supra-valor do *co-gito ergo sum* é assediado violentamente pela lição de liberdade de Da Vinci, e vem a ser por isto que Valéry considerará a filosofia como um gênero não muito afastado da poesia, e porque não dizer, da dança, da música⁴. A errância, no domínio da filosofia tradicional que está no alvo da sua crítica, condiz em geral com um espaço opaco onde nada faz sentido. Isso vem a ser um processo totalmente distinto das operações da música, do improviso, da fruição sonora, o que explica o porquê da filosofia constantemente negar o arbitrário; até quem sabe surgirem as condições do aparecimento de Nietzsche, Valéry, e do pós-estruturalismo, digamos. Não apenas o músico, mas se dirá que o artista em geral passa da forma ao conteúdo e vice-versa com muito mais liberdade do que o filósofo. Isso se daria pelo fato do arbitrário e da errância oferecerem mais perigo com relação ao desconhecido. Na tentativa de suspender o convencional, buscando a preciosidade profunda do sentido, o pensador transformaria delicadamente “o segundo em um ano”, necessidade de dilatar o tempo e não propriamente de habitar o tempo, fascinar-se com o tempo. O imediatismo bruto da ordem do visual (diagrama, desenho, gráfico, etc)

⁴ “Valéry comparou a prosa com a marcha e a poesia com a dança. Relato ou discurso, história ou demonstração, a prosa é um desfile, uma verdadeira teoria de idéias ou fatos. A figura geométrica que simboliza a prosa é a linha: reta, sinuosa, espiralada, zigzagueante, mas sempre para diante e com uma meta precisa. Daí que os arquétipos da prosa sejam o discurso e o relato, a especulação e a história. O poema, pelo contrário, apresenta-se como um círculo ou uma esfera: algo que se fecha sobre si mesmo, universo auto-suficiente e no qual o fim é também um princípio de volta, se repete e se cria” PAZ, Octávio, “Verso e Prosa”. In: *Signos em Rotação*, São Paulo: Perspectiva, 1996, p.12.

falaria inclusive mais, muitas vezes, e mais eficazmente, que as palavras sutis quando procuram o sentido real do mundo pelo longo movimento lógico-gramatical. A estética da música, igual modo, para ele, induz intuições, lembranças e impulsos mais eficazmente. Logo, a errância cria sim sentido, cria relações até subjetivamente mais intensas.⁵

A errância, para Blanchot, surge como caça plural da irregularidade, do imprevisível, até mesmo do anonimato, coisas que o próprio Valéry já dava a entender em suas passagens sobre a renascença, em especial sobre a personalidade artística em Da Vinci.

A obra de arte não remete imediatamente a alguém que a teria feito. Quando ignoramos todas as circunstâncias que a prepararam, desde a história de sua criação até ao nome daquele que a tornou possível, é justamente quando ela mais se aproxima de si mesma. Está aí a sua verdadeira direção. É essa exigência que se exprime nesse superlativo que é a obra-prima. A obra-prima não está na perfeição, tal

⁵ Podemos afirmar que, na evolução dos gêneros artísticos, tomemos a música e a escritura literária, por exemplo, como dirá Solange Ribeiro de Oliveira, a representatividade do literário passa ao presentativo, tal como a música faz o caminho inverso, de genuinamente presentativo passa ao representativo. Veja-se: “(...) A expressão musical teria acentuado e enriquecido o aspecto realista da linguagem instintiva, e a poética, o inteligível. A partir de sua separação, a música e a arte verbal teriam tido desenvolvimentos antagônicos, sem excluir encontros ocasionais. A música parte de puras abstrações formais, chegando à expressão de estados de espírito e sentimentos e, eventualmente, à tentativa de sugerir objetos e narrativas, como na música programática; a literatura, partindo do concreto, do elemento representacional, aventura-se aos poucos abandoná-lo, buscando atingir a apresentação, a relativa pureza da abstração. Daí resulta a tensão interna das duas artes, buscando ambas transcender seu elemento natural.(...)” (RIBEIRO, 2002, p.53)

como essa palavra, reivindicada pela estética, o dá a entender, nem pela mestria que é do artista, não da obra. Valéry diz muito bem que a mestria é o que permite nunca terminar o que se faz. Somente a mestria, o domínio do artesão se acaba no objeto que ele fabrica. (BLANCHOT, 1987, p.221)

É sabido que os desenhos e esquemas de Leonardo eram arranjados, frequentemente, com alguns erros propositais, ou sem alguns detalhes especiais, para que apenas o próprio Leonardo soubesse alguns segredos de seus inventos e os mantivesse, muitas vezes, sob um dado poder pessoal.

Helicóptero imaginado por Da Vinci, o desenho grafa um artefato com hélices onde há dado poder pessoal de interpretação. Constam segredos omitidos no registro do invento. Fonte: PEDRETTI, “L’anatomia della ‘bellezza umana” in Leonardo: L’anatomia. Carlo Pedretti, 2005.

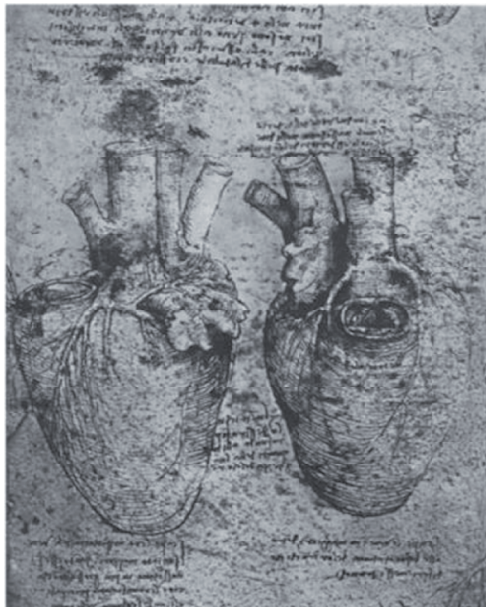


Cumprir dizer que essa personalidade, esta particularidade, como gesto mais do artista que geralmente do filósofo, é reiterada pela crítica ao cartesianismo que opera Valéry. Da Vinci não tinha nenhum problema com a ética do registro, ao contrário, a questão era antes *estética*. Não é a toa que Blanchot alude o modo como Valéry resgata e fascina-se com Da Vinci, ao falar do *ostinato*. Pois Valéry explica-nos que fazer o pensamento falar é um ato vão, repetição do já-sabido. Ele lê a engenhosidade e a geometria, a fisiologia e a perspectiva, naquela obstinação criativa de Da Vinci, como antes uma obsessão pictural (e mesmo musical); ou melhor, uma busca pelo poder de pintar, o poder que não funciona como simples mediação da verdade que ele buscava, simples força de registro, mas o poder como a caça melódica em si.

3. PULSÕES DE DA VINCI

Quer dizer, não seriam tão somente pulsões de uma obsessão dessas metodologias em si mesmas e para si mesmas, suas funcionalidades objetivas, porém, tudo se dá como acontecimento de um profundo desejo do bem pintar, onde o ato do pensamento está sobremodo subordinado ao enlaço estético e à arbitrariedade, em seu mais acanhado domínio de aspiração utilitária.

Coração humano pintado por Da Vinci. Um de seus vários estudos de anatomia



Fonte: PEDRETTI, “L’anatomia della ‘bellezza umana” in Leonardo: L’anatomia. Carlo Pedretti, 2005.

O olhar que sintetiza a vontade científica e, igualmente, a vontade estética é o olhar que Valéry recupera de Leonardo. Ao afirmar que a preocupação com a pintura é a origem do lugar da filosofia para Leonardo, Valéry entende e potencializa o talento particular, a estética, (o coração e a emoção), como o *leit motiv* juntamente com a preocupação essencial e superficial da sua curiosidade filosófica. A primeira preocupação de Da Vinci seria uma preocupação com o texto, com o traço, com o prazer. Jamais observa a profundidade do belo na condição de mero artifício do pensar em Leonardo.

Eis portanto o que mais maravilhoso me parece em Leonardo, e que o opõe e o une aos filósofos bem mais

estranhamente e mais profundamente do que tudo o que aleguei sobre ele e sobre eles mesmos. Leonardo é pintor, *digo que tem a pintura por filosofia*. Na verdade é ele mesmo quem o diz e fala da pintura como se fala da filosofia. (VALÉRY, 2006, p. 232)

Pela pintura ser a condição intrínseca de Leonardo filósofo, ele teria sido excluído monstruosamente da filosofia, com as conjecturas e epifenômenos próprios do racionalismo e dos princípios de exceção conceitual do campo filosófico, o que Valéry explana como uma revisão a se assumir, já em sua *Lettre à Léo Ferrero*, de 1929. Isso nos levaria a pensar: será a linguagem, em Leonardo, mais uma mediação melódica das tinturas de uma vontade de poder? Será antes isto do que apenas a interposição de uma aspiração de saber? Porque geralmente é esta aspiração imaculada de saber que se apregoa a ele, o otimismo apolíneo como pureza racional e curiosa do sujeito renascentista. O talento permaneceria como mero instrumental da versatilidade do gênio. Mas não para Blanchot ou Valéry. Teríamos, aliás, que ponderar se o que Valéry demanda não é justamente a posição nietzschiana do *fugitivus errans* (modo como Nietzsche assinou uma carta a Paul Rée, em 1879), a leitura dessa perigosa figura do *ostinato* musical, estético, fruição absoluta, dionisíaca, como fundamento espiritual em Leonardo, apagamento de Leonardo, posto que este tivesse certa “embriaguez musical” por filosofia, “a pintura por filosofia.” (2006, p. 233).

REFERÊNCIAS

ASTOR, D. **Nietzsche**. Porto Alegre: LP&M, 2013.

AUMONT, J. **O olho interminável** [cinema e pintura]. Trad Eloísa Araujo Ribeiro. São Paulo: Cosacnaify, 2007.

BLANCHOT, M. **A conversa infinita**: A palavra plural. Tradução de Aurélio Guerra Neto. São Paulo: Escuta, 2001.

_____. **O livro por vir**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **La Communauté Inavouable**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1983.

_____. **O Espaço Literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. **Une Voix Venue d'Ailleurs**. Paris: Gallimard, 2002.

CHAMPIGNEULLE, B. **Histoire de la musique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1941.

FOUCAULT, M. **Estética**: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Coleção Ditos & Escritos – Vol. III. Trad. Inês Autran Dourado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **As Palavras e as Coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEONARDI, V. **Jazz em Jerusalém**: Inventividade e tradição na história cultural. São Paulo: Nankin, 1999.

NIETZSCHE, F. **La Gaya Ciência**. Madrid: Libsa, 2000.

OLIVEIRA, S. R. de. **Literatura e Música**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ONNEN, F. **Enciclopedia de la musica**. Madrid: Afrodísio Aguado, 1967.

PAZ, O. **Signos em Rotação**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

SAID, E. W. **Elaborações Musicais**. Trad. Hamilton dos Santos. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

TOMÁS, L. **Ouvir o Lógos**: música e filosofia. São Paulo: EDUNESP, 2002.

VALÉRY, P. **Introdução ao Método de Leonardo da Vinci**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2006.

Recebido para publicação em 05 maio 2015

Aceito para publicação em 20 jul. 2015.

O CONTEXTO URBANO NA CRÔNICA MACHADIANA DOS PERÍODOS DA ABOLIÇÃO E DA PROCLAMAÇÃO DA MACHADIANA REPÚBLICA

THE URBAN CONTEXT IN MACHADO'S SHORT STORIES DURING THE ABOLITION AND PROCLAMATION OF THE REPUBLIC PERIODS

Paulo Cezar Basilio*

RESUMO: O trabalho desenvolve-se a partir do estudo das crônicas de Machado de Assis que foram publicadas na série “Bons Dias”, entre 1888 e 1889. Parte-se do ponto de vista do leitor e da percepção do país que se construía, no contexto urbano, moldado pelos eventos da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República. No texto publicado semanalmente no jornal, busca-se verificar como o cronista se posicionou, mesmo subliminarmente; os impactos percebidos na realidade imediata; as perspectivas de futuro; o inconformismo com as limitações da época, encortinado pela ironia e pela sutileza que aflora do mínimo do cotidiano. As pistas deixadas pela linguagem questionam seu tempo e indica os caminhos possíveis num diálogo permanente com a posteridade. Para a concretização da pesquisa, as crônicas serão submetidas a análises transdisciplinares e confluentes de vários campos do saber, entre eles, a análise literária, a história, o jornalismo e a sociologia.

PALAVRAS-CHAVE: Machado de Assis, Crônica, Eventos Históricos.

ABSTRACT: This paper is based on the study of Machado de Assis short stories published in “Bons Dias” series between 1888 and 1889. It starts from the reader’s point of view and the country’s perception at that time and in the urban context shaped by the Abolition of Slavery and the Proclamation of the Republic. In the text published weekly in the newspaper, we try to see position adopted by the writer, even subliminally; the perceived impacts on the immediate reality; future prospects; the dissatisfaction with the limitations of the period, expressed through irony and subtlety lived in everyday life. The traces left by language question its time and indicate the possible paths in a permanent dialogue with posterity. In order to carry out this research, the short stories will be analyzed according to transdisciplinary and convergent fields of knowledge such as literary analysis, history, journalism and sociology.

KEYWORDS: Machado de Assis, Short story, Historical Events.

* Mestrando em Letras, Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO. E-mail: pccbasilio20@hotmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O trabalho se desenvolve a partir do estudo das crônicas de Machado de Assis que foram publicadas na série “Bons Dias”, entre 1888 e 1889. O eixo central gira em torno do ponto de vista do leitor e da maneira como foi percebido o país que se construía, moldado pelos eventos da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República. No texto publicado semanalmente no jornal, busca-se verificar como o cronista se posicionou, mesmo subliminarmente, os impactos percebidos na realidade imediata, as perspectivas de futuro, o inconformismo com as limitações da época, encortinado pela ironia e pela sutileza que aflora do mínimo do cotidiano. As pistas deixadas pela linguagem e pelo estilo são fundamentais para se traçar as medidas de alcance de uma narrativa que escava o passado, questiona seu tempo e indica os caminhos possíveis num diálogo permanente com a posteridade. Para a concretização da pesquisa, as crônicas que tratam dos dois eventos históricos serão submetidas a análises transdisciplinares e confluentes de vários campos do saber, entre eles, a análise literária, a história, o jornalismo e a sociologia. Na análise, a fundamentação teórica terá por base as teses defendidas por Hans Robert Jauss, na *Estética da Recepção de Texto*, em especial, no que concerne ao Horizonte de Expectativa, à Distância Estética, à Sincronia e à Diacronia no processo de recepção do texto literário.

REFLEXOS DO BRASIL NA CRÔNICA MACHADIANA

A análise das crônicas de Machado de Assis amparada nos postulados da *Estética da Recepção de Texto*, que foram preconizados por Hans Robert Jauss (1994), possibilita a reconstrução dos elementos extrínsecos às publicações e que se tornam fundamentais para que o olhar da contemporaneidade, no complexo mundo da pós-modernidade, alcance as minúcias daquele momento histórico, registrado sob o enfoque da magistral inspiração literária de seu autor.

Entre as contribuições de Jauss, neste trabalho, ainda que indiretamente, busca-se o auxílio das diretrizes apresentadas em suas principais teses, entre elas, as linhas que delimitam o Horizonte de Expectativa, à Distância Estética, à Sincronia e à Diacronia. Por meio dessas premissas teóricas, é possível reconstituir a historicidade que envolve o contexto de produção das crônicas, a delimitação sobre as perspectivas do público leitor da época, elemento de interação muito presente nas crônicas machadianas. A partir disso, na relação dialógica dos dois elementos fundamentais, os interpretativos do método recepcional, ou pelo menos de parte deles, verifica-se que as crônicas dizem muito mais do que a sua superfície textual pode supor, fazendo-se, não raras vezes, bastante atuais, seja pela temática que abordam, seja pelo modo singular com que o autor flagrou os comportamentos e os valores da época que continuam sendo reproduzidos ainda hoje, em plena era dos incontáveis avanços tecnológicos.

Nesse sentido, o estudo das crônicas de Machado de Assis, especialmente as que foram publicadas entre 1888 e 1889 leva ao encontro do país que emerge de seus textos, moldado pelos eventos da Proclamação da República e pela Abolição da Escravatura. De imediato, esse contato revela a análise do comportamento humano, dos valores e costumes estabelecidos naquele período. No texto publicado semanalmente no jornal, verifica-se que o cronista se posicionou, mesmo subliminarmente, com relatos sobre os impactos percebidos na realidade imediata, as perspectivas de futuro, o inconformismo com as limitações da época, encortinado pela ironia e pela sutileza que aflora do mínimo do cotidiano.

Para a concretização do objetivo a que se propõe, o leitor atual deve partir da reconstrução do “Horizonte de Expectativa” por meio do qual perfilou-se o cronista para retratar o quadro social, histórico e político em suas narrativas jornalístico-literárias. Para tanto, as pistas deixadas pela linguagem e pelo estilo são fundamentais para se traçar as medidas de alcance de sua escrita que escava o passado, questiona seu tempo e indica os caminhos possíveis num diálogo permanente com a posteridade. Isso é possível, quando se submete as crônicas ao estudo transdisciplinar e confluyente de vários campos do saber, entre eles, a análise literária, a história, o jornalismo e a sociologia.

Por esse prisma analítico, pode-se verificar a imagem do Brasil que se abstrai da crônica de Machado de Assis, num período histórico de transição entre o governo monárquico e o republicano, em meio ao

processo de libertação dos escravos. Para tal fim, são pertinentes a leitura atenta das crônicas publicadas na série Bons Dias, entre outras que apresentam contribuições sobre o tema em destaque.

A princípio, a definição desse recorte de apenas dois anos de publicações, para um autor que escreveu para os jornais por mais de quatro décadas, pode parecer insuficiente para se alcançar os propósitos do trabalho, posto que os episódios relatados e comentados fazem parte de um contexto historiográfico e literário muito mais amplo.

No entanto, deve-se considerar que é justamente nesse ínterim que ocorre o arremate dos dois eventos históricos enfocados, que vinham sendo gestados há décadas e seriam determinantes para o projeto futuro do país. Foram dois anos muito intensos no cenário político e social da nação, que forjaram boa parte das instituições burocráticas e administrativas modernas.

Além disso, é preciso levar em consideração que nesse período rascunharam-se os primeiros esboços dos contornos da democracia republicana, que iria se estabelecer nas décadas seguintes, com a transposição dos vícios e patrimonialismos dos séculos imperiais.

Como repercutiram na crônica de Machado de Assis os primeiros ecos do novo governo? Que alcance literário e jornalístico teve a prometida liberdade da Lei Áurea na visão perspicaz do cronista? Qual foi a participação do brasileiro comum, o “homem cordial”, na concretização desses dois feitos nacionais? Que Brasil seria projetado sob a

pena machadiana, influenciada pela avalanche de acontecimentos diários desse período?

São alguns questionamentos que se somam a vários outros e podem servir de orientação no percurso de análise dessa produção, para se buscar as pistas que evidenciam a transcendência de uma prosa sempre atual, embora contornada pelos limites históricos, sociais e políticos que direcionavam a publicação dos textos nos jornais da época.

Com isso, vai-se em busca do Machado de Assis que se distancia dos ideais românticos, mas que, ao mesmo tempo em que se deixa absorver pelos postulados realistas, conserva as janelas de sua reflexão sempre abertas ao porvir, fazendo emergir antecipadamente em sua instigante narrativa traços modernos e pós-modernos, típicos da “modernidade tardia”, tal qual preconiza o sociólogo contemporâneo Stuart Hall (1997), ou a fluidez e a inconstância dos comportamentos na concepção da “modernidade líquida”, defendida por Zigmunt Bauman (2005).

Por esse prisma, tendo por fundamento a pesquisa literária, histórica, cultural, social e política destaca-se nas crônicas em foco o retrato do elemento humano e da identidade nacional que se forja ao longo do período colonial e imperial, mas que se apura com o advento da república. Nos gestos mais simples do cotidiano, verificam-se os costumes e os valores culturais estabelecidos como alicerces de uma sociedade que se configuraria, em suas décadas vindouras, nos padrões republicanos atuais.

Percebe-se que Machado com seus “despretensiosos” Bons Dias descortina o país por meio da análise que mescla temas

diversos, por vezes sem conexões aparentes, em textos rápidos. Essa produção, era para ser efêmera, mas persiste e frequenta os estudos de diversos pesquisadores, nacionais e estrangeiros, fornecendo a estudantes e ao público em geral elementos importantes na compreensão das potencialidades, das promessas, das incongruências, enfim, dos avanços e dos retrocessos que marcaram a trajetória da nação, tudo isso já prefigurado pelas lentes da genialidade machadiana.

Mesmo com o advento de novas tendências estéticas desencadeado pelo estilo livre pós semana de 22, os textos machadianos continuam suscitando novas reflexões e estudos. O fato do autor de ser um dos escritores brasileiros que mais tenha sido objeto de teses e trabalhos acadêmicos no Brasil e no exterior não esgota o interesse acadêmico em torno de suas crônicas.

Entre as razões desse fenômeno, pode-se destacar que Machado, enquanto prosador prolífico, soube interpretar seu mundo sem se deixar prender em suas amarras e limitações. Estabeleceu por meio de sua análise penetrante, num estilo único e perscrutador, as bases de uma produção literária que transita pelas origens da nacionalidade brasileira e sugere os desdobramentos futuros que na modernidade iriam amalgamar a identidade nacional, como legado daqueles dias imprecisos.

Por isso, sua prosa rompeu os limites cronológicos de sua publicação e consegue contornar a contemporaneidade. Tal posicionamento é confirmado por Lucia GRANJA que em entrevista ao Caderno G, do Jornal

Gazeta do Povo, publicado em 02/08/2008, afirmou:

Crônica é um tipo de texto que tem um pé assentado na efemeridade, e o que pode (aparentemente) diminuir a importância das crônicas de Machado é o fato de não mais conseguirmos compreender seus assuntos e, por consequência, os recursos de que sua crônica se constrói, o ponto de vista do autor. Mas, quando recuperamos a informação (de época), como nas edições críticas e anotadas que temos feito, os textos são de um interesse absoluto e, em termos literários, atualíssimos. (GRANJA, 2008)

Embora sua crônica seja de relevância inquestionável, Machado se destaca muito mais por seus romances e contos. Nesse sentido, tal julgamento precisa ser revisto pela crítica literária. Mesmo que não se adentre à análises mais aprofundadas, é possível destacar a partir da leitura dessas contribuições para o jornal que, a genialidade não esteve ausente quando pinçou os fatos mais comuns do cotidiano para registrá-los em sua “tribuna”, de maneira que não há um escrito menor que subscreveu as crônicas e outro maior na autoria dos outros gêneros de repercussão consagrada. Nos dois casos, o mesmo estilo, o mesmo tom da intervenção irônica, da análise direta e desapaixonada coexistem, evidentemente, com propósitos distintos.

Com base nessa constatação, uma das linhas de estudo da crônica machadiana aponta para a perspectiva de se encontrar o Brasil que emerge de suas linhas. Nesse caso, deve-se levar em conta que a superfície textual no universo da prosa de Machado de

Assis é apenas a fachada de um magnífico monumento literário construído nos pressupostos da ironia, da ambiguidade, da crítica sutil e inteligente.

Cada produção, por mais simples que pareça, está imbricada numa teia dialógica que interligam as crônicas às produções literárias expressa nos outros gêneros com maior consagração. Nesse sentido, é possível observar, no que tange o enfoque histórico-literário da Escravidão e da Proclamação da República, que a síntese criativa do texto para o jornal serviu de esboço para maior explanação nos romances. Entre eles, pode-se destacar os escravos de Dona Glória, mãe de Bentinho, que eram alugados para auferir renda, em Dom Casmurro, ou os desencontros ideológicos entre República e Monarquia, em Isaú e Jacó.

Ao leitor contemporâneo que pretenda conhecer seus propósitos, deve ter o cuidado imediato de não confiar no texto e nas suas pistas imediatas. É preciso ir em busca do pronunciamento subliminar de sua pena realista para encontrar o ser humano debatendo-se em seu contexto de opressão social, de incertezas e desencontros políticos, de crise econômica, de fragilidade para se delinear os traços históricos que ficariam para sempre impregnados no retrato da pátria e da nação que se definiam naquele momento.

Essa tarefa exige a disposição para se mergulhar nas profundidades dos registros machadianos, que jamais se limitaram à superfície dos acontecimentos sociais. Nesse sentido, as palavras do próprio autor, na crônica de onze de novembro de um mil oitocentos e noventa e sete (11/11/1897), são

plenamente elucidativas: “Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto”.

Nesse sentido, Patrícia Kátia da Costa Pina, ao analisar a produção de Machado de Assis enquanto texto jornalístico, demonstra que

(...) são textos que circulam entre o fato e a ficção, proporcionando ao receptor, de certa forma, uma visão fluida das barreiras entre um e outra. O cronista cria uma espécie de sincronicidade entre acontecimentos aparentemente díspares, quase uma costura invisível, que viabilizaria ao consumidor do periódico um processo de reflexão sobre a realidade circundante. (COSTA PINA, 2007, p. 40)

Nas crônicas, Machado de Assis apresenta, com certa regularidade, sua leitura da semana, reunindo fatos diários, acontecimentos banais, eventos históricos e citações literárias clássicas. Com a pena imersa em uma mistura única de tinta e de ironia refinada, o autor vai lentamente descortinando às hipocrisias sociais.

Entre elas, está a tão anunciada Abolição da Escravatura. Em várias Crônicas, Machado criticou e denunciou que essa conquista não passou de um jogo de cena, que não trouxe grandes benefícios, de imediato, para os cativos. Tal constatação é apresentada por John Gledson que assim se manifesta:

A abolição é relativa: libertando os escravos, não se faz mais do que libertá-los para o mercado de trabalho” ... (serão recontratados e receberão salários

miseráveis) ... Machado, entre ironias e “pilhérias”, chama a atenção do leitor para algo essencial. A Abolição não é um movimento da escuridão para a luz, mas a simples passagem de um relacionamento econômico e social opressivo para outro. (GLEDSON, 2006, p. 156)

Por isso, na tarefa enquanto cronista procura revelar o “mínimo” e o “escondido”, impelido pela “curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto”. A crônica é marcada pelo ímpeto de retirar o leitor de sua tranquila comodidade, tendência já verificada em vinte e três de outubro de um mil oitocentos e cinquenta e nove (23/10/1859), em “A reforma pelo jornal”. Nessa manifestação, Machado apresenta o jornal como um instrumento capaz de chegar a todos os espaços sociais, promovendo a reflexão e a mudança de comportamento.

A primeira propriedade do jornal é a reprodução amiudada, é o derramamento fácil em todos os membros do corpo social. Assim, o operário que se retira ao lar, fatigado pelo labor quotidiano, vai lá encontrar ao lado do pão do corpo, aquele pão do espírito, hóstia social da comunhão pública. A propaganda assim é fácil; a discussão do jornal reproduz-se também naquele espírito rude, com a diferença que vai lá achar o terreno preparado. A alma torturada da individualidade ínfima recebe, aceita, absorve sem labor, sem obstáculo aquelas impressões, aquela argumentação de princípios, aquela arguição de fatos. (ASSIS, 1994)

Nesse aspecto, ao comentar sobre a perspectiva que o Jornal oferecia ao cronista

no seu tempo, Patrícia Katia da Costa Pinha destaca que, para Machado de Assis, a escrita cotidiana seria uma poderosa arma de luta contra as desigualdades sociais e culturais.

O jornal seria popular, coletivo, reforçaria o sentido de unidade grupal, seria a comunicabilidade nacional concretizada em papel. Ao Jornal caberia a tarefa de estabelecer um universo de receptores, a partir daquilo que era vivenciado no cotidiano da sociedade. (COSTA PINHA, 2007, p. 51)

Dessa maneira, o jornal, portador da informação e do conhecimento, poderia desencadear a transformação social, por meio da disseminação de princípios fundadores de uma nova realidade, conforme o cronista tão bem projetou nas entrelinhas das suas publicações semanais.

No processo de produção da narrativa curta de Machado de Assis, sobressai a linguagem contundente pautada pela crítica que não sufoca. Ao contrário, destina-se a sacudir as consciências e alavancar a realidade a novos patamares de civilização. Dessa maneira, estudar sua crônica passa necessariamente pelo viés de análise de seu estilo literário enxuto e certo, manejando os instrumentos linguísticos com maestria, na medida exata, para dizer tudo sem cair nas armadilhas da prolixidade ou nas lacunas incompreensíveis da concisão.

Para Lucia Granja, Machado de Assis traz em suas crônicas os fatos do seu tempo, a partir da observação crítica e realista dos comportamentos sociais. Nesse sentido, a autora defende que:

A crônica seria então uma espécie de palco da semana recentemente finda, no que houvera nela de mais extraordinário (...) Operando em via de mão dupla, seu texto procurava instruir aqueles que desconheciam e, em adição aos textos críticos e literários, destruir os mal-intencionados. (GRANJA, 2009, p. 77)

Dessa maneira, o ponto de partida para a leitura da série Bons Dias passa pela investigação em torno da crônica, enquanto gênero híbrido, linha de intersecção entre jornalismo e literatura. Para tanto, é necessário o estudo de suas características e de suas particularidades, principalmente, nas últimas décadas do século XIX, período em que Machado de Assis escreveu para os jornais cariocas.

Ao se verificar as crônicas que o fundador da Academia Brasileira de Letras publicou no período de 1888 – 1889, pode-se encontrar boa orientação histórico-literária seguindo-se a cronologia das publicações. Nesse período, visualiza-se o retrato do país expressa nos textos, com seu povo, suas misérrimas e seus desafios, num momento histórico em que acontecem dois fatos determinantes para os destinos nacionais: a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República.

No microcosmo construído pelo cronista, surge num primeiro plano o homem, com seus traços característicos da nacionalidade que vai se arraigando nos costumes e práticas culturais. Pelas ruas daquele Rio de Janeiro, cenário da inspiração machadiana, já transitava o “homem cordial”, nos termos em que Sérgio Buarque de Holanda, várias décadas depois, definiu como uma das principais

características da formação da identidade brasileira:

(...) a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. (HOLANDA, 2005, p. 146)

A visão antecipada desse “homem cordial”, de acordo com John Gledson (2006), é observada na crônica machadiana, pois

(...) os pensamentos de Machado são muito similares às reflexões de José Murilo de Carvalho em “Os bestializados” em que o autor comenta o fracasso das instituições políticas e o contrastante sucesso de associações voluntárias, precisamente no Rio desse período. Eles encontram sua expressão mais famosa num dos livros clássicos sobre o caráter nacional brasileiro, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936) – o “homem cordial” é justamente esse tipo de homem incapaz de uma existência social e política regulada, ainda que possa ter “um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”. (GLEDSON, 2006, p. 204)

Nesse ponto, Machado de Assis retratou esse homem em seus textos semanais. Os aspectos do comportamento social daquele

momento subsidiaram a análise dos rumos históricos do país.

O brasileiro, protagonista de cada semana, resulta da trajetória dos principais acontecimentos da época. O novo Brasil, marcado pela Abolição e pela Proclamação da República, foi determinante para a edificação de valores que marcariam o surgimento de perspectivas promissoras de liberdade e de democracia.

Essa transição da sociedade estratificada, oriunda de um “processo de equilíbrio de antagonismos”, depois de séculos estabelecida entre a “Casa Grande” e a “Senzala”, para os domínios urbanos, tal qual apontou Gilberto Freyre (2004), repercutiu nas publicações semanais de Machado de Assis. A República teve impacto na captação dos flagrantes machadianos convertidos em apontamentos literários de uma realidade conturbada.

Nesse ponto, Afrânio Coutinho (1940) é bastante esclarecedor ao destacar que Machado de Assis publicou suas obras sempre em sintonia com a sociedade da qual fazia parte. As discussões em torno dos temas nacionais, por óbvio, não poderiam passar distante de suas linhas construídas especialmente para o jornal, já que ali o cenário imediato era aquele em o seu público encenava, todos os dias, as tragédias e comédias da sua realidade.

Sua obra reflete o tempo e o meio. Os seus temas são os da vida carioca na época do Segundo Reinado, como provou Astrojildo Pereira. Sem ser nacionalista, é um escritor nacional e popular, pois, não escrevendo de costas para a sua nação, sua obra reflete os

problemas de seu povo, seus costumes, preocupações, ideais, dificuldades, tendo vivido dentro dele, recolhendo a sua experiência vital, acumulando-a na alma. (COUTINHO, 1940, p. 34)

Tais constatações, entre outras, são pertinentes para se verificar os parâmetros da identidade nacional que foram estabelecidos por Machado de Assis em suas crônicas, não apenas naquele cenário incerto e perturbador, mas para o brasileiro que se estabeleceria no acomodar contínuo da estabilização social e política que marcaria o advento republicano na história do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crônica machadiana, vista aqui apenas em alguns aspectos, precisa ser lida com maior intensidade. Seu conteúdo, embora ancorado em seu contexto, permite ao leitor atual a reflexão em torno dos problemas que persistem na estrutura republicana do país e que tiveram origem lá naqueles anos turbulentos, nos quais Machado de Assis colheu o material para materializar suas crônicas.

O Brasil, a Sociedade Carioca do segundo reinado, de onde parte a obra e a galeria machadiana, de acordo com Afrânio Coutinho (1940), são elementos fundamentais para a produção das crônicas escritas sob o viés da temática da escravidão:

A Obra de Machado, vista de certo ângulo, é a mais enérgica e violenta reação crítica contra toda a estrutura social do Brasil patriarcal e escravocrata do século passado, com a concepção moral correspondente, ligada

aos preconceitos de raça, cor, classe [...] Que maior acordo, portanto, com o sentido da evolução social do Brasil? (COUTINHO, 1940, pp. 20-21)

Num momento histórico em que o país entrava num vácuo de pertencimento, pois com a Proclamação da República rompia de vez os liames com a coroa portuguesa, as palavras de Zygmunt Bauman lançam luz para se entender os postulados da formação da identidade nacional cambaleante, no contexto da crônica machadiana.

A ideia de “identidade” nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é” e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia – recriar a realidade à semelhança da ideia”. (BAUMAN, 2005, p. 26)

Nas crônicas, Machado de Assis retratou os encontros e desencontros entre as diversas facções políticas, republicanas e monárquicas. Desse enredo conflituoso surgiria o Brasil como promessa de país do “futuro”, com o anseio de seu povo de se tornar de fato independente e livre para conduzir seus destinos.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, M. de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, V.III, 1994.
- BACCEGA, M. A. Comunicação/educação e transdisciplinariade: os caminhos da linguagem. **Comunicação & Educação**, São Paulo, 7 a 14, maio/agosto. 1999.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

COSTA PINA, Patrícia Kátia da. Machado de Assis: jornalismo e leitura. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, ISSN 1678-3182, volume V, número XX, p. 39 – 53, jan - mar 2007.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. 49. ed. São Paulo: Global Editora, 2003.

GLEDSON, J. **Machado de Assis Bons Dias!** 3. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2008.

GRANJA, L. Machado de Assis Journalist: the Man, the Text, the Time. **Olho d'água**, São José do Rio Preto, v. 1, n. 2, p. 75 - 81, 2009.

_____. **Por um novo Machado de Assis**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRANJA, L. Machado de Assis, Jornalista: o homem, o texto, o tempo. **Olho d'água**, São José do Rio Preto, v. 1, n. 2, p. 77, 2009.

HALL, S. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1997.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

JORNAL Gazeta do Povo. **Machado de Assis, o maior cronista de seu tempo**. Entrevista com John Gledson e Lúcia Granja – Pesquisadores. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/cadernog/conteudo.phtml?id=793096>. Acesso em: 07 jan. 2014.

MAGALHÃES JR., R. **Vida e obra de Machado de Assis**. Volume 3: Maturidade. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/ INL, 1981.

RODRIGUES, J. P. C. de S. **A dança das cadeiras Literatura e Política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, 2001.

Recebido para publicação em 13 jun. 2015

Aceito para publicação em 30 setembro 2015.

ASPECTOS DO SÉRIO-CÔMICO NA PARÓDIA PÓS-MODERNA

SERIOCOMIC ASPECTS IN POST-MODERN PARODY

Mail Marques de Azevedo*

RESUMO: Este trabalho analisa a parte final do romance *The Winshaw Legacy* de Jonathan Coe, publicado em 1994, como paródia do romance policial clássico, especificamente *O caso dos dez negrinhos* de Agatha Christie. Discute-se paródia, comédia burlesca e reflexões sobre a escrita do livro – a biografia da família Winshaw – pelo protagonista-escritor como meios de enfatizar o caráter metaficcional do romance e seu comentário cáustico sobre o contexto econômico e político da Inglaterra contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Comicidade. Paródia. Romance policial.

ABSTRACT: This paper analyzes the final part of Jonathan Coe's 1994 novel, *The Winshaw Legacy*, as a parody of classic detective stories, namely Agatha Christie's *Ten Little Niggers*. Parody, burlesque comedy and reflections about the writing of the book - the biography of the Winshaw family – by the writer-protagonist are discussed as a means to emphasize the novel's metafictional character and its biting commentary on the economic and political milieu of contemporary Britain.

KEYWORDS: Comicity. Parody. Detective stories.

* Doutora em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês pela Universidade de São Paulo (1999). Email: mvaledic@gmail.com.

Os comentários da crítica ao romance *O legado da família Winshaw*, de Jonathan Coe, publicado em 2006, concentram-se de preferência em seu aspecto de paródia farsesca de gêneros menores: as clássicas histórias de detetive e mistérios góticos, bem como seriados cômicos da televisão britânica. Um excerto da resenha de *The New York Times*, impressa na capa da edição *Vintage International* do romance, põe em evidência o humor burlesco da narrativa: – “*Savagely funny...a big, raucous and exhilarating novel*”.

A imitação jocosa de outros gêneros e estilos, que impressiona os revisores como pilar de sustentação do romance, torna-se mais evidente a cada virar de página, a começar pelo comentário de um narrador em primeira pessoa, dirigido diretamente a “(seus) amigos leitores”, no estilo convoluto dos romances de folhetim do século dezoito, de que se utiliza para descrever Tabitha Winslow, a velhota amalucada que patrocina a escrita do livro “que agora tendes em mãos”.

Não pretendo demorar-me desnecessariamente nas enfermidades que fados impiedosos destinaram a uma pobre mulher fraca do bestunto, mas esta questão deve ser esclarecida por ter importância material na história subsequente da família Winshaw e deve, portanto, ser colocada em algum tipo de contexto. Empenhar-me-ei em ser breve. (COE, 1996, p. 13-14)¹

¹ COE, Jonathan. *O legado da família Winshaw*. Trad. C.C.Falck. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2002. As referências posteriores ao romance serão indicadas por números de páginas entre parênteses.

PRÓLOGO

A começar pela frase de abertura, no prólogo do romance, a voz narrativa em primeira pessoa estabelece o contexto da ação com onisciência autoral enérgica: “A tragédia atingira os Winshaw por duas vezes anteriormente, mas nunca em proporções tão terríveis” (p. 13). O anúncio lúgubre de que “A morte visitou novamente Winshaw Towers naquela noite” encerra a exposição dos eventos de um remoto dia 30 de novembro de 1942, quando chega a notícia de que o avião de Godfrey Winshaw fora abatido.

Esta é a origem de futuros desenvolvimentos que levam o leitor até a momentosa reunião de família, em 1961, para celebrar o quinquagésimo aniversário de Mortimer Winshaw. Neste ponto, um narrador impessoal em terceira pessoa descreve as iniquidades dos membros do clã – uma coleção estranha de personagens maléficos que representam as mazelas do contexto sociopolítico -, os protagonistas dessa história. São as testemunhas da segunda “tragédia” que atinge os Winshaw, quando um ladrão é morto pelo membro mais velho da família, Lawrence, o senhor do castelo.

Em mais uma reviravolta estilística, o leitor ouve uma voz diferente, a de um narrador adulto que rememora, em primeira pessoa, os acontecimentos de seu nono aniversário, quando fora impedido de assistir ao final de um filme intitulado *What a Carve Up!*, tornando-se, por isso, obcecado com “outro dos mistérios ubíquitos e insolúveis da vida adulta: uma história sem conclusão” (p. 48). É a voz de Michael Owen, o escritor contratado para registrar a história dos

Winshaw, cujas reminiscências e buscas pessoais, especialmente a dificuldade de terminar de escrever o livro, estruturam a narrativa.

De modo coerente, os diversos gêneros e subgêneros que constituem o suporte estrutural do *Legado Winshaw* – biografia, autobiografia, romance policial, além de outras mídias (filme e televisão) – convergem para um ponto comum: a necessidade de elucidar um mistério quer se trate de solucionar um crime, ou, para o escritor moderno, encontrar um meio de deslindar o processo de criação.

A segunda parte do romance, intitulada “Uma organização de mortes” oferece uma solução aparentemente simples: copiar o que já foi feito. Assim, a história da família Winshaw, que Tabitha Winshaw tinha imaginado como “um livro tremendo, sem precedentes – parte memórias pessoais, parte comentário social, tudo misturado em uma poção letal e devastadora” (p. 531) – termina em uma grotesca paródia explícita dos *Dez negrinhos* de Agatha Christie, cuja versão fílmica os personagens do romance discutem abertamente. A paródia é a solução que Jonathan Coe encontra para seus problemas de técnica narrativa.

Este é precisamente o foco deste trabalho: as estruturas narrativas que Jonathan Coe adota de obras anteriores, especificamente do romance policial, e como adapta tais modelos a suas necessidades – a crítica não só do ambiente literário atual, mas do contexto sociopolítico da Grã-Bretanha do pós-guerra. A discussão se concentra preferencialmente sobre a paródia do clássico de Agatha Christie, que conclui o romance, mas

fazem-se referências a outras trocas intertextuais no decorrer do romance, a fim de evidenciar que o objetivo de *O legado Winshaw* é o comentário social de caráter sério. Isso apesar do argumento de um personagem secundário de tendências radicais de que o problema com o romance inglês nos dias de hoje é não ter a mínima tradição de engajamento político: “A meu ver, não passa de um joguinho inócuo dentro dos limites determinados pela moral burguesa. Não tem radicalismo algum” (p. 312).

A FAMÍLIA WINSHAW E SEU BIÓGRAFO

A crítica social marca as duas linhas narrativas do romance: a história dos Winshaw em um período de cinquenta anos, da Segunda Guerra Mundial à Guerra do Golfo, e a história pessoal do indivíduo Michael Owen, que reúne material para a composição de seu livro.

Trinta anos separam as duas momentosas reuniões de família que iniciam e encerram a ação propriamente dita. A celebração do aniversário em 1961 coloca em cena os principais personagens do enredo, que inclui a segunda geração, Lawrence, Tabitha e Mortimer e a terceira, Henry, Thomas Dorothy e Mark. Aos nove e sete anos de idade, os Winshaw mais jovens, Roddy e Hilary, são membros promissores do clã. Na disputa por uma moeda, o menino pisa na mão da irmã até esmagar-lhe os ossos.

Com exceção de Lawrence, falecido há tempo, o mesmo grupo está presente à leitura do testamento de Mortimer, no dia 16 de janeiro de 1991, em ambiente de pesada

expectativa, informa-nos o narrador, uma vez que o prazo final para a retirada das tropas iraquianas do Kuwait havia expirado às dezessete horas.

De uma forma ou de outra, todos os membros da família têm interesses ligados à guerra. Thomas, o mais velho, banqueiro e economista que adora “arrancar das mãos dos contribuintes enormes companhias estatais e retalhá-las entre uma minoria de acionistas famintos de lucros” (p. 363) está de olho no dinheiro a ser ganho com o comércio de armas, no qual seu sobrinho Mark tem negócios com os dois lados. Henry, o vira-casaca, membro do parlamento, construiu uma carreira de sucesso na política escondendo suas opiniões e escavando como uma minhoca para conseguir entrar. Orgulhoso do conhecimento com Margaret Thatcher é a favor de “livrar-se da cadela imediatamente” (p. 163) quando ela cai em desgraça. Acompanha submisso as decisões do partido em relação à guerra. Hilary é jornalista de cachê altíssimo, renomada por escrever artigos mordazes – geralmente sem fundamento – sobre assuntos na ordem do dia. Muda de opinião sem o menor remorso: seus editoriais sobre Saddam Hussein como herói e patriota transformam-se em acusações violentas ao “tirano” cruel. Dorothy, a malvada, transformou a fazenda antiquada do marido, propriedade familiar modesta, em um dos maiores impérios agroquímicos do país, graças à observância da “taxa de conversão”, isto é, “quanto alimento *entra* no animal, comparado ao que *sai* dele, em carne para o consumo” (p. 29)

Michael Owen expressa aversão pela família de criminosos,

(...) cuja riqueza e prestígio estão fundamentados em todo tipo de fraudes, falsificações, furtos, ladroagem, ma-landragem, intriga, sacanagens, pilhagens, ganhos ilícitos, apropriações indébitas, espoliações e desfalques. (...) Pode-se dizer que cada tostão da fortuna dos Winshaw (...) provém por caminhos diversos da exploração desavergonhada de pessoas mais fracas. (p. 105)

As memórias pessoais de Owen intercalam-se com suas ações no presente da narrativa e com reflexões sobre a escrita da história dos Winshaw. É o biógrafo escrevendo a narrativa de sua própria vida. A “estória da estória” tem prioridade e estrutura a narrativa, que chega ao leitor.

Com exceção de um curto desvio em 1982, as sete seções na primeira parte do romance seguem ordem cronológica, de agosto de 1990 a janeiro de 1991 e focalizam a vida pessoal de Michael. Seções intermediárias recebem os nomes dos seis “heróis e heroínas” da família Winshaw – Hilary, Henry, Roddy, Dorothy, Thomas, Mark – e ocupam-se de suas atividades nebulosas.

O leitor fica sabendo como Michael, aos onze anos de idade, cria seu primeiro personagem de ficção, um detetive vitoriano de nome exótico, Jason Rudd, que desempenha papel típico no conto intitulado “O mistério do castelo”. Em momento posterior na trama, o escritor adulto é mostrado participando de um jogo de adivinhação: descobrir quem é o assassino entre alguns personagens isolados em uma casa soturna no campo. A percepção de que o personagem que Michael encarna, o Professor Plum, é o assassino prenuncia os

acontecimentos finais do romance, - na seção intitulada “Uma organização de mortes” -, e fornece comentários adicionais ao papel do escritor quer como “observador desinteressado”, quer como controlador da narrativa.

Era meu destino fazer o papel de um homenzinho vulnerável, desajeitado, preso em uma sequência de acontecimentos assustadores, totalmente fora de seu controle. (...) A solução era evidente: o assassino, o culpado era ninguém mais do que o Professor Plum, isto é, eu mesmo (...) Não parecia justo que por um simples processo de eliminação alguém pudesse se descobrir culpado de um crime, sem saber como ou quando deveria tê-lo cometido. Com certeza não havia precedentes na vida real? Fiquei pensando como seria estar presente à revelação de um mistério terrível e subitamente se ver confrontado com a falsidade de sua própria autoimagem complacente de observador desinteressado: descobrir de repente estar envolvido inextricavelmente na teia confusa de motivos e suspeitas que pretendia deslindar com a imparcialidade e distanciamento de um estranho. Nem é preciso dizer que não poderia nunca imaginar que tal coisa viesse a acontecer comigo. (p. 340-341)

De fato, é difícil imaginar também que o compromisso de Michael Owen com a história da família Winshaw tivesse surgido do encontro fortuito em um trem com uma jovem atraente, que lia um de seus livros. Desde o início parece ser obra do acaso. Revela-se mais tarde que a jovem é filha do editor que

buscava a pessoa adequada para escrever a história, e o encontro fora premeditado.

Oito anos mais tarde, após um período estéril sem nada escrever, Michael Owen ainda luta com o livro não terminado quando recebe sugestões valiosas de seu editor, que o aconselha a botar paixão naquilo que escreve. Entendendo paixão como sinônimo de intensidade, Michael fica abobalhado ao perceber que seu editor se referia simplesmente a sexo. Owen leva a sério o conselho, mas a tentativa de escrever uma cena picante envolvendo Roddy Winshaw (*o marchand*) e uma jovem artista que – de acordo com as fofocas correntes – ele havia atraído até a mansão da família, sob falsos pretextos, é um fracasso e uma das passagens mais hilariantes do livro.

“Meu conhecimento de livros e filmes de sexo explícito era quase nulo,” diz Michael, confirmando mais uma vez o caráter paródico de seu texto. Após quatro dias e quatro noites de escrita e reescrita, continuava “enrolando-se com os preliminares para não ter de passar à ação”.

Ele a puxou para a cama com rudeza
Não, nada disso. Não queria que a coisa parecesse estupro.

Ele a puxou com delicadeza para a cama.

Coisa de veado.

Ele a arrastou para a cama.

Ele sentou-se na cama e a puxou rudemente para si.

Não vai se sentar? disse ele, e apontou rudemente na direção da cama.

Ele olhou rudemente para cama e ergueu a sobrançelha, provocador

Uma sobrançelha sugestiva.

Ergueu uma das sobrancelhas.
Ergueu ambas as sobrancelhas.
Ergueu provocadoramente a sobrancelha direita.
Ergueu sugestivamente a sobrancelha esquerda.
[Finalmente, apelou para um meio termo]
Erguendo ambas as sobrancelhas, uma provocadora, a outra sugestiva, puxou-a rudemente na direção da cama.
(p. 376)

A PARÓDIA E A VISÃO CÔMICA PÓS-MODERNA

A característica visão cômica do pós-modernismo desconstrói aquilo que supostamente deveria imitar, a exemplo da tentativa frustrada de Michael Owen de parodiar clichês pornográficos. De acordo com Lance Owen, “o criador pós-moderno torna-se um terrorista estético e metafísico, um jogador livre em um universo de intertextualidade, onde texto nenhum tem mais ou menos autoridade do que outro qualquer” (OWEN, 1990, p. 18)

Por outro lado, quando discute paródia, Dwight MacDonald alerta contra a ampliação exagerada do gênero que poderia se tornar mera jocularidade: “a maior parte do que hoje passa por paródia é de fato algo tão amplo a ponto de constituir apenas burlesco”. Para o crítico, “o gênero expande-se ou se contrai, mudando de forma como um peixe observado em baixo d’água, sendo a água a noção particular do peixe, própria do observador” (MACDONALD, 1960, p. xiii)

Martin Kuester (1998, p. 3-4) é mais restritivo em sua conceituação. O termo paródia deve ser usado em sentido estrutural em que o humor é uma qualidade possível, mas não pré-requisito indispensável. Para evitar a esperada associação entre paródia e humor, Kuester sugere um retorno ao conceito de paródia dos críticos e teóricos do século dezoito, a exemplo de Samuel Johnson, reintroduzido por teóricos de hoje: “espécie de escrita, em que as palavras ou pensamentos de um autor são retomados e ligeiramente adaptados com novos objetivos”.

As teorias do dialogismo de Bakhtin enfatizam a importância da paródia na arte literária moderna, posto que as sociedades modernas já não podem produzir textos monológicos representativos de uma visão de mundo coerente, como era o caso da epopeia. Uma forma de reagir contra textos monológicos é parodiá-los. “O romance paródia outros gêneros (precisamente em seu papel de gênero); expõe o convencionalismo de suas formas e linguagem; expõe alguns gêneros e incorpora outros em sua própria estrutura peculiar, reformulando-os e re-acentuando-os” (BAKHTIN, 1981, p. 5).

Assim, a paródia pode ser um fim em si mesma – a paródia literária como gênero, por exemplo – mas o autor pode utilizar a palavra paródica de várias maneiras com outros propósitos igualmente positivos.

Linda Hutcheon (1992, p. 32) aponta que paródia é repetição com distanciamento crítico, uma forma de imitação caracterizada pela inversão irônica, que acentua diferenças e não semelhanças. Como empréstimo reconhecido, a paródia envolve não apenas

imitação textual, mas também a questão do propósito artístico.

É evidente que Jonathan Coe tem propósito bem definido ao parodiar um gênero descartado pela crítica acadêmica como literatura de massa: Coe se utiliza das características formulaicas da ficção detetivesca tanto para estruturar sua narrativa, como protestar contra a indiferença do contexto sociopolítico, o que se evidencia quando se aplicam a seu texto as formulações derivadas da obra de Edgar Allan Poe.

FÓRMULAS DA FICÇÃO DETETIVESCA

Precursor do que ele chama de “contos de raciocínio”, Edgar Allan Poe sugere uma fórmula para o que viria a ser a clássica história de detetive, que ele define em “Os crimes da Rua Morgue” e “A carta roubada” (STERN, 1997). Consta de quatro aspectos:

1. *Situação.* A clássica história de detetive tem início comum crime não resolvido e se desenvolve rumo à solução do mistério. Há duas mortes não solucionadas (trata-se mesmo de crimes?) na história dos Winshaw. Pergunta-se: Tabitha teria razão em acusar Lawrence de ser espião nazista e de ter mandado o irmão Godfrey para a morte pelo fogo antiaéreo, em seu secretíssimo voo sobre Berlim? Qual era a identidade do assaltante morto por Lawrence?

2. *Modelo da ação.* Na definição de Poe, o centro de interesse da fórmula dos contos de raciocínio é a investigação e a solução do crime pelo detetive. Jonathan Coe parodia a fórmula para ajudar seu narrador-protagonista – que não é

detetive – a deslindar o mistério, que também não é o centro de interesse da narrativa.

3. *Personagens e relações.* A história requer quatro papéis principais: a) a vítima; b) o criminoso; c) o detetive; d) aqueles que são ameaçados pelo crime, mas são incapazes de solucioná-lo. Todos os elementos são parodiados humoristicamente por Jonathan Coe.

4. *Cenário.* Os contos de raciocínio de Poe transcorrem em cenários isolados – o local do crime e os aposentos do detetive, onde este encaixa cuidadosamente as peças da solução lógica do crime. De certo modo, Winshaw Towers corresponde ao cenário isolado da fórmula.

A narrativa paródica de Coe adapta, inverte ou simplesmente ignora fórmulas e regras. Na verdade, o leitor não fica mesmerizado pela solução dos mistérios, mera linha secundária na história pessoal de Michael Owen. É apenas na segunda parte do romance, “Uma organização de mortes”, - que ocupa apenas a sétima parte do total das 493 páginas do livro – que se atinge “*with a boom and a bang*” a sempre protelada solução dos crimes, entretecida na conclusão do processo narrativo. Além de amarrar as pontas soltas na história dos Winshaw, o *denouement* soluciona os conflitos pessoais de Michael Owen e suas angústias de escritor.

UMA ORGANIZAÇÃO DE MORTES

Como mencionado acima, a segunda parte do livro, “Uma organização de mortes”, é uma paródia explícita dos *Dez Negrinhos*

de Agatha Christie, na forma de uma novela policial curta, narrada na terceira pessoa. O enredo é a terceira reunião dos Winshaw, que inclui o biógrafo da família, Michael Owen.

O clássico de Agatha Christie já é um desvio do modelo tradicional da “narrativa de enigma”, apontado por Todorov (2003): 1) História um: a história do crime apresentada ao leitor como *fait accompli*.; 2) História dois: a busca pelo assassino, que estabelece uma ligação entre o leitor e o processo de solução do crime. A informação é fornecida de maneira clara e direta, permitindo ao leitor chegar a uma conclusão. O narrador – que não é o próprio detetive – funciona como simples observador, alguém que relata acontecimentos, cujo significado geralmente não entende.

Como é do conhecimento dos iniciados, *Os dez negrinhos* é caso único no cânone da “Rainha do Crime”: as mortes são anunciadas de antemão e ocorrem na ordem e maneira indicadas pelas palavras de uma canção infantil. Não há detetives e a solução dos crimes também é *sui generis*: o próprio assassino, uma das dez vítimas em potencial, incomunicáveis em uma ilha, descreve detalhadamente motivos e ações, e coloca o manuscrito em uma garrafa que joga no mar. A garrafa, evidentemente, é encontrada pela polícia!!! Pelo menos neste ponto a história segue as regras: tem de haver uma solução para o mistério, mesmo que improvável e inverossímil, e que deve ser revelada em um momento dramático (CAWELTI, 1977, p. 87).

Considerando que o texto de Christie já é um desvio de regras convencionais, pode-se ver “Uma organização de mortes” como paródia de uma paródia; como texto imitativo que

inverte duas vezes a forma do conto de detetive formulaico (o texto imitado), ao mesmo tempo em que jocosamente finge renovar o interesse em sua velha mensagem – o criminoso deve ser punido. A divisão em forma e conteúdo é uma simplificação, uma vez que os dois elementos, especialmente na paródia, são interdependentes. Entretanto, como Kuester enfatiza, a paródia força-nos a perceber a forma como um artifício (KUESTER, 1992, p. 7).

Os romances de detetive são um gênero formulaico, no entanto, e pela concentração no diálogo explícito com a forma do texto imitado, inevitavelmente nos referimos à sua mensagem. Implicações ideológicas é a espinha dorsal do *Legado Winshaw* e sua parte final, “Uma organização de mortes” é um travesti ou burlesco, uma imitação caçoísta e exagerada de tais ideias.

Utiliza-se como princípio estruturador a divisão sugerida por Poe:

SITUAÇÃO

Um diálogo explícito com diversos gêneros e subgêneros da literatura popular estabelece a situação inicial: basicamente a reunião dos Winshaw, com a presença de seu biógrafo, Michael Owen, para a leitura do testamento de Mortimer.

O aparecimento inexplicado no apartamento de Michael, no crepúsculo prematuro de um dia sombrio, de um estranho misterioso, cujo rosto “teria despertado terror no coração de muitos homens mais valentes”, ridiculariza os clichês de histórias de terror.

Esquelético, disforme e doentio, ele expressava, de cara, pobreza de espírito, lentidão de inteligência e, talvez o mais arrepiante, produzia a impressão de alguém absolutamente indigno de confiança (...) era um rosto que transmitia uma única mensagem horripilante: abandonai toda esperança, ó vós que virdes este rosto. Abandonai qualquer idéia de redenção, todas as perspectivas de fuga. (p. 472)

Tratava-se apenas do advogado de Mortimer Winshaw, que vinha solicitar a presença de Michael na leitura do testamento do cliente.

No trem a caminho de Winshaw Towers, Michael examina uma história de espionagem intitulada *Eu fui Aipo*, memórias de um agente duplo cujo codinome explica o significado do misterioso bilhete de Lawrence – BISCOITO, QUEIJO E AIPO – supostamente um pedido para o almoço, elemento-chave para a solução do mistério da morte de Godfrey – que marca a primeira reunião dos Winshaw. O narrador em terceira pessoa, que substitui a voz narrativa de Michael Owen, sugere que a explosão de Tabitha acusando Lawrence de traição poderia ser verdadeira.

Aparentemente Michael fora chamado para a solução do mistério. São feitas revelações surpreendentes: o assaltante morto por Lawrence, durante a segunda reunião da família, era o co-piloto de Godfrey que havia sobrevivido milagrosamente à queda do avião, e pai biológico de Michael. A mão do acaso não perde a força.

Referências a diferentes gêneros de filmes que apresentam **situação** semelhante,

o assassinato de várias pessoas em velhas mansões isoladas, preveem desenvolvimentos futuros: o *thriller* de Hitchcock *Psicose*, um travesti cômico com Bob Hope, e filmes baseados na trama do romance de Agatha Christie *Dez negrinhos*. A situação em Winshaw Towers é uma paródia explícita deste último: – Não tem um filme onde um maluco – que era de fato um juiz – convida um monte de pessoas para uma casa remota e mata todo mundo, e a explicação é que todos escondiam segredos criminosos e o juiz se vê como justiceiro – “uma espécie de anjo vingador?” (p. 503-504). A pergunta feita por Thomas Winshaw estabelece o modelo da ação e “oficializa” a natureza paródica do texto.

MODELO DA AÇÃO

Jonathan Coe chama a atenção do leitor para sua obediência clara às convenções da ficção detetivesca, quando apresenta explicações lógicas para a presença de todos em Winshaw Towers, na noite fatídica de 16 de janeiro de 1991. O que levaria seis das pessoas mais ricas da Inglaterra – Thomas, Henry, Dorothy e Mark, além de Roddy e Hilary – a se dar ao trabalho de vir até uma velha mansão em ruínas para a leitura do testamento de, respectivamente, seu tio e seu pai, um homem reconhecidamente pobre? A resposta é dada pelo morto, na leitura do testamento: – Virão impelidos pela mesma força que sempre – com exceção de tudo o mais – os conduziu ao longo de suas carreiras. Refiro-me, é claro, à cobiça: cobiça nua, brutal e impiedosa” (p. 487).

A presença de Michael é igualmente justificada, como o “infeliz biógrafo” da família, que deveria estar à mão para fazer um relato completo de uma noite que se esperava fornecesse “conclusão extremamente apropriada à sua história, aguardada com tanta ansiedade” (Id.,Ibid).

CENÁRIO

A descrição do cenário parodia abertamente a ficção de terror gótica. À mercê do vento e da chuva, em noite de profunda escuridão, Michael caminha através da “turfa negra desolada, urzes esparramadas e montes de rochas de formas estranhas”, até alcançar “uma mansão atarracada e repulsiva”, onde é recebido pelo “hediondo uivar dos cães”. Quando tenta erguer “a aldraba imensa e enferrujada” percebe que a porta “imediatamente se abriu sozinha”. O “saguão imenso, sombrio, revestido de lajotas de pedra, iluminado por apenas quatro ou cinco lâmpadas instaladas bem alto nas paredes revestidas de madeira, nas quais se viam tapeçarias gastas e pinturas a óleo que aumentavam a impressão crepuscular” completa o cenário apropriado (p. 480).

Neste ponto, apesar das características de paródia bizarra das histórias de detetive, reveladas pela leitura, as expectativas inevitáveis despertadas pelo gênero mantêm o leitor *habitué* na esperança de ver esclarecidos os pontos obscuros da narrativa. E isto é o que faz finalmente Jonathan Coe, num jogo rápido de prestidigitação com os papéis de “vítima, criminoso, detetive e pessoas ameaçadas pelo crime, mas incapazes de solucioná-lo”.

PERSONAGENS E RELAÇÕES

O número de vítimas é reduzido para seis, mas as mortes refletem as características de um motivo central – suas atividades profissionais fraudulentas. Henry, o traidor capaz de apunhalar companheiros pelas costas, é o primeiro, morto por uma punhalada. Hilary comenta secamente: “Muito apropriado! Quer dizer que Mrs. Thatcher está por aqui?” (p. 496)

Mark Winshaw, o traficante de armas, é desmembrado com um machado. O corpo é descoberto na sala de bilhar, braços e pernas espetados grotescamente nas caçapas. A mensagem macabra rabiscada com sangue na parede faz referência a outro texto literário: ADEUS ÀS ARMAS.

Quando as luzes se apagam, Roddy inadvertidamente mastiga o globo ocular de Thomas, o *voyeur*, que apanhara em uma tigela de uvas. O corpo de Dorothy é esfolado com capricho e amarrado pelos tornozelos a um gancho parafusado em uma viga, como um bezerro no matadouro. Hilary é esmagada por um enorme pacote de todos os jornais para os quais escrevera suas colunas mordazes nos últimos seis anos. Roddy Winshaw, o *marchand* sem escrúpulos, é encontrado morto no quarto, o corpo coberto de tinta dourada dos pés à cabeça – cena de outro filme, Shirley Eaton em *Goldfinger*. A informação é dada por Michael Owen, fiel à tarefa autoimposta de inquiridor, uma variante do papel do detetive.

Em certo momento, Michael Owen se torna o principal suspeito, quando se aponta que Owen é o nome do organizador da “farra” em *O caso dos dez negrinhos*, o Sr. U.N. Owen

(=Unknown). De volta ao papel de inquiridor, Michael ouve de um Mortimer Winshaw, bem vivo, porém exausto e coberto de sangue, a explicação da série de mortes misteriosas. Mortimer viera exagerando seu estado de invalidez para poder prestar um pequeno favor à humanidade antes de morrer, livrando o mundo dos Winshaw, “um punhado de vermes”.

É mal de família, sabe como é. Doidos de pedra, louquinhos da silva, pirados até o fim, todos nós. Porque chega uma hora, sabe, Michael, (...) em que a cobiça e a loucura se tornam praticamente indistinguíveis (...) E chega uma outra hora, em que a disposição de tolerar a cobiça, conviver com a cobiça e até mesmo colaborar com ela, se torna também uma espécie de loucura. (p. 540)

Este é o indispensável momento da revelação nas histórias de detetive, quando se esclarecem motivos e meios do(s) assassinato(s). O próprio Michael, entretanto, não está de todo isento de culpa. Fora o seu livro – trechos do qual Tabitha havia encaminhado ao irmão – que havia persuadido Mortimer a agir e, mais ainda, “sugerido uma ou duas possíveis (...) abordagens” (p. 539). O papel de Michael como observador desinteressado se dissolve e ele se descobre “envolvido inextricavelmente na teia confusa de motivos e suspeitas que pretendia deslindar com a imparcialidade e distanciamento de um estranho”, conforme citado anteriormente.

Os papéis contraditórios que Coe atribui a Tabitha Winshaw enfatizam sua manipulação brincalhona da fórmula. Tabitha

é a “velha maluca” que detona a ação – um paralelo com “Tia Emily”, a solteirona velha e louca representada por Esma Cannon no filme *What a Carve Up!*, de significado central para o romance. Mas é também a “farejadora esperta”, tricotando calmamente enquanto todos os outros correm a esmo, uma Miss Marple irônica – mais uma referência a Agatha Christie – que se diverte com a confusão e lembra a Michael sua posição autoral: “Que cara comprida! (...) Ou talvez você esteja começando a ter algumas ideias de como seu livro pode vir a terminar” (p. 500). De fato, é Tabitha o instrumento que provoca o fim de “Uma organização de mortes”, a história dentro da história dos Winshaw, que fica inacabada. Vestida com as roupas do piloto que levaria Michael de volta a Londres, ela assume o comando do avião, que se espatifa no solo, rindo desvairadamente – “o riso infundável e odioso dos loucos irrecuperáveis” (p. 548). A morte de Michael completa os paralelos com o texto imitado, em que não há sobreviventes. “A tragédia atingira os Winshaw por duas vezes anteriormente, mas nunca em proporções tão terríveis”: o impacto da frase de abertura decuplica-se quando repetida isoladamente, depois das palavras finais do romance. A morte põe fim aos conflitos pessoais de Michael e soluciona seus problemas como escritor: é só deixar a história inacabada.

Nas histórias de detetive os problemas da vida são reduzidos a um único: um crime foi cometido e deve ser solucionado. Com a revelação do(s) culpado(s), desaparecem os problemas e a vida retoma seu ritmo tranquilo. Deve ser esta a razão principal para a

popularidade contínua e inesgotável do gênero. Explica, com certeza, o uso paródico da ficção detetivesca como solução para o impasse que Michael Owen enfrenta:

O manuscrito estava uma verdadeira mixórdia. Partes poderiam ser lidas como romance e partes como história, enquanto nas páginas finais assumia tom amedrontador de indisfarçável hostilidade em relação à família. Eu teria de decidir de uma vez por todas se apresentaria o trabalho como fato ou ficção (p. 91-92).

Fato e ficção, na realidade, convivem lado a lado em *O legado Winshaw*, o que evidencia a existência de diferentes níveis de representação: o ator Sid James, por exemplo, estrela de *What a Carve Up!* na vida real, torna-se personagem de um incidente que envolve o voyeurismo de Thomas Winshaw. Que problemas de representação constituem preocupação constante do autor, Jonathan Coe, torna-se evidente por sua escolha de abordagem, centralizada sobre a escrita como processo autorreflexivo. A crônica da Grã-Bretanha do pós-guerra e, por extensão, do mundo do pós-guerra, torna-se uma paródia de historiografia, biografia, autobiografia, bem como de vários gêneros da literatura popular, além de estabelecer relações com outras mídias – filme e televisão.

Pode-se dizer que *O legado Winshaw* se encaixa à perfeição no conceito de metaficção historiográfica de Linda Hutcheon, em virtude do uso de técnicas que põem em relevo o processo da escrita na reconstrução de um período histórico. E a paródia, certamente, é uma técnica metafictional, uma vez

que, seja qual for seu objetivo, baseia-se em um texto primário. Para Hutcheon, a paródia é um dos modos principais de construção formal e temática no século XX, tendo uma função hermenêutica de implicações culturais e ideológicas (HUTCHEON, 1991, p. 2).

Michael Owen, o inquiridor, soluciona o mistério que envolve as mortes de Godfrey Winshaw e de seu co-piloto e causa, indiretamente, a punição dos criminosos. Michael Owen, o escritor, deixa o livro inacabado. À semelhança de seu protagonista-escritor, Jonathan Coe, o autor de *O legado da família Winshaw*, expõe com sucesso a cobiça e a insanidade do mundo moderno, ao mesmo tempo em que lança olhar crítico sobre a tarefa do escritor nesse contexto. Os comentários recorrentes sobre a falta de um final apropriado, além de acentuar o caráter paródico do texto, indicam que o autor ainda está à procura de respostas para seus problemas de representação.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **The Dialogic Imagination: Four Essays**. Ed. Michael Holquist. Trans. Caryl Emerson and Michael Holquist. Austin: University of Texas Press, 1981.
- CAWELTI, J. G. **Adventure, Mystery, and Romance**. Chicago: The Un. of Chicago Press, 1977.
- COE, J. **The Winshaw Legacy**. New York: Vintage Books, 1996.
- _____. **O legado da família Winshaw**. Trad. C.C.Falck. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2002.

CHRISTIE, A. *And Then There Were None*. In: **Christie Classics**. New York: Dodd, Mead & Co., 1954.

HUTCHEON, L. **A Theory of Parody**. *The Teachings of Twentieth-Century Art Forms*. New York and London: Routledge, 1991.

KUESTER, M. **Framing Truths**. *Parodic Structures in Contemporary English-Canadian Historical Novels*. Toronto: University of Toronto Press, 1992.

MACDONALD, D. (Ed.). **Parodies**. *An Anthology from Chaucer to Beerbohm and After*. New York: The Modern Library, 1960.

OLSEN, L. **Circus of the Mind in Motion**. *Postmodernism and the Comic Vision*. Detroit: Wayne State University press, 1990.

STERN, P. V.D. (Ed.). **The Portable Edgar Allan Poe**. New York: Penguin Books, 1977.

Recebido para publicação em 16 jul. 2014

Aceito para publicação em 16 abril. 2015.

BRIGA NO BECO: UMA POESIA ADELIANA

BRIGA NO BECO: A POEM BY ADELIA PRADO

Leila Cristina Fajardo Nicolitto*

RESUMO: A finalidade deste trabalho é evidenciar, nas figuras adelianas, aspectos que possam caracterizá-las como influências sociais e religiosas de todos os tempos. A partir da análise de seu poema *Briga no Beco* que se encontra no livro *Poesia Reunida* (2001) verifica-se que a situação particular vivida pela autora em sua condição de mulher e a aproximação com o universo religioso marca de forma decisiva seu discurso, influenciando tanto a escolha dos termos como sua linguagem poética, e ainda a própria valorização estética de sua obra. Além disso, acreditamos que as figuras femininas têm algo a dizer como instrumento de análise literária, podendo auxiliar na compreensão de muitos aspectos existentes em sua obra, principalmente naquelas que mostram uma psicologia estrutural alicerçada e modificada com as décadas. Este estudo fornece importantes bases descritivas e interpretativas, todas elas plenamente possíveis de enriquecer o âmbito da análise.

PALAVRAS-CHAVE: Adélia Prado; poesia; mulheres; literatura brasileira; religião; feminismo.

ABSTRACT: The aim of this study is to evidence, in Adélia Prado's female characters, aspects that can characterize them as social and religious influences of all decades. Analyzing her poem *Briga no Beco* in *Poesia Reunida* (2001) it becomes evident the particular situation lived by the author as a woman and how the proximity with the religious universe marks her discourse, influencing both the choice of terms and her poetical language, and the aesthetics valorization of her literary composition. Furthermore, we believe that female figures have something to say as an instrument of literary analysis, helping the comprehension of many aspects in her literary composition, mainly in those that show a structural psychology modified and consolidated over the decades. This study provides important descriptive and interpretative basis, all of them can to enrich the analysis.

KEYWORDS: Adélia Prado; poetry; women; Brazilian literature; religion; feminism.

* Mestrado em letras – Teoria da literatura comparada. UNESP. E-mail: leilanicolitto@yahoo.com.br.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quando Adélia Luzia Prado de Freitas conheceu a poesia, considerou-a um fenômeno. Sentia-se cumprindo a sua sina, carregando a sua bandeira através da graça que havia recebido. É essa a sua preciosa bagagem. A letra é sua, a mensagem é de Deus. Jesus é Jonathan, afirma ela em entrevista dada a *Cadernos de Literatura Brasileira* (2000).

Cresceu e se multiplicou em vários livros, colocando neles alegrias e medos, misturando o profano ao religioso na revelação de suas mais profundas angústias e até depressões. Em cada poema lê-se a mulher, esta que é social, religiosa, profana, com sua vida que escorre pelos dedos através de suas palavras. É Eva, é Maria, é Lilith; mulher oprimida, reprimida, livre, oferece e mostra um caminho.

Ela cresce e com ela crescem seus poemas e romances. Sua produção integral relaciona-se à Bíblia, mostra no íntimo a história e o sofrimento dessas mulheres que social e religiosamente, não por Cristo, mas pela humanidade, sofreram e sofrem grandes injustiças e sofrimentos de corpo e de alma. Seus poemas são visões do mistério da fé, já que atribui a Deus a sua escrita. Por isso, é considerada muitas vezes poetisa menor.

No lançamento de seu primeiro livro *Bagagem* (1976), no Rio de Janeiro, estiveram presentes: Antonio Houaiss, Raquel Jardim, Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, Juscelino Kubistchek, Affonso Romano de Sant'Anna, Nélide Piñon e Alphonsus de Guimaraens Filho.

Adélia Prado começou a ser estudada no exterior. Ann Carter apresentou o primeiro

estudo sobre a obra adeliana no Department of Comparative Literature, da Princeton University (EUA-1980). Nesse mesmo ano, Adélia Prado publicou o romance *Cacos para um vitral*.

O espetáculo *Dona doida: um interlúdio* estreou no teatro Delfin (RJ), em 1987. É baseado nas obras: *Bagagem*, *O coração disparado*, *Terra de Santa Cruz*, *Solte os cachorros*, *Os componentes da banda* e *O Pelicano*, este último publicado no ano da apresentação da peça. A montagem teve como protagonista Fernanda Montenegro e foi dirigida por Naum Alves de Souza. Percorreria então diversos estados brasileiros, além de EUA, Itália e Portugal.

Ainda, Fernanda Montenegro encenou *Fedra* em São Paulo, peça em que ambas, Adélia e Fernanda, trabalharam em torno do feminino e da religiosidade. Três anos depois do primeiro encontro é que a peça foi encenada. Deu-se o mesmo com *Dona doida*. Adélia dirigia-se, então, para o grande público.

Em entrevista dada a *Cadernos de Literatura Brasileira* (junho/2000), Adélia afirma gostar de dar entrevistas, mas para ela esse processo de concessão está ligado à dor, pois não se sente à vontade ao falar de si e de seus escritos; e o ficar frente a frente com pessoas as quais não conhece gera nela um processo que se assemelha à dor. Ao mesmo tempo, afirma ela, é bom falar e mostrar um pouco de sua pessoa e de sua escrita, como uma satisfação oferecida aos seus leitores. E ainda, todo esse processo (entrevista – dor – satisfação) relaciona-se com a Bíblia que mostra o desconforto e sofrimento, como o de Maria (alegria e dor encontram-se intimamente ligados no nascimento e morte de

Cristo), pois dentro dos sentimentos marianos encontram-se a representação do sentimento de muitas mulheres ainda hoje no mundo.

Os recursos para a sua escrita são buscados dentro da necessidade da experiência de vivenciar o mundo. À sua poesia atribui-se caráter melancólico, como a tristeza familiar que se encontra relacionada à época da Quaresma, a qual oferece emoções fortes como amar e servir a Deus. É uma emoção ligada ao plano religioso; é a fé que se concretiza com os sentimentos presentes e aguçados das festas religiosas. A Quaresma é considerada uma época de grande reflexão para os católicos, e fica muito mais ligada, na mentalidade do povo, à morte do que a vida.

Poesia, então, passa a ser dádiva e sua crença cristã vocaciona-a para o real dentro do plano humanístico-cristão da população. Isto não implica em sofrimento, nem em ma-soquismo, mas constata que há dor na condição de ser e estar humano. Pecado e dor caminham paralelamente dentro da existência humana, e estão intimamente ligados a Cristo, que apresentou sua paixão e morte com um corpo carnal.

Para ela, o poema é um indivíduo e necessita de atenção, e algumas vezes de reparo. Estabelece a poesia relação com o poeta, pois este está em estado de graça. Sua poesia cotidiana se entrelaça ao trabalho de outras mulheres, além de falar algo que se estenda às pessoas. Escreve de forma muito simples, utiliza um “caderninho” porque ainda não se adaptou ao computador.

Se parasse de escrever, para ela, seria a morte!

1. ADÉLIA MULHER

Adélia casou-se e parou de lecionar. Teve cinco filhos. Seu primeiro poema aconteceu após a morte da mãe; estava com aproximadamente quatorze anos de idade. Ficou então, responsável pelos irmãos e a poesia, esta, só se concretizou em 1972 quando o pai desapareceu. E em suas leituras, a Bíblia sempre esteve presente, desde o início.

Em sua escrita, quando começou, houve muita crítica sobre o seu novo tipo de discurso literário, inclusive e principalmente sobre seus temas que utilizavam o cotidiano e pelo fato de possuir simples vocabulário. Revela ainda seu fervor religioso e percorre o espaço entre o lírico e o irônico.

Nessa época, década de 70, o feminismo começava a despontar. Adélia parecia ultrapassada porque seus poemas tinham a interferência do religioso e muitos outros expunham a questão masculina que vigora até então.

Ela revela ainda a divindade, o humano e o cotidiano na busca da verdade, por isso seu espaço é fechado: casa, família, cidade. Explora, ainda, a mulher e o feminino, altera a tradição patriarcal cujo sistema oprime as mulheres; é um auto-retrato histórico e econômico. Dá novo tom ao ser mulher, colocando a valorização, o corpo, os gestos, afetos. É questão de amor próprio.

Ela busca a identidade com a figura ou a personagem feminina, mostrando ser livre tanto no ser quanto na experiência. A mulher se manifesta na biologia do corpo, e Deus se mostra nesse corpo através do orgasmo de suas figuras e personagens.

Representa todas as mulheres que de uma forma ou de outra passaram e foram escritoras, muitas vezes, barradas pela sociedade, pois a literatura entrou verdadeiramente na vida das mulheres aos poucos, seja como leitoras ou escritoras. A literatura é a observação do mundo, difunde pensamentos e comportamentos. A obra feminina requer intimidade e liberdade de espírito.

2. ADÉLIA E RELIGIÃO

Sua confecção poética refere-se à Bíblia. Demonstra ser muito religiosa em seus escritos e em suas entrevistas. Coloca ainda anjos, igreja, corpo, salmo e oração na união da vida com Deus. O Verbo é espírito, é carne. E mostra em sua poética: cores, visões e profundezas místicas. É o seu cotidiano buscando e rumando para a lírica. Suas palavras demonstram o Ser absoluto, a perfeição divina. Não pode ser visto, mas pode ser revelado através de palavras e da espiritualidade de cada ser, de cada ato, de cada coisa.

Como sua poética é feita de metáforas, a comparamos com Tomás de Aquino e Teresa de Ávila, e usa, bem como eles, os poemas para ganhar força dentro do religioso. Sua palavra apresenta simbologia e pode ser pensada e questionada a partir disso, pois apresenta Deus como uma paixão erótica. Através de sua palavra também é possível à revelação do sofrimento e a busca dos limites da linguagem, suas significações articuladas e reais.

Para Adélia, Deus não é punidor, é amoroso, e busca a redenção assim como aparece nos evangelhos. A imagem divina surge da oração e não da teologia, da apresentação

e não da tradução. É obediência como a de Maria quando da visita do anjo Gabriel, é busca do conhecimento com Eva e atitudes fortes com Ester. Deus é mais do que disseram as comunidades por meio de seus relatos e escritas bíblicas.

Também, marcada pelas mulheres, muitas bíblicas, coloca elementos poéticos como referenciais, e estes vão desde o leite até o ventre. Enfim, a poesia adeliana é a proclamação do amor, através da religiosidade e da oração.

3. FORTUNA CRÍTICA

A obra poética de Adélia está entre o cotidiano, o religioso e o erotismo. Para ela, a poesia é vital e ela é a escolhida para a tarefa da escrita. Ela resgata a condição feminina e o cotidiano das mulheres em seus acontecimentos domésticos, principalmente na religiosidade.

No livro *Literatura e Feminismo* (Ramalho, 1999) há um artigo sobre Adélia “Vivência erótica do cotidiano na poética de Adélia Prado” de Cimélio Senna que discute a influência da eroticidade nas mulheres que atuam hoje. A revista *Cult* (1999) apresenta uma entrevista com Adélia Prado. Nessa entrevista a poetisa fala sobre *Manuscritos de Felipa e Oráculos de Maio*, os livros recém lançados na época. Ainda faz observações sobre a religiosidade e o cotidiano em sua obra.

Em artigo de Elódia Xavier (2003), há observações e comentários sobre Adélia e seu livro *O homem da mão seca*. Elódia apresenta o livro sob os aspectos: religiosidade, carência, ligação entre os evangelhos de Marcos, Mateus e Lucas com a epígrafe do

livro e ainda o milagre operado a ela (Adélia considera isso em relação à sua escrita) que estabelece relação com a Bíblia.

Em o jornal *O Estado de S. Paulo* (15/08/2000), o jornalista José Castello faz um comentário completo sobre o CD de Adélia Prado. Ele considera Adélia uma excelente intérprete, até mais que João Cabral. Também é considerada, no momento, do mesmo nível de Manoel de Barros e Hilda Hilst.

Continuando o comentário sobre a fortuna crítica de Adélia, em “Mulher e Literatura”, no Seminário Nacional Mulher e Literatura, realizado em Niterói, em 1997; há dois artigos sobre a referida poetisa. No primeiro “Memória Poética e Crítica da Ideologia em bagagem de Adélia Prado” por Angélica Soares (1999), discutem-se o discurso adeliانو e a ideologia social que rege o desempenho “ideal” de mulher no sistema patriarcal. Trata, também, de uma forma superficial, sem abordagem profunda, até mesmo por ser um artigo, da formação religiosa da mulher no Brasil, bem como a permanência de estados psíquicos que são constantes nos poemas de Adélia Prado.

É uma poetisa que inspira muitos estudos, em todas as áreas que se referem aos mais diversos temas. O tema para este trabalho não apresenta muitas obras e referências para estudo, e esse é justamente o motivo pelo qual foi escolhido: mulher bíblica e social juntamente com a literatura feminina.

O texto de Adélia Prado está longe de ser simples. Sua linguagem é como matéria densa, não foi tomada de empréstimo dos homens. A verdade de sua experiência feminina completa-se com sua fidelidade à

sua paisagem ambiental. Sua poesia vem do sertão.

As citações bíblicas que faz não chegam a ser uma influência, pois sua religiosidade é mais das igrejas interioranas. Ela apresenta o moderno renovado por meio de um distanciamento da necessidade de um pioneirismo pela boa poesia acima do Modernismo.

Para ela a poesia é andrógina, não tem sexo. E em relação às cores usadas em seus poemas, ela considera um aspecto material da concretude do mundo. E entre prosa e poesia, a prosa é mais laboriosa e a forma poesia dá-se o conteúdo de uma só vez.

A religiosidade de Adélia Prado revela seu ineditismo. Adélia revela a mulher provinciana cuja eroticidade só se torna conhecida por resultar de conflitos e paradoxos. Adélia supera atitudes do Modernismo, indicando a voz feminina, o interior brasileiro e a família burguesa.

O erotismo não entra em conflito com sua concepção cristã. Sagrado e Profano se misturam no mundo adeliانو. Neles estão o imediato e o transcendental, o cotidiano e o sobrenatural. A voz feminina afasta a sua maneira masculina de dizer o mundo.

A poesia de Adélia Prado é intertextual. Suas principais fontes são a Bíblia (Êxodo, Salmos, Cântico dos Cânticos), Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa, Orações Religiosas, Freud, Machado de Assis, Fernando Pessoa, Contos Populares da História Antiga.

O seu processo de criação inicia-se com uma perturbação inicial, que pode vir de uma pessoa, fato ou idéia. É nessa hora que sente a necessidade de escrever. Há a perturbação

e para ela isso é transcendência de beleza, de Deus, valores de ordem espiritual que permeiam nossa vida. A poesia de Adélia e o processo de que se utiliza para a recuperação dos resíduos de linguagem é um desejo de apreensão da poesia em si.

Partiremos agora para a etapa que se consolidará nos estudos das mulheres perante a sociedade, como elas eram e são agora, e ainda considerando as formas de serem avaliadas e educadas pelo sistema sócio patriarcal.

4. A MULHER E A SOCIEDADE

Dentro de um rito social, as mulheres geram e os homens matam. Esses são pensamentos e práticas estigmatizadas por uma sociedade notoriamente machista. E apesar de estarmos no século XXI, as mulheres apresentam um perigo negro, um mistério desconhecido e ignorado por muitos, talvez por medo e não por curiosidade.

A identidade é que caracteriza e define o ser como parte integrante do universo. As mulheres possuem sua fala, raciocínio, lógica. Essas mulheres, novas, renascem como um *condor*, com vontades e desejos próprios, associando sentimentos e razão; elas optam pela defesa da vida, lutam, exigem, geram e libertam-se das amarras sociais que as levam para o patriarcalismo. Soltam-se da opressão, pedindo a vez e a concessão da voz.

As mulheres conscientizadas tentam resgatar suas verdadeiras imagens, alcançando um novo desempenho social, apagando a imagem de desmoralização que sofreram e ainda sofrem. Há então o reequilíbrio da cultura.

Consideradas por Beauvoir (1953 apud Rosaldo; Lamphere, 1979) como segundo sexo, temos hoje a perspicácia e a audácia de podermos alterar isto. É importante que aprendamos a ser mulheres, deixar de lado todo estereótipo aplicado pelo social às mulheres. Geralmente somos objetos, mães devotadas, esposas obedientes. O que não se pode negar é que há diferença social e política entre os sexos.

A questão familiar determina a vida social. Ao menino, requer-se o entrosamento social; à menina, compreender e ser amável. A mãe é quem determina a psicologia ora masculina, ora feminina. As mulheres reconhecem sua maturidade sendo educada e compreensível, o homem colocando sua autoridade. Dessa forma, a relação da mulher com o homem é que delimita o status que ela pode alcançar socialmente, tendo em vista que é o homem quem domina o ambiente social e esse status depende dele, de suas considerações.

Já no desenvolvimento sexual, a menina diferencia-se do menino. As atividades femininas identificam-se com as mulheres, especialmente as mães, pois o menino tem o pai distanciado, o qual cobra atitudes masculinas como revidar brigas, não chorar, ligar-se afetivamente a uma só pessoa. Isso implica em afetividade, pois a menina sempre teve relações afetivas com a mãe. É como se fosse um vínculo eterno e com a infância. E dentro do papel sexual, encontra-se o inconsciente, pois as mulheres relacionam-se com a afetividade. Em muitas sociedades a menina ora está com a mãe ora com parentes, sempre cuidada e considerada como pequenas

mulheres. Observemos que o mesmo não ocorre com o menino.

O desenvolvimento do papel sexual da menina complica-se na modernidade; a tecnologia e a escola estão à sua disposição, porém o papel de esposa-mãe remete a uma cobrança social ainda muito forte. Enquanto as mulheres passam por essa implicação, o menino pode retirar-se e ter um autodesenvolvimento, juntando-se a outros, sem envolvimento com o mundo familiar e adulto.

Isto já faz com que os meninos não se vinculem tão forte e afetivamente quanto as meninas. Elas, em contraponto, são obrigadas a relacionarem-se com a família, possuem vínculo e negarem o envolvimento com os garotos, o que não acontece com os meninos. Os meninos buscam a atuação e as meninas a comunidade; seria então uma socialização de personalidades. Segundo nos diz Gutmann (1965 apud Rosaldo; Lamphere, 1979, p. 56), *alocêntrico* ao participar de uma organização social e *autocêntrico* buscando vínculos afetivos.

Já para Cohen (1969 apud Rosaldo; Lamphere, 1979, p. 90), as meninas misturam os modelos cognitivos: *analítico* (orientação ao real) e *relacional* (relação ao seu contexto social). Isto implica nas mulheres, mais tarde, a confusão entre os dois tipos de funcionamento, revelando dessa forma conflitos internos, pois assim a socialização feminina assegura personalidade à mulher. O não social vivido pela mulher através das gerações faz com que se propague essa dificuldade de identificação própria: identidade e personalidade.

Dentro da psicologia feminina que se encontra estreitamente ligada ao social, as mulheres acabam por serem vítimas de si mesmas, pensam e agem conforme o sistema que apresenta e dita normas. Segundo Beauvoir (1953), citado por Ortner (1979, p. 103), “a mulher muito mais do que o homem é a vítima das espécies”. A biologia feminina está ligada à procriação e as mulheres, muitas vezes, sentem-se destinadas somente a esse campo. O homem não tem essa ligação de gerar, apenas encontra-se conectado à artificialidade e à tecnologia. Suas criações são elementos técnicos, pertencentes à prática social vivenciada e cobrada até então; já as mulheres geram humanos e nunca experimentaram tais práticas, talvez por não lhes ser permitido.

Sendo ligada ao natural, possui consciência igual a do homem. Faz parte de uma raça e é importante nesse processo cultural, pois seres humanos completam-se, pensam e falam. A consciência feminina a esta altura já está envolvida culturalmente, seja com sua aceitação ou desvalorização. É comum ouvirmos de mulheres, que sendo homem, tudo pode, e para a mulher as coisas são assim mesmo. Existe um conformismo aplicado ao cotidiano feminino para justificar muitas coisas que acontecem, como por exemplo, o estupro, no qual se julga muitas vezes que as mulheres os provocaram. Na cultura as mulheres raramente têm razão, e isso é, muitas vezes, aceito e compartilhado por elas.

Ainda segundo Ortner (1979), as mulheres possuem um montante de diferenças em relação aos homens, passam então a ser mais rigorosas que os homens. Não se trata

de desvalorização, mas de restrição cultural, controle. Não se pode negar que elas são intermediárias e que ambos possuem criatividade, o que pode representar o progresso da cultura com e não em relação à natureza. Uma vez que o mundo doméstico pertence às mulheres e o político aos homens, a vida familiar e social apresenta conflitos de interesse e cooperação.

Dessa forma, dá-nos a entender que a identidade feminina é construída a partir do social e do histórico e isso ajuda a manter a mulher subordinada ao homem, dando e atribuindo a ela esses caracteres como fator de natureza feminina. Trata-se de uma questão de ideologia. Mas, ainda hoje, podemos perceber essas ideologias, como nas músicas: poposudas ou Amélias, a sensualidade ou a aceitação dentro do lar. Ainda assim, as mulheres estão condicionadas a uma subjetividade imposta pelo homem.

Já o impulso do poder é indispensável ao desenvolvimento do patriarcalismo, poder este que as mulheres vêm buscando e negando sua própria condição de ter. Segundo nos afirma Whitmont (1991), a luta pelo poder já é antiga. Começou com o pré-cristianismo. O herói era o ideal. Assim, o homem foi-se tornando ideal dentro da comunidade, seguindo apenas uma tradição.

Percebemos que a desvalorização do feminino tem suas raízes em preconceitos que se tornaram destrutíveis ao desenvolvimento da consciência feminina; e o fato de considerada como não possuidora de alma, a deixa frágil para pecar e, conseqüentemente leva o homem juntamente consigo. Como se ele dependesse única e exclusivamente da mulher,

sem sistema de opressão. Aliás, este já é um sistema opressivo; colocar o “pecado” como exclusivo das mulheres é dar-lhes barreiras e moldar seu comportamento.

Mas surge o novo feminino após as revoluções femininas e segundo Whitmont (1991), as mulheres descobrem o valor de sua interiorização, mostram-se abertas a alegria e dores. Seu novo desafio é a própria cura, de corpo e alma. Isso se concretizará na conscientização, é o arriscar-se, mostrando que pode e deve quebrar o estereótipo antigo. Passa a ser um canal de percepções, assume sua nova realidade.

A ideologia passada pela sociedade e que se perpetua até hoje, embora com muitas reações, é que a posição do homem é mais forte socialmente do que a das mulheres. Isso afeta tanto as mulheres que mesmo dentro de uma nova década e novas visões, elas não abandonam seu estigma anterior: o de boas esposas e o da maternidade. E muitas vezes, quando fazem opção por não casar, ou não ter filhos, acabam sofrendo sérios ataques sociais, ou ainda, ficando extremamente ansiosas.

Na realidade as mulheres não deixaram, ou pelo menos não conseguiram, livrar-se totalmente do estereótipo de que a mulher é fraca, e não serve para comandar, pois seu intelecto e seu emocional são leves e frágeis, não fazendo frente a qualquer homem que seja. As mulheres passam a não se contentar com o que lhes foi ofertado, começam a exigir já que são as responsáveis pelo andamento da casa e as atividades filial e marital.

Esse problema agrava-se quando seu rendimento monetário passa a ser maior,

ou muito maior em relação ao do marido. Instaura-se então, um descontentamento matrimonial devido à ideologia estigmatizada da sociedade de que o homem deve ser o provedor da família.

5. A MULHER NO DECORRER DOS SÉCULOS

Na antigüidade as mulheres eram deusas, mas o poder era dado ao homem embora se cultivasse o culto à fertilidade que está ligado ao feminino, segundo afirmam Rosaldo e Lamphere (1979). Biologicamente há diferenças, tanto na resistência física, como na questão cultural e esta demonstra claramente a desigualdade, imposta socialmente pelo homem, tornando as mulheres seres irrelevantes e dependendo do reconhecimento deste.

Mas, a partir da década de 70, as mulheres assumem o papel de trabalhadoras com direito a carreira. Muda então sua essência. Questiona toda e qualquer doutrina que fosse propagada e cobrada delas. Então, elas buscam seu novo papel na sociedade: pensam e agem por si só. A visão das mulheres se abrem, não deixando agora dominarem-se por uma ideologia.

No Brasil Colônia, também não havia problemas em relação às mulheres, do ponto de vista patriarcal, pois elas não precisavam se ausentar qualquer que fosse a atividade. O mascate era o seu elo de ligação com o mundo. E quanto mais filhos elas tivessem, mais era provada a virilidade do homem e marido. As mulheres ainda não tinham tomado consciência da exigência de sua própria identidade.

Somente no século XIX é que se abre a escola normal. Esta possibilita ao público feminino almejar uma oportunidade profissional e social dentro de uma sociedade constituída de maneira severamente machista. A situação financeira das mulheres contribuía para que elas se acomodassem muitas vezes, e não procurassem realização profissional, ainda que remota. Não lhes era necessário uma carreira, já que esta era o casamento.

Acompanhando ainda Rocha-Coutinho (1994), até o final do século XIX tanto as mulheres casadas quanto as solteiras ficavam em casa e tinham seu trabalho nesse ambiente. E com a industrialização, famílias menos abastadas permitiam que as mesmas trabalhassem nas fábricas. Um exemplo é que em São Paulo, em 1872, dos 10256 operários do algodão, 9514 eram do sexo feminino.

No século XX, as mulheres também começaram a exercer a função de vendedoras e secretárias. Em 1931, houve um inquérito de Departamento Nacional do Trabalho que afirmava que as mulheres eram indispensáveis às atividades por serem mais dóceis, pacientes e dedicadas ao serviço.

Com o final da Segunda Guerra Mundial as mulheres são chamadas a voltarem ao seu “destino biológico”, deixando os lugares para serem ocupados por homens que voltavam do *front* de guerra. Assim, apregoava-se novamente a boa mãe no lar, e desnaturada aquela que abandonasse seus filhos, caso trabalhasse fora de casa. É mais uma forma de detenção sexo-cultural, conforme nos coloca Rocha-Coutinho (1994).

E nessa busca desenfreada pela liberdade acabam confundindo-se em muitos

momentos da vida, não tendo consciência de seus próprios limites, só para “provar” a esta instituição denominada patriarcado que elas também são capazes.

6. MULHER E FAMÍLIA

Dentro de tantas mudanças ocorridas na estrutura sociofamiliar, o ciclo desenvolve-se sofrendo um processo de transformação social e econômica. A família em um processo de desenvolvimento tem como posição primordial o homem. A autoridade se dá com o homem e dentro de um grupo familiar; o casamento, direitos e deveres são transferidos ou criados dentro desta instituição. Muitas vezes as mulheres passam do jugo do pai para o do marido, mesmo em tempos pós-modernos.

Os direitos femininos dentro da família passam a ser apenas o trabalho doméstico, filhos e sua sexualidade, desde que convenha aos padrões pré-determinados. Tem-se em vista que as mulheres, em tese, dependem econômica e socialmente do homem. Esse controle feminino acaba por passar despercebido, pois os meios dentro dos quais as mulheres resistem a esse controle não são discutidos.

Dentro ainda de todo esse contexto, as atitudes femininas são uma reação a essas autoridades, pois agem com persuasão. É então uma importante arma, pois se transforma em influência. Quando as mulheres induzem a uma ação ou alguém a uma decisão, mostram sua influência dentro desse contexto, assumem então o seu poder. Mas, elas só podem influenciar o homem dentro de seu centro de poder masculino e quando

este as deixa, quando assume uma nova postura social e cultural que não seja o patriarcalismo. Esse rege a sociedade com regras e comportamentos conforme o sexo que se tem.

Ainda em relação à família, da feudal para a burguesa, houve muita mudança. Acentua-se a partir de então a intimidade, a individualidade, as entidades, uso de nomes e sobrenomes. Com a vinda da sociedade industrial, a individualidade se desenvolve. A prioridade da vida se reorganiza.

Forma-se então a instituição social e sacralizada: o casamento, tido por amor, transforma as relações pessoais de toda a família, pois existe aí uma relação de bem-querer que postula às mulheres em mais um sistema opressivo. Muitas vezes só elas amam e abrem mão de sua vida em nome do amor. Quantas donzelas morreram ou se resignaram em nome do amor?! Quanto aos homens não presenciamos o mesmo fato. É o que Shorter (1975 apud CHODOROW, 1979) denominou de Revolução Sentimental do Século XVIII, pois consta do aparecimento do amor materno, conjugal e a intimidade, porém, será mais uma algema para as mulheres.

A família começa a ser independente, com entradas particulares, processo este denominado de independência conjugal e afetiva; marido e mulher se assumem, não dependem mais do grande clã. Rocha-Coutinho (1994) diz que a criança passa a ser o motivo de preocupação dos pais; cria-se então a questão psicológica, tê-la e segurá-la em casa. Isso gira em torno da mulher. Ao pai cabia o sustento e o trabalho.

O poder que é determinado sobre as mulheres, as subordina à casa, filhos e esposo. Isso implica no desprezo de suas próprias vontades, frente à realização de outras da família. Essa subordinação acaba por ser considerada natural, sem que as mulheres tomem o real conhecimento disso, pelo menos não por enquanto. Preferem não tomar consciência dessa realidade, por isso enchem de atividades domésticas o seu dia-a-dia, ou quando não, evadem-se nelas, praticando-as com perfeccionismo.

Assim como as mulheres aprendem a ser mulher, os homens aprendem a ser pai, e isso não quer dizer que eles abandonem tudo para o ser. Então, por que o projeto de vida das mulheres tem que ser mãe? O homem ainda se percebe que quer muito ser pai; quanto às mulheres já não podemos dizer o mesmo. Hoje, verifica-se uma transformação social que muda a posição das mulheres no Brasil e no mundo.

Mas é através do discurso higienista, o qual explora sua própria saúde para obtenção de atenções e regalias, que as mulheres começam a se impor para filhos e maridos, demonstrando seu nervosismo como forma de lhes chamar a atenção. De acordo com Rocha-Coutinho (1994) elas mostravam isso devido ao “instinto” materno, e aquela que não o tivesse era considerada desnaturada. Dessa forma surge a válvula de escape que é a crise de nervos, que só vem a ajudar as mulheres neste momento de mais uma transição familiar dentro do sociocultural. Mantinha maridos e filhos ao seu redor para alguns deleites de companhia e atenção familiar.

Nas décadas de 60 a 70, ainda de acordo com Rocha-Coutinho (1994), o casamento assumia o papel fundamental na vida de uma moça. E esse papel se completava com o nascimento dos filhos. Quem não os pudesse ter, era digna de pena. Após o casamento, cuidava do lar ou supervisionava quem o fizesse. As mulheres então eram isoladas, não existia sua sociabilidade. Surge a depressão feminina. O valor social feminino era alcançado através do mando. Era inapropriado às mulheres ter inteligência superior, ou fazer questionamentos sobre sua posição e posições masculinas. Muitas vezes não tinham consciência disso, pois até seu pensamento era moldado.

O casamento era visto como indissolúvel, e sua longevidade era dedicada única e exclusivamente às mulheres. Inclusive revistas da época davam dicas de como as mulheres deveriam “segurar” seus maridos e casamentos. Mas muitas delas sentiam-se descontentes com essa situação, e na educação das filhas passavam mensagens duplas: ou sugeriam a libertação ou que continuassem na maternidade.

Atualmente são muitas as mulheres responsáveis pela sua própria sexualidade, incluindo todas as conquistas feministas das últimas três décadas, porém lembremos que muitas ainda não conseguiram abandonar o modelo antigo. E ainda observamos muitas mudanças em relação ao casamento. Elas fazem opção positiva ou negativa em relação a eles, bem como ter ou não filhos, ou ainda qual a melhor época para tê-los. Agora, nada mais se resume ao social e por imposição ideológica.

A influência se dá das mulheres para os homens quando estas os induzem a alguma decisão mostrando seu interesse. E dentro do campo profissional, quando casadas e com filhos, é bem mais difícil seu reconhecimento, pois elas continuam a serem vistas como esposas.

Dessa forma, renovação x tradição, entram em confronto dentro da sociedade e das famílias. Ao mesmo tempo em que as mulheres e a sociedade mudaram, permanecem, ambas, ligadas a um passado não muito distante que a impede da verdadeira mudança. Algumas mulheres e homens conseguem mudar o íntimo de seu relacionamento tendo em vista as novas propostas sociais, com respeito mútuo e de identidade. Outros, apesar da tentativa, estão presos ao molde tradicional; outros ainda nem sequer cogitam a mudança.

É muito clara toda a pressão e opressão que as mulheres vivenciaram até hoje. E ainda, foi necessário que elas utilizassem os mais variados métodos para que pudessem ter sua própria identidade. E até poderíamos dizer para que pudesse ter a palavra “mulher” como sinônimo de respeito e de consideração por toda a sociedade a qual, elas ajudavam a manter. A ideologia do “machismo” e da “inferioridade mental, intelectual e corporal feminina” apenas é uma forma de controle e princípios (masculinos, é claro), ideais e detenção de poder.

7- LILITH E AS MULHERES BÍBLICAS

A perspectiva feminina dentro da Igreja deixou a desejar desde séculos. Sempre houve alguma forma de imposição e de domínio

sobre as mulheres. Percebemos isso claramente quando tratamos de sua vocação natural ao casamento e à maternidade e como foram desqualificadas pela mesma Igreja que exaltava Maria e crucificava Eva. Músicas sobre Maria há centenas, sobre Eva nenhuma. Quando citamos Igreja, falamos de sociedade católica. O sistema social vigente determinava as forças da igreja ditando normas e colocando seres masculinos e seus posicionamentos perante e sobre as mulheres. A Igreja fazia seus tais conceitos e atitudes.

Desde o século XIX as mulheres procuraram sua própria emancipação e para isso atribuíram características femininas que são modelos de personalidade. Hoje, isso já é fato. Como centro da história, recupera sua imagem desfigurada pelos séculos e pela sociedade. Com Eva chega a Queda e com Maria a redenção. Não podemos nos esquecer que a teologia mudou muito a situação feminina na Igreja e na cultura. Podemos dizer que a mulher assume uma nova postura dentro do ser e considera-se elemento ativo na construção da sociedade e da religião.

A Igreja, em muitos lugares e nas mais diversas religiões, já aceita a mulher como membro participante e atuante dentro da salvação. A mudança foi grande, mas é sempre necessário que se procure o lugar e sua função de acordo com Cristo e não simplesmente do ponto de vista religioso.

8. O UNIVERSO FEMININO EM ADÉLIA PRADO - “BRIGA NO BECO”

Encontrei meu marido às três horas da tarde

com uma loura oxidada.
 Tomavam guaraná e riam, os
 desavergonhados.
 Ataqueei-os por trás com mão e palavras
 que nunca suspeitei conhecer.
 Voaram três dentes e gritei, esmurrei-
 -os e gritei,
 gritei meu urro, a torrente dos
 impropérios.
 Ajuntou gente, escureceu o sol,
 a poeira adensou como cortina.
 Ele me pegava nos braços, nas pernas,
 na cintura,
 sem me reter, peixe-piranha, bicho
 pior, fêmea-ofendida,
 uivava.
 Gritei, gritei, gritei, até a cratera
 exaurir-se.
 Quando não pude mais fiquei rígida,
 as mãos na garganta dele, nós dois
 petrificados,
 eu sem tocar o chão. Quando abri os
 olhos,
 as mulheres abriam alas, me tocando,
 me pedindo graças.
 Desde então faço milagres. (Prado,
 2001, p. 99)

Neste poema, a figura feminina não obedece ao marido, como nos propõem os princípios religiosos e bíblicos que seria a maneira de alcançar a santificação.

Quando encontra o marido com a “outra”, as relações sociais entre os sexos se rompem, ou seja, dentro de um sistema patriarcal, obediência e submissão em todas as situações. É dever da mulher ser fiel e do

homem ser infiel e mostrar sua virilidade fora de casa.

As metáforas que unem ferocidade (peixe-piranha/bicho pior/fêmea ofendida/uivava) mostram Lilith agindo nessa mulher. A irritabilidade (gritar e exaurir) demonstra que força, coragem e agressividade são qualidades opostas àquelas que identificam o universo feminino dentro da sociedade, pois o desejável é a garantia da domesticação da mulher e respeito da hierarquia patriarcal (tanto sexual quanto social), sendo a mulher o pólo negativo, capaz de causar insatisfação e preconceitos se não seguir as normas determinadas.

Em relação à domesticação da mulher, abrimos parênteses para lembrar que somente bichos devem ser domesticados. Temos aqui a assimilação pela figura feminina do que é pré-estabelecido (palavras que não conhecia e somente a raiva fez com que elas viessem à tona), tabus que querem camuflar a real situação por dependência e subordinação, por consentimento incutido dentro da identidade feminina, fato este que não ocorreu neste poema, pois a mulher se rebela com atos, palavras e ações.

O que concretiza a sua libertação momentânea foi, em um primeiro momento, o marido que possivelmente fora visto como homem perfeito segundo a sociedade patriarcal. E foi passada das mãos do pai para as do marido, o qual é livre de qualquer dúvida ou suspeita, possivelmente considerado um “deus”, e capaz de realizar todas as suas necessidades materiais. E justamente por este motivo é que quando de sua agressão a ele, outras a saúdam, como se ela tivesse

o poder, pois simboliza a mesma situação vivida pelas outras mulheres; é o *self* que se realiza em outra pessoa. Libertar-se das amarras da opressão masculina era o desejo, porém muitas delas não tinham coragem de fazê-lo ou de demonstrar sua força e lutar pela sua própria identidade e posição dentro desta sociedade.

Portanto, a provocação abala o sistema entre o feminino e masculino. Essa mulher constituída pelo princípio da exclusão social internaliza e torna exterior todas essas constituições. Renuncia ao papel demarcado, não se deixando oprimir por esse círculo familiar-social. Existe a conquista dessa sociedade contemporânea. Vai contra a herança da mulher judaica-cristã, vista como culpada e sendo portadora do mal para a humanidade e para os homens.

O que a sociedade exige desta figura feminina, bem como a religião, é que esta aceitasse essa ordem sem se manifestar ou querer mudar a ordem das coisas. É vista pelas outras mulheres como libertadora, defendendo ou fazendo o que elas não tivessem coragem de fazer: defender-se, questionar e mudar sua situação.

Lilith aparece novamente no grito e no uivo que significam toda essa força feminina, contida dentro do psicológico e oprimida por anos, saindo de forma imprevista. A própria personagem se assusta com sua força e seus sentimentos.

Por mais força que tivesse o marido, a mulher agora se tornara o mal, que do ponto de vista religioso, ela deve rejeitar, afastando de si e de sua família o que pode causar “desgosto” e se tornar, desta forma, uma

verdadeira mulher cristã, consciente de todo o seu processo de base para a sua felicidade conjugal e união com toda a família.

Ao mesmo tempo em que ela deve ser submissa perante a sociedade, é vista como força dentro do matrimônio, força essa e missão, que se fracassassem seriam vistas como defeito da própria conduta e ação femininas.

Outro ponto importante, que não deve passar despercebidamente, é o fato de que o homem pode ter matado a mulher. Os dois se pegam na garganta, mas ela não toca o chão com os pés. Talvez fosse por isto que ela tivesse sido vista como mulher que faz milagres, e para esta, as mulheres abriam alas por invejarem o seu ato.

Notando que pudesse acontecer a segunda hipótese, voltemos ao sistema social, este que atribuiu às mulheres, qualidades, porém depois de mortas. Seria preservada assim uma “canonização” para esta mulher, que se rebelou contra princípios religiosos e culturais e não podendo perder o controle da situação, lhe dá um título para que outras se apeguem no que fez, mas que não sigam o seu exemplo. Ou ainda, que se o fizerem não poderão lutar contra o sistema e força de um homem.

Mesmo com sua possível morte, ela se encontra dentro de um processo de busca de sua identidade feminina; quando dominada e fêmea, age defendendo a sua individuação como ser feminino e portador também de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito ainda se tem a abordar sobre Adélia, uma voz muito representativa da

poesia brasileira. Adélia traz fortes reflexões sobre a sexualidade feminina.

Valoriza, no seu eu feminino, os sentidos do corpo, a identificação feminina com a religião e o mundo. Mostra que sacrifício da carne de Cristo é uma experiência carnal, e muitas vezes seus poemas retratam tabus e proibições; porém esse sentimento transforma, em seus poemas, a devoção e a adoração.

A posição da poetisa é de proponente de reflexões sobre o caráter salvador de sua poesia. Ela concretiza e humaniza Deus, diviniza o homem. Ela retrata o corpo e o sangue de Cristo como sacrifício que liga o amor e o sacrifício de Deus pelos homens.

Assim sendo, seu poema luta contra o isolamento e diferença humana que nos posicionam na sociedade como submissas, mostrando o que há de mais cotidiano, cenas comuns, corporificação para construir seus significados dentro de uma simplicidade insubstituível.

Apresenta também idéias revolucionárias, como vigorar a voz feminina, multiplicando as imagens de sexualidade e erotismo da alma. Aproxima o desejo humano à adoração divina. Busca com fonte libertadora, suas fontes de cultura regional.

Solidariedade, registro lingüístico. Ritmo, som constroem o discurso oral presente na oralidade do estilo adeliانو. Com certeza, se fizéssemos só uma análise superficial da poesia de Adélia Prado, definiríamos, de forma crítica a condição feminina. O exame, ou análises mais aprofundadas, demonstram exatamente o conteúdo social da lírica, que é espontânea, universal e materializa a subjetividade.

Há a insubordinação do sujeito poético às regras sociais. Sua obra, até hoje, torna-se “desobediente” quanto mais acentuado é o grau de subjetividade em seus textos.

Sua linguagem subjetiva propicia uma identificação do público feminino com sua fala. Refletindo sobre a liberdade e a dignidade individual e universal, sua poesia é de cunho existencial e restabelece à sociedade, transformando-a na imagem que se autentica e reconhece.

E ainda a imagem de Deus, a vertente religiosa, apresenta relação entre a rítmica e a semântica; portanto formas bíblicas e oração se confundem com caráter pragmático de sua escrita. O ser se define pelo novo contexto. Quanto ao ponto de vista semântico, a poesia de cunho religioso se constrói na tradição e na ruptura.

São valores éticos e culturais que cultuam a linguagem coloquial como um modo de expressão próprio de ser. Sua linguagem, o cotidiano, a vida comunitária e familiar adquirem a essência e a descoberta do eterno na vida simples e degradada. É uma emersão do esquecimento, do tempo desdobrado e da criação.

REFERÊNCIAS

ADÉLIA PRADO. **Cadernos de Literatura Brasileira**, São Paulo, n. 9, jun. 2000.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Fatos e Mitos. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BÍBLIA SAGRADA. 38. ed. São Paulo: Paulus, 2000.

CASTELLO, J. Adélia Prado retoma o diálogo com Deus em 2 livros. **O Estado de S. Paulo**,

São Paulo, 25 mai. 1999. Disponível em: <<http://www.secrel.com.br/jpoesia/castelo.html>>. Acesso em: 20 jul. 2003.

CASTELLO, J. O incontestável poder das palavras. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 ago. 2000. Disponível em: <<http://www.secrel.com.br/jpoesia/castelo.html>>. Acesso em: 20 jul. 2003.

CHODOROW, N. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. (Coord.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Trad. Cila Anker e Rachel Gorensteins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 65-90.

KOLTUV, B. B. **O Livro de Lilith**. 9. ed. Trad. Rubens Rusche. São Paulo: Cultrix, 1997.

LAMPHERE, L. Estratégias, cooperação e conflito entre as mulheres em grupos domésticos. In: ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. (Coord.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Trad. Cila Anker e Rachel Gorensteins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 121-159.

ORTNER, S. B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. (Coord.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Trad. Cila Anker e Rachel Gorensteins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 95-118.

ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. (Coord.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Trad. Cila Anker e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.56-90

_____. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: _____; LAMPHERE, L. (Coord.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Trad. Cila Anker e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 33-60.

PRADO, A. **Poesia reunida**. 10. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

_____. **Cult - Revista Brasileira de Literatura**, São Paulo, n. 21, abr. 1999. 64 p.

_____. **Bagagem**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. **Manuscritos de Felipa**. São Paulo: Siciliano, 1999.

_____. **O homem da mão seca**. São Paulo: Siciliano, 1994.

_____. **Oráculos de Maio**. São Paulo: Siciliano, 1999.

QUEIROZ, V. **O vazio e o pleno**. A poesia de Adélia Prado. Goiânia: UFG, 1994.

_____. **O vazio e o pleno**. *Jornal de Poesia Online*. Disponível em: <<http://www.secrel.com.br/jpoesia/vqueiro1.html>>. Acesso em: 20 jul. 2003.

RAMALHO, C. (Org.). **Literatura e Feminismo**. Propostas teóricas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Elo, 1999.

ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. São Paulo: Rocco, 1994.

ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. (Coord.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Trad. Cila Anker e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SOARES, A. **Memória poética e crítica da ideologia em Bagagem**, de Adélia Prado. In: Seminário Nacional Mulher e Literatura, 7. Niterói, 1997. Mulher e Literatura / Lívia de F. R., Lúcia H. V., Maria B. P. (Orgs.). Niterói, RJ: EDUFF, 1999b. (CD-ROM).

XAVIER, E. **Adélia Prado**. Disponível em: <http://www.secrel.com.br/jpoesia/xavier15.html>. Acesso em: 20 jul. 2003.

Recebido para publicação em 20 maio 2014

Aceito para publicação em 30 set. 2014.

A CONQUISTA DO GOSTO DO PÚBLICO LEITOR: LEITORES PORTUGUESES DE PROSA DE FICÇÃO (1768-1820)

CONQUERING THE READING PUBLIC'S TASTE: PORTUGUESE READERS OF PROSE FICTION (1768- 1820)

Simone Cristina Mendonça*

RESUMO: O estudo da imprensa periódica portuguesa nas primeiras décadas do século XIX revela o aparecimento de jornais e revistas que foram criados com o intuito de divulgar informação e cultura, mescladas com textos de leitura leve, como as histórias ficcionais. Interessante é notar que, mesmo nos primeiros anos do século, os leitores portugueses já se deparavam com contos ou novelas seriadas, que proporcionavam recreio em meio aos textos sérios, como os de conhecimentos científicos. A novidade nos faz pensar no processo de formação de um leitor específico em Portugal, o da prosa de ficção, que ascendia no país desde o setecentos. A formação do gosto do público leitor, a aliança entre histórias de ficção e periódicos e o comprovado sucesso da mesma são questões que permeiam este artigo, que apresenta resultados parciais de pesquisa de pós-doutorado, realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Letras, do Ibilce/Unesp.

PALAVRAS-CHAVE: Leitor. Imprensa periódica. Prosa de ficção.

ABSTRACT: The study of the Portuguese periodical press in the first decades of the XIXth century reveals the emergence of newspapers and magazines that were created in order to disseminate information and culture, mixed with other texts, such as fictional stories. It is interesting to observe that even in the early years of the century; the Portuguese readers could find serial tales or novels among serious texts, such as those of scientific knowledge. It makes us think about the formation process of the readers in Portugal, mainly those readers who liked prose fiction, a genre that had been growing in the country since the eighteenth century. The formation of the reading public's taste the alliance between fiction stories and journals and their success are questions that permeate this article, which presents previous results of post-doctoral research, conducted at the Programa de Pós-graduação em Letras/ Ibilce / Unesp.

KEYWORDS: Reader. Periodical press. Prose fiction.

* Professora de Estudos Literários da Unifesspa - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Doutorado em Teoria e História Literária (2007) pela Unicamp - bolsista do programa PDEE/CAPES, estágio de Pós-Doutorado na Unesp - campus de São José do Rio Preto, sob supervisão da Profa. Dra. Lúcia Granja. Email: simonecm@unifesspa.edu.br

A história da imprensa em Portugal e em suas colônias vem de longa data, acompanhando de perto a invenção de Gutenberg, em 1445. Laurence Hallewell (1985, pp. 8-9) aponta, por exemplo, a existência de tipos móveis em colônias portuguesas na Ásia e na África ainda no século XV, levados por missionários jesuítas. É fato, no entanto, que as atividades tipográficas de Portugal e dependências sempre estiveram sob a rigorosa supervisão da censura¹.

Apesar do controle dos impressos, a autora portuguesa Lúcia Maria Mariano Veloso verificou que, a partir da década de 50 do setecentos, houve um impulso na impressão de periódicos:

¹ Sobre a atividade de censura em Portugal e na América Portuguesa, consultar: ABREU, Márcia. “Censura e crítica: reações de um professor de retórica e poética à leitura de um romance”. in: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Literatura Comparada – Abralic – n. 8, 2006. pp. 113-128; ABREU, Márcia. “Em busca do leitor: estudo dos registros de leitura de censores”. In: ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson (org.) *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2005; ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec, 2004; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. & FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da C., “O medo dos ‘abomináveis princípios franceses’: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil” in *Acervo Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 4 (1), pp. 113-119, 1989; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. “Um silêncio perverso: censura, repressão e o esboço de uma primeira esfera pública de poder (1820-1823)” in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / FAPESP, 2002; VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura; usos do livro na América Portuguesa*. São Paulo: [s.n.], 1999. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; VILLALTA, Luiz Carlos. “Censura literária e inventividade dos leitores no Brasil Colonial” in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.), 2002. *Op. cit.*

O primeiro número assinalável de publicações (1751-1760) verifica-se no reinado de D. José, cujo desenvolvimento econômico e cultural se deve ao Marquês de Pombal, havendo a referir jornais de entretenimento cultural como ‘O Anônimo’, publicações ligadas à previsão do tempo e à astrologia, antepassados dos almanaques [...] (VELOSO, 1987, pp. 30-1).

A Impressão Régia de Lisboa, fundada em 1768 sob as ordens do rei D. José I, em muito contribuiria com o desenvolvimento cultural citado. Seguindo uma tendência de importantes avanços na produção editorial portuguesa, tais como a abertura da oficina de gravura de João Villeneuve, em 1733, e a assinatura do decreto de autorização de admissão de tipo e material gráfico livre de direitos (Cf. ARAÚJO & MENDES, 1914), a casa impressora oficial do reino participava de um contexto reformista, do qual faziam parte a Junta do Comércio (1756), o Erário Régio (1760), a Real Mesa Censória (1768) e a Junta de Providência Literária (1772).

Os pesquisadores Norberto Araújo e Artur Pereira Mendes consideraram que

(...) foi a necessidade instantânea de dar a conhecer ao povo as obras dos clássicos, que os impressores de então quase monopolizavam e vendiam por elevados preços, um dos factores mais preponderantes para a fundação do estabelecimento gráfico do Estado, mas teve também [sic] grande influência, é certo, a necessidade de fazer ingressar num estabelecimento próprio os trabalhos do tesouro, já então bastante rendosos para os industriais, e que andavam dispersos por diversas

oficinas graficas privilegiadas, das quais os proprietários conservavam o título de impressores régios (ARAÚJO & MENDES, 1914, p. 22).

Além dos locais de venda de livros existentes em Lisboa no período da fundação da Imprensa Régia, o escoamento de sua produção contava com uma *Loge da Imprensa Régia*, situada na Real Praça do Comércio. Seu catálogo de “livros que se vendem por justos preços”, elaborado pelo administrador Francisco de Paula da Arrabida, em 1771, listava cerca de 5.000 títulos entre a produção própria e os livros importados (Cf. GUEDES, 1987, p. 82). No decreto de fundação da *Loge*, de 07 de Abril de 1769, D. José I incentivava a importação de livros europeus de outras tipografias, bem como a exportação dos produzidos na Imprensa Régia, “sendo este [o intercambio com as Praças da Europa] o meyo mais eficaz para os Livros da sobredita Imprensa Regia terem mais fácil consumo, e se fazerem mais conhecidas na Europa as Obras portuguesas” (PORTUGAL, 1769, p. 8 apud SOUZA, 2007, p. 23)².

Com relação à importação de obras do estrangeiro, incentivadas por sua majestade como meio de estimular a exportação das produções da Imprensa Régia, merece realce a estratégia dos anúncios dos livros europeus recém-publicados nos periódicos em circulação no setecentos. Ernesto Rodrigues, ao traçar estudo sobre *Literatura e jornalismo em Portugal*, conforme subtítulo de seu livro, destacou o periódico setecentista *Gazeta Literaria*, que trazia os lançamentos de livros

na Europa, divulgando as publicações científicas ou literárias, de história e política:

Esta Gazeta Literaria/ou/Noticia Exacta dos Principaes/escriptos, que modernamente se vão publicando na Europa//Conforme a Analysis, que delles fazem os melhores Criticos, /e Diaristas das naçoens mais civilizadas [1761] é o primeiro esforço sério para nos colocar a par da bibliografia europeia. (RODRIGUES, 1998, p. 91)

Além dos anúncios de obras importadas, era possível encontrar ofertas de publicações nacionais. A título de exemplo, citamos a *Gazeta de Lisboa*, jornal em que foram anunciados títulos em prosa de ficção em período próximo, como “Escolha das melhores novelas, e Contos Moraes: escritos em Francez por Mrs. D’Arnaud, Marmontel, Madame Gomes, e outros: e traduzidos em Portuguez, obra util para os que desejão recrear-se, e instruir-se á hum tempo.” (em 29 de Junho de 1784) e “Aventuras de Telemaco, traduzidas pelo Bacharel Jofé Manoel Rodrigues Pereira, Traductor das Noites de Young: nova edição correcta, emendada, e ornada d’huma estampa fina” (em 24 de Dezembro de 1784, Cf. SOUZA, 2007, p. 26).

Quanto à produção editorial da Imprensa Régia de Lisboa, particularmente no que diz respeito às obras em prosa de ficção, verifica-se a publicação de grande número de títulos, ainda no séc. XVIII. Como analisa Pedro Canavarro, encomendas de particulares revelam que a Imprensa Régia funcionava como uma oficina tipográfica, em que “também o romance de ambiente burguês ou plebeu, proveniente de Inglaterra, e verdadeira novidade da época, nos aparece sob a forma de encomenda para *Pamela*, de

² Serão mantidas a ortografia e a pontuação das fontes primárias.

Richardson (publicado pela primeira vez em 1740), e *Tom Jones*, de Fielding (cuja 1.^a edição datava de 1749)” (CANAVARRO, 1975, p. 60).

No século vindouro, as publicações em prosa de ficção da casa impressora oficial do reino continuaram a serem feitas, atingindo, apenas nas duas primeiras décadas do oitocentos, o somatório de 16 obras, conforme atestam os livros de *Registo de Obras*³, conservados na Imprensa Nacional Casa da Moeda, em Lisboa. As informações contábeis presentes nesses livros (como nomes das pessoas que solicitavam a impressão, título, número de exemplares, valores e datas dos lançamentos financeiros) nos fazem pensar em um interesse dos portugueses em imprimir contos, novelas, aventuras e histórias, possivelmente visando o comércio dos mesmos.

Além das publicações feitas na Imprensa Régia de Lisboa, verifica-se que outras novelas, outros contos e romances traduzidos eram impressos em tipografias diversas e, assim, também circulavam em Portugal desde o setecentos, e incentivavam a produção literária local, feita por portugueses que ainda não se arriscavam a assumir a autoria de suas obras, como contextualiza José Tengarrinha:

Uma das obras que nos princípios do século fizeram maior furor, tendo

³ Ressaltamos que o Arquivo da Imprensa Nacional Casa da Moeda de Lisboa, se encontra no prédio da Casa da Moeda, onde o acesso é restrito. Agradeço à Dra. Margarida Ortigão Ramos pela permissão de entrada. Para mais informações sobre a publicação de prosa de ficção pela Imprensa Régia de Lisboa, consultar: SOUZA, Simone Cristina Mendonça de. *Primeiras impressões: romances publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*. Campinas, SP: [s.n.], 2007. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

sido sucessivamente reeditada (pelo menos 8 vezes), foi a melodramática *História da virtuosa e infeliz Clara Harlow*, de Richardson. Outros traduzidos do inglês, como esta, e do francês, assim como de autores portugueses que em geral se mantinham no anonimato ou assinavam apenas com as iniciais, aparecem em número muito elevado. Pelos títulos de algumas delas é fácil depreender a sua natureza: *A desgraça da morte de três amantes* (1787), *História do amante liberal* (1788), *Os amantes desgraçados* (1790), *A inocência triunfante pelos extremos do amor* (1791), *Florinda ou o sonho verificado* (1816), *A experiência amorosa* (1817) (TENGARRINHA, 1989, p. 56).

O gradativo aumento no número de livros ou folhetos que traziam histórias ficcionais entre a segunda metade do século XVIII e os primeiros anos do século XIX aponta para uma conquista do gosto leitor da época que, aos poucos, deparava-se com um título anunciado nos jornais, um livro a venda no catálogo da citada *Loge*, por exemplo, um exemplar nas prateleiras de livrarias do Rossio ou “ao terreiro do Paço”, onde ficava a *Loja da Gazeta* (conforme foi anunciado em 26/01/1802).

Ademais o crescimento da produção do gênero ficcional em Portugal seguia um progresso que também se dava na produção periódica, como analisa Lúcia Maria Mariana Veloso, lembrando em nota que “Os jornais exigiam a concessão de alvarás que eram retirados por conveniência do governo. A

censura prévia era uma das exigências na concessão de alvará”⁴:

Na década de 1801 a 1810 verificou-se aquilo que podemos chamar uma explosão jornalística. Apesar do período de instabilidade política provocada pela guerra entre a Inglaterra e a França de que resultou a invasão francesa, a economia e a cultura, cujos fundamentos foram lançados no período anterior, continuaram prósperas, mercê do dinamismo das estruturas tanto econômicas como culturais. A fundação de fábricas, algumas no ano de 1802, e a criação de novas escolas, nomeadamente de ensino agrícola, artístico e militar, demonstram a resistência que essas estruturas ofereciam às dificuldades criadas pela instabilidade política. Em relação ao desenvolvimento jornalístico, além da introdução de novas técnicas no fabrico do papel que passou a utilizar fibras vegetais, é importante assinalar que o jornal surge como uma necessidade de informação corrente. Aparecem os primeiros jornais diários ('Diário Lisbonense', 'Gazeta de Lisboa' e o 'Mensageiro'), influência também dos jornais estrangeiros, sobretudo 'Le Moniteur', muito lido entre nós (VELOSO, 1987, pp. 31-32).

A Imprensa Régia de Lisboa não ficou de fora dessa “explosão” e também ocupou seus prelos com a publicação de periódicos

nos primeiros anos do oitocentos. O objetivo de contribuir para divulgação das ciências e a instrução dos portugueses não se ateve, então, à publicação de livros. Quanto aos periódicos nascidos na tipografia real, mereceram destaque no estudo *Mágico folhetim*, de Ernesto Rodrigues, *O Redactor, ou Ensaios Periódicos de Litteratura, e Conhecimentos Científicos Destinados Para Illustrar A Nação Portuguesa*, publicado em 1803; e *Analecto de Recreação e erudição*, também editado na Imprensa Regia, em 1805, “Por Ordem Superior”:

O *Redactor* e o *Analecto* visam, no gosto pela leitura, a educação literária junto da mocidade, sendo condição necessária voltar aos clássicos e a estudos sobre o idioma. Nestes títulos pilares de era há pouco revoluto, e ainda aquém ou distraídos da litografia (1798; a gravura sobre aço é de 1792, as primeiras em matriz de aço para ilustração de livros só em 1810 – artes sem as quais o Romantismo seria diferente), podíamos assentar a estratégia do revistismo literário. (RODRIGUES, 1998, p. 110).

Em relação a este último, por meio de consulta ao exemplar do primeiro número, alocado na Biblioteca Nacional de Portugal (cota: P.P.7314 P), verificamos logo em suas primeiras páginas a presença de um texto em prosa de ficção intitulado “Modo de ressucitar os mortos. Conto persiano”, impresso desde a página 5 até à página 16. As onze páginas de conto se sobressaem àquelas dedicadas aos demais textos presentes no periódico, que ocupam entre um e cinco lados das folhas, como, por exemplo: “Memoravel providencia

⁴ A título de informação, vale saber que a liberdade de imprensa, em teoria conquistada na Constituição de 1821, foi revogada por D. João VI, em 1824. Em 1828, o regime absolutista de D. Miguel impôs maior censura aos periódicos, que somente reconquistaram a liberdade de imprensa em 1834, com o país sob as ordens de D. Maria II. (Cf. SANT'ANNA, 2007, pp. 17-23).

economica do Senhor Rei D. João II. contra os monopolistas do trigo” (pp. 16-18); “O throno. Anedocta oriental” (pp. 39-40); “Principios da Filosofia Moral dos Peripateticos” (pp. 40-46); “O erro. Fabula” (p. 47); “Decisão prudente, e artificiosa de huma acção criminal injusta” (pp. 47-48).

Já a folha mensal *O Redactor*⁵, possivelmente de fácil acesso aos consumidores, tendo em vista que, segundo citação encontrada em seu cabeçalho, era vendida em Lisboa “nas lojas de todos os livreiros, e na da Gazeta; assim como nas principaes do Reino”, verificamos maior número de narrativas ficcionais. No número I, de setembro de 1803, lemos na página 22 um conto com personagens orientais de curioso título: “Hal-mehi-Catimira”, que é seguido pelo ensaio científico “Arranjo sistemico das differentes Sciencias pertencente á Philosophia Natural”, na página 28.

Os números seguintes nos trazem uma prosa de ficção seriada: em outubro de 1803 iniciou-se a publicação de “Hum conto Suisso” (p. 57), que teve prosseguimento no mês seguinte, com a seguinte indicação no sumário: “Hum Conto Suisso continuado desde paginas 61...99”. Vale lembrar que no mesmo número III nos deparamos com “Noticia Historica de Athenas, etc. Continuada desde paginas 54...91”.

De acordo com Rodrigues (1998, p. 209), as primeiras publicações em capítulos de narrativas de ficção em Portugal são de data ainda anterior ao caso citado acima, mais precisamente, de 1802, quando se estréia o término do texto com a fórmula “Continuar-se-ha”, no periódico *Novidades Literárias*. Rege

a interrupção do texto, entretanto, o espaço disponível na página e não o conteúdo da história e o aguçamento do interesse dos leitores por sua continuação.

O mesmo autor alerta para o uso duvidoso do adjetivo “literário” nos títulos das folhas, uma vez que este poderia ser usado como artifício para que os editores escapassem da censura:

Antes de avançar, notemos que muitas designações ‘literárias’ ou programas ‘científicos’ de certas publicações eram a melhor maneira de esquivar ameaças futuras, quando rebeliões (e foram tantas nos anos 40) chamavam ao Ministério do Reino poderes descriçionários, com censura ou suspensão dos jornais, onde se exceptuavam os literários e científicos e os diários das Câmaras legislativas e do Governo. (RODRIGUES, 1998, p. 101)

A pesquisadora Benedita Sant’Anna notou em sua tese que, entre 1779 e 1820, “a imprensa especializada em literatura, conhecimentos diversos e instrução assume um papel predominante em Portugal” e que os periódicos “divulgadores de conhecimento, de arte e das técnicas (...) não sucumbiam com as restrições impostas ao jornalismo político que estava fortemente limitado por severa censura prévia (...)” (SANT’ANNA, 2007, p. 38).

Possivelmente para esquivar-se das malhas da censura, os autores dos textos considerados como literários publicados nas folhas periódicas, também não costumavam identificar-se. Não obstante, encontramos um exemplo significativo de texto narrativo que não veio publicado anonimamente, no

⁵ Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: J 1306 B.

periódico *Bibliotheca Universal extrahida de muitos jornaes, e das obras dos melhores escritores Antigos, e modernos*, ele próprio anunciado como escrito “Pelo author das Viagens de Altina” (Luís Caetano de Campos), em 1803.

No segundo número da *Bibliotheca* (de fevereiro de 1804), o leitor conheceu a longa história de “Carite, e Polydoro”, por meio do “Romance, de João Jaques Barthelemy” (pp. 3-51), que se encerrava com “Continuar-se-há”. O restante do romance veio, de fato, no mês e número seguintes, com o “Artigo II°. Continuação do Romance Carite, e Polydoro” (pp. 30-92), quando há o informe: “fim do Romance de Carite, e Polydoro”.

As narrativas podiam, destarte, vir precedidas de uma classificação, atribuída pelos termos “conto”, “romance” ou “novela” e, como se vê, às vezes vinham divididas em duas ou três partes. Assim aconteceu, por exemplo, com “Iddalina de Tokenbourg, Historia alemã”, que, em 1802, ocupou 35 páginas do número XIV do periódico *Variedades*, além de 28 e 26 páginas, respectivamente, nos dois números posteriores. Nesses casos de retomadas, também foi verificado o uso das expressões “continuar-se-há”, ao final de um texto e “continuação de...” no início do número seguinte do periódico.

Entretanto, nem sempre é fácil distinguir se o texto anunciado no sumário é, de fato, um conto, um texto ficcional, ou se se tratava apenas de uma notícia contada de forma romanceada, deixando margem para se questionar sua veracidade. O problema se torna maior quando nos lembramos de que nesta época a ficção também era contada

como fato acontecido⁶. Os próprios títulos de alguns contos elencados nos sumários dos periódicos, às vezes, enganam, como o de “Julia, Historia verdadeira”, texto ficcional epistolar, também publicado em *Variedades*, em 1802.

Para definir quais são os textos em prosa de ficção se faz necessário recorrer a algumas particularidades dos títulos, que podem ser nomes próprios, na maioria dos casos, femininos; apresentar palavras relacionadas a casais apaixonados, à virtude ou à amizade; trazer uma certa classificação pressuposta pelos termos “conto”, “história”, “aventuras”, “romance” ou “novela”; e, geralmente, contar com um subtítulo, precedido pela conjunção “ou”.

A certeza da definição do gênero, destarte, se torna mais difícil de ser alcançada, pois, como se viu, os contos, romances e novelas eram publicados em meio a textos de interesses variados, como de política, de novidades científicas e de notícias sobre os acontecimentos da época, numa miscelânea de divertimento e instrução. Veja-se o caso de *Divertimento instructivo ou collecção escolhida de novellas, historias, contos moraes, anedoctas interessantes, parabolas, fabulas, ditos filosoficos, contos para rir, &c.* que dos prelos da Impressão

⁶ Márcia Abreu, investigando os discursos dos censores responsáveis por analisar romances e autorizar ou não sua publicação, verificou que uma das críticas devia-se ao fato de que os leitores poderiam tomar os textos ficcionais como histórias verdadeiras, criando-se uma perigosa ilusão de verdade e, ainda, com a possibilidade de se corromperem os textos históricos (Cf. ABREU, 2003, pp. 272-299). Já Sandra Vasconcelos trouxe, entre outros exemplos, o de Samuel Richardson, que se declarou depositário de um conjunto de cartas, editadas para publicação de seu romance (Cf. VASCONCELOS, 2002, pp. 92-95).

Régia de Lisboa, saiu a partir de 1804. Esse periódico trazia em seu frontispício a apresentação: “obra moral, instructiva, e agradável destinada para honesto divertimento, e útil instrução da mocidade Portuguesa” e, no conteúdo do número II, logo após uma estampa colorida, apresentava “Os esposos reconhecidos ou o triunfo da virtude. Novella sentimental imitada do alemão” (pp. 35-50). Nesse mesmo número, a mocidade portuguesa poderia ficar à par da história “Do curso ordinário do mundo” (pp. 56-58), atualizar-se com a “Noticia de invenções antigas e modernas” (pp. 60-61) e terminar sua leitura com “Pensamentos diversos” (pp. 62-64).

José Tengarrinha comenta o desenvolvimento da imprensa periódica portuguesa ressaltando o grande número de publicações chamadas “de pendor sentimental”, ao lembrar que era nos “folhetos, fascículos ou cadernos (normalmente mensais)” que se imprimia essas “obras de menor mérito e, por isso esquecidas, [que] constituem no entanto uma vasta massa de produção literária que é um pano de fundo indispensável para a compreensão do gosto e da sensibilidade do público, bem como do aparecimento de obras de maior valia” (TENGARRINHA, 1989, p. 56). Segundo o autor, essas publicações

Denunciam uma tendência pré-romântica (exageros sentimentais e melodramáticos, individualismo, desequilíbrios estruturais e estilísticos da obra, desapego aos cânones e valores clássicos) que coexiste com a tradição clássica e ainda está longe de afirmar uma teoria própria. Podem considerar-se a emergência de novas formas de sensibilidade, de novos quadros

psicológicos que vieram sendo preparados muito longa e lentamente, mas que só agora aparecem sob a forma de ruptura. (TENGARRINHA, 1989, p. 56)

A temática dessas obras, publicadas muitas vezes nos periódicos, gira em torno do amor e dos obstáculos que os amantes encontravam para realiza-lo, tais como impedimentos familiares, casamentos arranjados que separavam amores da juventude, diferenças de classe social e, mesmo, guerras, em histórias geralmente traduzidas ou ainda escritas por portugueses anônimos ou que se identificavam apenas por iniciais.

Na estrutura das narrativas encontramos protagonistas que geralmente pertenciam à nobreza, personagens secundários que se colocavam como servos fiéis ou até confidentes, ambientes internos em que se destacam objetos luxuosos, enredos injetados de grandes sofrimentos das personagens, sobretudo das femininas, mortes e assassinatos previamente anunciados.

O tema do amor não se limita a aparecer apenas nas narrativas ficcionais, como nas publicadas no corpo dos jornais, eclodindo também fora da prosa de ficção, nos manuais de conquista, “como se de repente, e só então, o amor sentimento e o amor-prazer nas suas mais simples manifestações tivessem sido descobertos por amplos grupos sociais e pudessem ser tratados livremente em público.” (TENGARRINHA, 1989, p. 57).

Assunto facilmente relacionado ao universo das mulheres, o amor também pode ter sido chamariz para crescimento do público leitor feminino em Portugal, que logo passou a ter à disposição periódicos específicos,

como *O correio das modas*, cuja “Introdução” ao primeiro número anuncia:

Cada Folheto constará de duas Estampas illuminadas, e de dezesseis Paginas de Impressão. Nas primeiras virá a explicação das Figuras, e as reflexões sobre o estado da Moda, e nas outras huma collecção de Contos, Anedoctas, e Ditos Sentenciosos, com o titulo de *Entretenimento de hum quarto de hora*. As outo Figuras dos dous primeiros Folhetos, pertencem á Moda do Inverno, e Primavera deste anno, nos que formos publicando de pois destes, daremos as que se forem succedendo em París, Londres, e Lisboa [...]. (*O correio das modas*, 1807, p. 5-6)⁷

Note-se que, entre estampas de vestimentas, como se pode deduzir pelas explicações, e comentários sobre as tendências da moda da estação, inclusive no exterior, vinham publicados contos, destinados ao “Entretenimento de hum quarto de hora”. Em consulta realizada ao exemplar disponível na Biblioteca Nacional de Portugal (cota: L. 6609 1 P), que contém quatro folhetos, surpreendeu-nos a ausência das estampas, as quais foram todas arrancadas pelos (as) usuários (as), possivelmente para tirar moldes para confecção de roupas da última moda. Nos folhetos, verificamos apenas dois títulos de entretenimento que podem ser considerados como de prosas de ficção, quais sejam: “Magnanimidade das Mulheres” (pp. 15-16) e “Sonho prodigioso” (pp. 28-30),

⁷ Ernesto Rodrigues informa que, no mesmo ano, imprimia-se “*O Armazém interessante*, com estampas litografadas” que “inaugura entre nós [portugueses] o periodismo ilustrado” (RODRIGUES, 1998, p. 110).

seguidos por outras formas de entretenimento como a “Anedocta curiosa” (pp. 58-59) ou a “Extravagancia de hum Fidalgo” (p. 76).

Traçado um breve panorama, podemos dizer que mesmo antes que se findasse o primeiro quartel do século XIX, Portugal já dispunha de um bom número de periódicos em cujas folhas havia narrativas ficcionais impressas, o que nos faz supor alguns atores deste cenário. Redatores ou mesmo autoridades, como se viu no caso da Impressão Régia de Lisboa, esforçavam-se para inserir conhecimentos científicos e culturais no cotidiano das pessoas, por meio de publicações em jornais e revistas, veículos notoriamente de leitura mais leve que os tradicionais livros específicos. Entre tanta informação, por que não pensar que esses redatores e autoridades refletissem sobre a necessidade de incluir alguns escritos de recreio, talvez para minimizar o caráter instrutivo de suas publicações?

É justo, ainda, imaginar o movimento de escritores ou tradutores portugueses interessados em publicar obras de teor ficcional, aproveitando a abertura concedida para tal e o crescimento do mercado editorial na área dos textos para deleite. Por fim, supomos um público leitor em formação, já conquistado por esses escritores e tradutores, à procura de momentos de prazer literário, de admiração estética, não somente proporcionado pelas narrativas disponíveis, mas também pelos poemas que volta e meia apareciam nos jornais e revistas.

Vale lembrar que os consumidores do mercado de periódicos não necessariamente eram alfabetizados, uma vez que poderiam ser leitores que apenas ouviam as histórias e

notícias lidas por outrem. Além da baixa instrução formal, é consenso dizer que, com o passar do tempo, o aumento da concorrência e o conseqüente barateamento do preço das folhas, os leitores oitocentistas foram precisando dispor cada vez menos de recursos financeiros para desfrutar da cultura divulgada, socializar leituras, conhecer outras culturas pelas traduções, ou mesmo constituir coleções.

Comuns no século XIX, essas coleções eram feitas a partir do recorte e da encadernação manual, por meio da costura, das histórias ficcionais publicadas em pedaços nos jornais e poderiam representar um pequeno acervo bibliográfico doméstico, muitas vezes formado pela primeira vez entre as leitoras, sobretudo, como exemplifica Gina Guedes Rafael (2012, p. 37). A mesma autora atenta para o fato de que não somente pessoas iletradas e de baixa renda faziam parte do público-alvo dos periódicos do oitocentos, mas também os abastados e eruditos consumidores, que contribuíam com cartas e críticas para o andamento da redação dos próximos números. (Cf. RAFAEL, 2012)

Pode-se afirmar que houve ainda em princípios do século XIX narrativas ficcionais publicadas em Portugal, cuja relação, mesmo que coletados os títulos disponíveis, em suporte físico ou digital, dificilmente será completa. A Imprensa Régia de Lisboa publicou um número considerável de romances, novelas e contos, quer em volumes individuais, quer em forma de artigos nos periódicos que imprimiu. Outros tipógrafos também souberam aproveitar o nicho de mercado que, aparentemente, se mostrava promissor. No

intento de divulgar as narrativas ficcionais e o gênero romance, os periódicos tiveram importante papel, não somente pela própria impressão desses textos em suas páginas, como pelo anúncio dos livros disponíveis para aquisição no mercado livreiro local.

Com o tempo, o desenvolvimento da imprensa periódica em Portugal se dará de forma expressiva, como nos comprovam os números elencados por Ernesto Rodrigues:

O período de afirmação da Imprensa em Portugal acontece entre os anos de 1836 a 1840.

Os títulos publicados desde 1641 ditavam o seguinte quadro: até 1697, três; de 1715 a 1800, 12; de 1801 a 1805, nove; no lustro seguinte, sob o influxo das invasões francesas, 26; 16 entre 1811 e 1815; e 25 na véspera do movimento liberal.

A partir de 1821-1825, dá-se um salto cuja média pouco se altera até o termo da guerra civil: 61 novos jornais, 81 para 1826-1830 e recaída em 66 no período mais difícil de 1831-1835. (...)

No lapso de 1836 a 1840, saem 157 títulos (haveria 67 em 1836, 59 no ano seguinte, o que é notável, se compararmos com as quebras dos quinquênios seguintes: 77, 105, 108, 136. Só 25 anos depois, assistimos a retorna: 202 para 1861-65 e 201 entre 1866-1870. (RODRIGUES, 1998, pp. 95-96)

Como sabemos, em Portugal será na segunda metade do século XIX, sobretudo em período finissecular, que a expansão dos jornais e revistas e das práticas de impressão de histórias ficcionais até aqui descritas tomarão tão significativa força que já não será

possível desconsiderá-las nos estudos literários. Contudo, nosso objetivo é conhecer como tudo começou.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. **Os caminhos dos Livros**. Campinas. SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2003.

ARAÚJO, N. & M., A. P. **Aspectos da Tipografia em Portugal**. Conferência realizada na Imprensa Nacional de Lisboa em 6 de abril de 1913. Lisboa: Imprensa Nacional, 1914.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Imprensa periódica portuguesa na metrópole e no império. Séculos XVII-XIX**: edição comemorativa do tricentenário da publicação do primeiro periódico português. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1941.

CANAVARRO, P. Bibliografia Sinóptica das obras impressas. In _____ (Coord). **Imprensa Nacional**. Actividade de uma casa impressora. Vol. I 1768-1800. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1975. pp. 73-244.

GUEDES, F. **O Livro e a Leitura em Portugal**: Subsídios para a sua história. Séculos XVIII e XIX. Lisboa: Editorial Verbo, 1987.

HALLEWELL, L. **O Livro no Brasil** (sua história). (Trad.) Maria da Penha Villalobos e Lolio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1985.

PORTUGAL. Imprensa Nacional Casa da Moeda. **Registo de obras impressas**, liv.º6 (1797-1803). Fundo 028 IN, Seção 2.2.13.1, Livro 481, Série contabilidade.

PORTUGAL. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino. **Registo de Cartas Régias e Alvarás para a Junta Económica, Administrativa e Literaria da Impressão**

Régia. Livro 325. Decreto Real de 07 de Abril de 1769.

RAFAEL, G. G. Jornais, Romance-Folhetim e a leitura feminina no século XIX: influências transatlânticas?. **Revista IRIS**, Recife, v.1, n.1, jul./dez./2012. pp. 32-42. Disponível em: <http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/IRIS/article/viewFile/9/7>, consulta em 23/09/2015.

_____ & SANTOS, M. (org. e coord.). **Jornais e Revistas Portuguesas do séc. XIX**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. 2 Vol.

RODRIGUES, E. **Mágico Folhetim**: Literatura e jornalismo em Portugal. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

SANT'ANNA, B. de C. L. **Ilustração Brasileira (1854-1855) e a Ilustração Luso-Brasileira (1856, 1858, 1859)**: uma contribuição para o estudo da imprensa literária em Língua Portuguesa. São Paulo: [s.n.], 2007. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

SOUZA, S. C. M. de. **Primeiras impressões**: romances publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro (1808-1822). Campinas, [s.n.], 2007. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

TENGARRINHA, J. **História da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Ed. Caminho, 1989.

THÉRENTY, M-È. O longo e o cotidiano. Sobre a dilatação midiática dos romances nos séculos XIX e XX. Trad. Pedro Paulo Garcia Ferreira Catharina. **Interfaces**, Rio de Janeiro, Número 22, Vol. 1, Janeiro-Junho 2015, pp. 117-136. Disponível em: http://www.cla.ufrj.br/images/docs/interfaces/split/22/08_0%20longo%20e%20cotidiano.pdf, consulta em 30/09/2015.

VASCONCELOS, S. G. T. **Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

VELOSO, L. M. M. Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa. In SOUZA, J. M. de. & VELOSO, L. M. M. **Historia da imprensa periódica portuguesa: subsídios para uma bibliografia**. Coimbra: Coimbra Editora, 1987.

WATT, I. **A ascensão do romance**: Estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. Trad. Hisdegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Periódicos

Analecto de Recreação e erudição. Por ****. Numero I. Lisboa, na Impressão Regia. M.DCCC.V. *Por Ordem Superior*. (Biblioteca Nacional de Portugal. P.P.7314 P)

Armazem interessante e recreativo ou collecção de novellas, e noticias uteis, e agradaveis. N. I. Lisboa. MDCCCVI. Na Impressão de Bernardo José Alcobia. Com licença da Meza do desembargo do Paço. (Biblioteca Nacional de Portugal. L. 6590 1 P)

Bibliotheca Universal extrahida de muitos jornaes, e das obras dos melhores escritores Antigos, e modernos. Pelo author das Viagens de Altina. Lisboa. M.DCCCIII. Na Offic. deThaddeo Ferreira, Com licença da Meza do Desembargo do Paço. (Biblioteca Nacional de Portugal. F.2578; F.2479 e J. 1)

Divertimento Instructivo ou Collecção escolhida de novellas, historias, contos moraes, anedoctas interessantes, paravolas, fabulas, ditos filosoficos, contos para rir, &c. Obra moral, instructiva, e agradável destinada para honesto divertimento, e util instrucção da mocidade Portugueza. N. I. Lisboa: Na Impressão Regia. Anno de M.D.CCC.IV. Por

Ordem Superior. (Biblioteca Nacional de Portugal. P. 3509 1 P)

Gazeta de Lisboa. Microfilme. (Biblioteca Nacional de Portugal. J 2510 M)

O Redactor ou ensaios periodicos de litteratura, e conhecimentos scientificos destinados para illustrar a Nação Portugueza. 1803. Lisboa. Na Impressão Regia. Por Ordem Superior. (Biblioteca Nacional de Portugal. J. 1306 B B B)

Variedades: publicação literaria, compreendendo historia geral, anedotas.... Numero XIII, Volume III. Lisboa. MDCCCII. Na Off, de Simão Theddeo Ferreira. Com licença da Meza do Defembargo do Paço. (Biblioteca Nacional de Portugal. P. 286 P)

Recebido para publicação em 10 out. 2015

Aceito para publicação em 01 dez. 2015.

TEMA LIVRE

BREVE PANORAMA DOS ESTUDOS DE LETRAMENTO(S) NO BRASIL - DOS ALFABETISMOS AOS MULTILETRAMENTOS

BRIEF OVERVIEW OF LITERACY STUDIES IN BRAZIL - FROM LITERACY TO MULTILITERACY STUDIES

Maria Cristina Macedo Alencar*

RESUMO: Apresentamos uma breve discussão sobre como se constituíram os estudos de letramentos no Brasil e refletimos quanto à questão da validade da utilização de tal conceito nos estudos da linguagem, tendo em vista as críticas formuladas aos estudos de letramento feitas por estudiosos de perspectiva freiriana de alfabetização. Assim, ao longo do texto trazemos as questões colocadas pelos Novos Estudos de Letramento, com a noção dos letramentos múltiplos e, pautamos ainda, o mais recente debate sobre a pedagogia dos multiletramentos (COPE; KALANTZIS, 2009; 2006). Não tivemos a pretensão de formular um texto completo e acabado sobre o tema, mas retomar algumas reflexões a fim de subsidiar os debates sobre alfabetização e ensino de língua materna pautados nas práticas sociais de uso da escrita.

PALAVRAS-CHAVE: Letramentos. Multiletramentos. Revisão de literatura.

ABSTRACT: This article presents a brief discussion on how literacy studies were constituted in Brazil and a reflection on the validity of using this concept in language studies, considering educators' criticism based on Freire's studies to the use of the term literacy. Thus, throughout the text, issues raised by the New Literacy Studies with the notion of multiple literacies are discussed, and the most recent debate on the pedagogy of multiliteracies is highlighted (COPE; KALANTZIS, 2009; 2006). There is no intention to formulate a complete and finished text on the subject, but to return to some reflections in order to subsidize discussions on literacy and mother tongue teaching that are founded on the social practices on the use of writing.

KEYWORDS: Literacy. Multiliteracy. Literature review.

* Professora da área de Linguagem na Faculdade de Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: cristinaufpa@yahoo.com.br

ALFABETIZAÇÃO, ALFABETISMO E LETRAMENTOS

Os estudos sobre *letramento*, em certa medida, questionam uma dada concepção de alfabetização, a mais recorrente nos meios educacionais. Trata-se de uma alfabetização realizada no espaço escolar, cientificamente fundamentada, responsável pela promoção e aquisição individual simultânea da leitura e da escrita, entendidas essas como habilidades específicas que fornecem ao indivíduo instrumentos para se adaptar às necessidades sociais imediatas. Entretanto, esta não é a única concepção de alfabetização à qual o termo *letramento* tem sido contraposto, no decorrer dos últimos 20 anos no Brasil.

Apesar de os estudos de *letramento* já se terem consolidado como uma forte área de pesquisa nos campos da linguagem e educação no Brasil, entre os estudantes de graduação e muitos educadores que atuam há algum tempo no âmbito das séries iniciais e alfabetização, ainda são recorrentes questionamentos acerca do que se entende por alfabetização e por *letramento*. Também são comuns entre esses sujeitos questionamentos sobre a validade dos estudos de *letramentos* e em que se distinguem esses estudos das propostas teórico-metodológicas de alfabetização já conhecidas.

Com vistas a contribuir para o esclarecimento dessas questões realizamos o estudo ora apresentado. Nosso objetivo é apresentar, a partir da análise de extensa bibliografia sobre a constituição dos estudos de *letramento* no Brasil - influenciado pelos estudos dessa área no contexto anglófono - como esse campo de pesquisa se difere dos

estudos clássicos de alfabetização. Ao utilizarmos uma metodologia de análise comparativa da bibliografia disponível sobre os estudos de *letramento* procuramos sugerir um percurso histórico de constituição desta área no Brasil e demonstrar, aos educadores em formação inicial ou continuada, que os campos de estudo de *letramento* e alfabetização distanciam-se, principalmente, pela compreensão da linguagem como prática social. Ressaltamos, contudo, como se verá ao longo do texto, que apenas a perspectiva de alfabetização defendida por Paulo Freire em suas diversas obras já sinalizavam para o fato de que o processo de alfabetização precisa se dar pelas práticas sociais de uso da escrita.

Kleiman (1995) chamou atenção para o fato de que as críticas que os estudiosos do *letramento* fazem à *alfabetização* referem-se, especificamente, ao sentido desta que se popularizou entre os educadores-alfabetizadores, eximindo das críticas “os sentidos que Paulo Freire atribui à alfabetização, que a vê como capaz de levar o analfabeto a organizar reflexivamente seu pensamento, desenvolver a consciência crítica, introduzi-lo num processo real de democratização da cultura e de libertação” (KLEIMAN, 1995, p. 16). Contudo, alerta a autora que tal perspectiva restringiu-se aos meios acadêmicos e não atingiu amplamente as práticas dos alfabetizadores.

Em texto de 2007, Bartlett também destaca que a obra de Paulo Freire demonstra como os usos e significados da escrita estão estreitamente relacionados às estruturas e relações de poder que oprimem os mais pobres e que o domínio da escrita por eles também pode libertá-los:

Finalmente, a percepção de que as práticas de alfabetização moldam e são moldadas por estruturas de poder deve muito à insistência de Paulo Freire de que, apesar da ausência e presença de letramento ter geralmente servido para oprimir os pobres, ler e escrever “a palavra e o mundo” também pode contribuir para a sua libertação (BARTLETT, 2007, p. 1619)¹

Também Barton (2000) e Gee (2008) têm nas obras de Paulo Freire a referência para os estudos que desenvolvem. Barton (2000) ressalta que o debate que faz sobre a autorreflexão crítica como a base da educação emancipatória de adultos foi inspirado no trabalho de Paulo Freire, a partir de seu conceito de conscientização. E Gee (2008) se pauta nas obras de Paulo Freire para mostrar como este contribui para os estudos de letramento emancipatório. Gee (2008) argumenta que nenhum teórico está mais associado ao letramento emancipatório que Freire, já que, para este, o aprendizado da leitura e escrita deve possibilitar às pessoas questionarem a realidade em que vivem.

De fato, em sua clássica obra *A importância do ato de ler*, Freire argumenta a favor de uma:

Compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na

inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 2003, p. 9)

Paulo Freire já ressaltava a importância da reflexão sobre as práticas de linguagem não legitimadas pela escola e os usos e sentidos que a escrita tem para os sujeitos adultos não alfabetizados. Dessa maneira é possível admitir que os estudos de letramento e a concepção freiriana de alfabetização não se excluem, ao contrário, o conceito de “alfabetização crítica” cunhado por Freire está muito próximo do debate sobre “letramentos”, particularmente, “os letramentos críticos” “que tratam os textos/enunciados como materialidades de discursos, carregados de apreciações e valores, que buscam efeitos de sentido e ecos e ressonâncias ideológicas” (ROJO, 2009, p. 114).

Ao longo do texto demonstraremos que, consideradas as distinções entre os processos de letramento e alfabetização, o que os educadores-alfabetizadores precisam ter clareza é de que a dissociação entre esses processos se constitui em um equívoco, uma vez que a entrada dos sujeitos no mundo da escrita deve ocorrer simultaneamente em contextos de práticas sociais de leitura e escrita, bem como por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, do sistema convencional de escrita (Cf. SOARES, 2005).

¹ Tradução minha de “Finally, the realization that literacy practices shape and are shaped by larger power structures owes much to Paulo Freire’s insistence that, although both the absence and presence of literacy have generally served to oppress the poor, reading and writing “the word and the world” might also contribute to their liberation (1970, 1987)”.

LETRAMENTO: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO

Introduzido nas discussões acadêmicas no Brasil a partir da década de 80, o termo *letramento*, apesar de já recorrente em muitas publicações no Brasil, ainda é novo entre os educadores e alfabetizadores. Segundo Kleiman (1995) e Soares (2005a) a palavra *letramento* foi introduzida em textos acadêmicos sob a influência do inglês *literacy*, que, durante a década de 90, era traduzido por *alfabetismo* (cf. SOARES, 2005), designando algo mais do que até então se podia designar com a palavra alfabetização, “numa tentativa de separar os estudos sobre o impacto social da escrita dos estudos sobre a alfabetização, cujas conotações escolares destacam as conotações *individuais* no uso e na prática da escrita” (KLEIMAN, 1995, p. 16, ênfase da autora).

Em Soares (2005a) encontramos uma extensa reflexão sobre a introdução deste novo conceito nas discussões acadêmicas. O termo aparece pela primeira vez na obra *No mundo da escrita*, de Mary Kato (1986, p. 7). Nesta obra, “letramento” ainda não tem o sentido que adquiriu a partir dos trabalhos de Kleiman (1995). Em Kato (1986) “letramento” tem um sentido mais próximo de “alfabetismo”, posto que a autora reflete sobre habilidades individuais de leitura para além da decodificação.

É possível admitir que a introdução de “letramento” no texto de Kato é apenas uma tradução de *literacy*, que, em inglês, àquele período e ainda hoje em alguns dicionários, é usado para se referir a três fenômenos distintos alfabetização, alfabetismo, e letramento. Não se percebe, nesta obra, a conotação e os

sentidos que hoje se discutem de “letramento” relacionados a práticas sociais, a questões ideológicas e de poder imbricadas no uso, acesso e sentidos da escrita nas sociedades escriturárias ou sua introdução em sociedades de tradição oral, como se passa a discutir a partir da divulgação dos trabalhos de Street (1984).

Posterior ao trabalho de Kato (1986), “letramento” aparece na obra de Tfouni (2006[1988]). Na introdução desta obra, Tfouni distingue “alfabetização” de “letramento”, afirmando que “talvez seja esse o momento em que ‘letramento’ ganha estatuto de termo técnico no léxico dos campos da educação e da Ciência Linguística” (TFOUNI, 2006[1988]), p. 07).

Para Soares (2005a), o uso de “letramento” como tradução da palavra inglesa *literacy* revela uma nova realidade social, isto é, uma nova palavra é criada em função de uma nova demanda social, pois, no Brasil, era muito comum tratar-se da realidade dos sujeitos que não dominavam as habilidades de leitura e escrita, ou seja, do *analfabetismo*, porém pouco se falava do “estado ou condição de quem responde adequadamente às intensas demandas sociais pelo uso amplo e diferenciado da leitura e da escrita” (SOARES, 2005a, p. 20).

Diante da realidade dos sujeitos alfabetizados que não conseguem fazer uso da leitura e escrita² em práticas sociais letradas (letramentos), emerge a necessidade deste novo termo, que possibilita a reflexão sobre os processos históricos de expansão dos usos da escrita, observando “a emergência

² Isto é o que Rojo (2009) caracteriza como alfabetismos.

da escola, o aparecimento das burocracias letradas como grupos de poder nas cidades, enfim, as mudanças políticas sociais, econômicas e cognitivas relacionadas com o uso extensivo da escrita nas sociedades tecnológicas” (KLEIMAN, 1995, p. 16). A definição e uso de um novo termo para discutir e investigar as questões de escrita e leitura em um dado grupo social justifica-se pela abrangência do termo “letramento” que não se limita a refletir sobre a “mera aquisição da ‘tecnologia’ do ler e do escrever, englobando as questões de uso competente e frequente da leitura e da escrita” (SOARES, 2005a, p. 23).

Soares (2005a), portanto, já indicia a ocorrência de níveis de letramento³ distintos, considerando que as sociedades do ocidente contemporâneo são sociedades caracterizadas pelos “letramentos”, de modo que os sujeitos estão inseridos em grupos e situações sociais marcadas pelo uso cada vez mais amplo da linguagem escrita em diferentes esferas da sociedade. Nesses diferentes contextos de uso da escrita, os sujeitos, em função de suas experiências culturais e habilidades no uso da escrita, também a significam e dão sentido a suas práticas de maneiras distintas.

Soares (2005a) também ressalta não ser possível se falar em sujeitos mais ou menos letrados, haja vista não haver critérios, parâmetros de medição confiáveis. Desse modo, opta por tratar essas diferenças como “graus de letramento”, posto que os sujeitos inserem-se cotidianamente em diferentes

situações, práticas sociais que lhes exigem maior ou menor grau de domínio das tecnologias de escrita.

Os sujeitos estão, portanto, inseridos num *continuum* de práticas de leitura, que vai desde a leitura de signos simples em notícias, num jornal popular, por exemplo, até a leitura de um livro inteiro ou teses científicas, sinalizando para a fragilidade de uma definição única para “letramento”, que seria inadequada, visto que simplificaria a questão. Desse modo, Soares conclui

que o letramento é uma variável contínua e não discreta ou dicotômica; refere-se a uma multiplicidade de habilidades de leitura e de escrita, que devem ser aplicadas a uma ampla variedade de materiais de leitura e escrita; compreende diferentes práticas que dependem da natureza, estrutura e aspirações de determinada sociedade. (SOARES, 2005a, p. 112).

Note-se que a reflexão feita por Soares (2005; 2005a) está mais relacionada à discussão sobre os “alfabetismos” e sua investigação, que aos estudos de “letramento”, de fato, como bem demonstrou Rojo (2009). Daí a importância de compreender as diferenças entre estes fenômenos.

Como se percebe o conceito de letramento no Brasil é construído historicamente, isto é, à medida que surgiam novos desafios nos processos de alfabetização o termo adquiriu uma conotação diferente. Assim podemos ilustrar essa variação nos sentidos do conceito com o quadro a seguir, a partir da discussão das autoras mais representativas deste tema:

³ Conforme discutido no item 2.1 o que Soares está denominando “letramento”, “níveis de letramento” e “graus de letramento” correspondem ao que Rojo (2009) denomina níveis de “alfabetismo”.

Tabela 01 - Significados do termo “letramento” na literatura da área

PERÍODO	AUTOR E OBRA DE REFERÊNCIA	SENTIDOS DE LETRAMENTO
1985	Magda Soares artigo “As muitas facetas da alfabetização”, publicado em periódico.	Não usa o termo “letramento”, mas faz uma reflexão sobre o caráter individual e social da alfabetização. Numa revisão deste artigo publicada em Soares (2005), relaciona a perspectiva social da alfabetização ao que se passou a denominar “letramento”. A autora construiu em sua obra uma abordagem curricular das práticas de linguagem com foco nos alfabetismos.
1986	Mary Kato – <i>No mundo da escrita</i>	O termo “letramento” é usado pela primeira vez como um neologismo e um sentido mais próximo de “alfabetismo”.
1995	Angela Kleiman - <i>Os significados do letramento</i>	Influenciada pelos NSL contribui para a compreensão dos “letramentos” como prática social.

Contraposto aos estudos de letramento desenvolvidos nas décadas de 70 e 80, nos Estados Unidos e Europa, nos quais se tentava associá-lo ao desenvolvimento intelectual e econômico das sociedades em que havia a escrita, Street (1984) destaca que o letramento tem significados políticos e ideológicos e por isso não pode ser considerado um fenômeno “autônomo”, isto é, uma habilidade ou tecnologia de aquisição individual que provocaria o progresso, a civilização, a mobilidade social. Entendido este termo – “autônomo” – como a noção de que “a escrita seria um produto completo em si mesmo, que não estaria preso ao contexto de sua produção para ser interpretado” (KLEIMAN, 1995, p. 22). Para Street (2003, p. 77), “autônomo” também se refere “à imposição de concepções ocidentais de letramento para outras culturas”⁴ ou, dentro de um mesmo país, a imposição de

letramentos de uma classe ou grupo social sobre outros.

Na perspectiva “ideológica”, que podemos chamar de sociocultural, entende-se que as implicações e efeitos do letramento são amplamente determinados pelos hábitos e crenças de um dado grupo social. A reflexão é feita em função das diferentes práticas de letramento, determinadas social e culturalmente, a fim de compreender os significados específicos da escrita em cada situação e em cada grupo social. Segundo Street (2003), o modelo ideológico, portanto, oferece uma perspectiva de estudo sensível à compreensão da diversidade de práticas de letramento em função das diferenças culturais e dos contextos em que se realizam.

Este modelo postula que o letramento é uma prática social, não simplesmente uma habilidade técnica e neutra; que é sempre socialmente construído pautado por princípios epistemológicos.

⁴ Tradução minha de: “[...] imposing western conceptions of literacy on to other cultures”.

Trata-se de conhecimento: as formas pelas quais as pessoas se referem à leitura e escrita, sendo elas próprias enraizadas em concepções de conhecimento, identidade, e de ser [...]. Letramento, nesse sentido, é sempre contestado, tanto seus significados quanto suas práticas, são versões particulares, por isso é sempre “ideológico”. Elas estão sempre enraizadas em uma determinada visão de mundo e em um desejo de que uma dada visão de letramento domine e marginalize outras (STREET, 2003, p. 77-78)⁵.

Esta perspectiva também é encontrada nos trabalhos de Barton e Hamilton (1998) e Barton (2000). Para esses autores, “como toda atividade humana, o letramento é essencialmente social e está localizado na interação entre as pessoas⁶” (BARTON; HAMILTON, 1998, p. 3). Os autores argumentam que os “letramentos” são práticas sociais constituídas de eventos mediados por textos escritos. De acordo com Bartlett (2003), “os eventos de letramento, ou atividades que incluem o letramento, são práticas sociais produzidas por pessoas em situações específicas, com graus variados de poder e

autoridade e, portanto, diferentes capacidades de influenciar o comportamento em tais eventos” (BARTLETT, 2003, p. 69)⁷. Nesse sentido, Barton e Hamilton (1998) afirmam que esses “letramentos” regulados por instituições sociais e relações de poder, se tornam mais dominantes, visíveis e influentes que outros.

Ao se admitir “letramento” como “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos” (KLEIMAN, 1995, p. 19), evidencia-se como as práticas escolares, responsáveis pela classificação dos sujeitos em alfabetizados e não alfabetizados, são apenas *um* tipo de prática, ainda que dominante, que desenvolve apenas algumas habilidades, determinando uma forma, dentre outras, de utilizar o conhecimento sobre a escrita. Mesmo diante de tal constatação, ainda é comum que a alfabetização e a escolarização, em nossa sociedade, sejam reconhecidas como fatores determinantes das diferenças nos modos de funcionamento letrado dos sujeitos.

É sobre essa questão que se pauta a crítica de Street (1984), uma vez que, para ele, tomar a escrita como parâmetro classificatório de diferenças essenciais entre pessoas ou grupos é algo arbitrário do ponto de vista teórico, além de revelar uma perspectiva etnocêntrica, na medida em que se ignoram “as relações sociais concretas, os conflitos de

⁵ Tradução minha de: “This model posits instead that literacy is a social practice, not simply a technical and neutral skill; that it is always embedded in socially constructed epistemological principles. It is about knowledge: the ways in which people address reading and writing are themselves rooted in conceptions of knowledge, identity, and being. [...] Literacy, in this sense, is always contested, both its meanings and its practices, hence particular versions of it are always “ideological”, they are always rooted in a particular world-view and in a desire for that view of literacy to dominate and to marginalize others”.

⁶ Tradução minha de: “Like all human activity, literacy is essentially social, and it is located in the interaction between people”.

⁷ Tradução minha de “literacy events, or activities that include literacy, are social acts produced by people in specific situations with varying degrees of power and authority, and thus varying abilities to influence the conduct of such events”.

ordem política que determinam usos específicos da escrita em diferentes sociedades ou em diferentes grupos dentro de uma mesma sociedade” (RIBEIRO, 1999, p. 31).

A escola, principal “agência de letramento” em nossa sociedade, desenvolve atividades de ensino-aprendizagem da escrita como se a aquisição desta se constituísse num processo neutro, independentemente de considerações contextuais e sociais. Constantemente, a escola tem promovido “as atividades necessárias para desenvolver no aluno, em última instância, como objetivo final do processo, a capacidade de interpretar e escrever textos abstratos, dos gêneros expositivo e argumentativo, dos quais o protótipo seria o texto tipo ensaio” (KLEIMAN, 1995, p. 44). Aos sujeitos que não alcançam as habilidades previstas pela escola é imputada a responsabilidade pelo fracasso escolar.

Neste sentido, é possível afirmar que a escola tem se preocupado apenas com a “alfabetização” e os “alfabetismos”, a partir de práticas de letramento específicas, voltadas para o processo de aquisição de códigos e, posteriormente, para algumas habilidades de leitura e escrita, geralmente focadas em competências individuais e não com os letramentos enquanto práticas sociais de uso da leitura e escrita. Afirmamos isso a partir da compreensão de que a escola ainda não tem conseguido trabalhar com o cotidiano dos alunos. Reconhecemos ser necessário pensar as práticas de letramento da esfera escolar também como práticas socioculturais e que

O termo “letramento escolar” não deveria *a priori* ser utilizado como algo necessariamente negativo ou perverso,

autônomo e estático por natureza, mas como um conjunto de práticas discursivas da esfera escolar que envolvem os usos da escrita em contínua inter-relação com outras linguagens. (BUNZEN, 2010, p. 100)

Entretanto, vale lembrar que Barton e Hamilton (1998), já chamavam atenção para o fato de que as práticas privilegiadas na escola são relacionadas às práticas ditadas pelos grupos dominantes, isto é, são práticas institucionalizadas e que constituem os “letramentos dominantes”. De acordo com a definição desses autores, os “letramentos dominantes” são práticas reguladas por organizações formais como escola, religião, o direito e local de trabalho. Por serem reguladas por essas instituições, são mais formalizadas, padronizadas e, por isso mesmo, gozam de alto valor na sociedade. “Em letramentos dominantes há peritos e professores que controlam o acesso ao conhecimento” (BARTON; HAMILTON, 1998, p. 252)⁸.

Barton e Hamilton (1998) ressaltam que as pessoas vivenciam experiências com a escrita antes mesmo de adentrarem o espaço escolar, contudo estas experiências não são valorizadas neste contexto. A essas práticas de letramento originadas no cotidiano, fora dos contextos institucionalizados, os autores denominam “letramentos vernaculares”, que consistem em práticas não reguladas por instituições sociais e nas quais não há um perito ou uma pessoa que controle o acesso aos conhecimentos.

⁸ Tradução minha de “In dominant literacies there are experts and teachers through whom access to knowledge is controlled”.

As práticas de letramento vernacular são aprendidas informalmente. Elas têm suas raízes nas casas das pessoas e na sua educação. Uma importante distinção entre a aprendizagem vernacular e a aprendizagem que ocorre no contexto escolar ou de formação, é que aquela é “a aprendizagem não sistematizada por uma autoridade externa”. (BARTON; HAMILTON, 1998, p. 251-252)⁹

Entendem-se, assim, por “práticas de letramento” as formas culturais de uso da linguagem escrita - por isso constituídas de valores e sentimentos - que as pessoas desenvolvem, isto é, “práticas de letramento são o que as pessoas fazem com o letramento” (BARTON; HAMILTON, 1998, p. 6)¹⁰. Desse modo, investigar as práticas de letramento requer uma compreensão dos discursos sobre o letramento, uma reflexão sobre como os sujeitos significam a escrita e os letramentos, haja vista que

as práticas são processos sociais que ligam as pessoas umas com as outras, e que incluem cognições compartilhadas representadas em ideologias e identidades sociais. Práticas são moldadas por regras sociais que regulam o uso e a distribuição de textos, prescrevendo quem pode produzir e ter acesso a eles. Elas estabelecem a distinção entre os

mundos individual e social, e são mais facilmente compreendidas nas relações interpessoais, dentro dos grupos e comunidades, e não como um conjunto de propriedades que residem nos indivíduos. (BARTON; HAMILTON, 1998, p. 7)¹¹

Relacionado à reflexão sobre as práticas de letramento está o conceito de “eventos de letramento”. Segundo Barton (2000, p. 8), “eventos de letramento” “são episódios observáveis que surgem das práticas e são moldados por elas”¹². Este é um conceito que ressalta a relação intrínseca entre os “letramentos” e o contexto social, bem como o fato de os “letramentos” serem sempre situados.

Barton e Hamilton (1998) demonstram que durante muitos anos os estudos de letramento discutiram dados que refletem, principalmente, sobre os “letramentos vernaculares”, nos quais se deve pautar o processo de educação escolar. Segundo estes autores, a educação escolar deveria partir da reflexão acerca das “práticas de letramento” vivenciadas cotidianamente pelos aprendizes para daí possibilitar-lhes o acesso e a reflexão sobre os “letramentos dominantes”, sempre num processo de leitura crítica.

⁹ Tradução minha de “[...] vernacular literacy practices are learned informally. They have their roots in people’s homes and in their upbringing. An important distinction between vernacular learning and other learning, such as that within an educational or training context, is that vernacular learning is ‘learning not systematised by an outside authority’.

¹⁰ Tradução minha de “practices are what people do with literacy”.

¹¹ Tradução minha de “practices are the social processes which connect people with one another, and they include shared cognitions represented in ideologies and social identities. Practices are shaped by social rules which regulate the use and distribution of texts, prescribing who may produce and have access to them. They straddle the distinction between individual and social worlds, and literacy practices are more usefully understood as existing in the relations between people, within groups and communities, rather than as a set of properties residing in individuals”.

¹² Tradução minha de “Events are observable episodes which arise from practices and are shaped by them”.

Esta perspectiva de ensino já havia sido apresentada e desenvolvida anos antes no Brasil, a partir dos trabalhos de Paulo Freire, nos projetos de alfabetização de adultos onde atuou. Paulo Freire mostrou que, para a alfabetização ser significativa para os aprendizes, o ensino de leitura e escrita deveria ser construído “a partir de palavras e de temas significativos à experiência comum dos alfabetizandos e não de palavras e de temas apenas ligados à experiência do educador” (FREIRE, 2003, p. 14). Freire sempre lutou pela realização de uma “alfabetização crítica” (cf. FREIRE, 1981 e 2003), na qual se deve considerar que

o aprendizado da leitura e da escrita não pode ser feito como algo paralelo ou quase paralelo à realidade concreta dos alfabetizandos. [...] Mais que escrever e ler que a “asa é da ave”, os alfabetizandos necessitam perceber a necessidade de um outro aprendizado: o de “escrever” a sua vida, o de “ler” a sua realidade, o que não será possível se não tomam a história nas mãos para, fazendo-a, por ela serem feitos e refeitos (FREIRE, 1981, p. 13).

OS NOVOS ESTUDOS DE LETRAMENTO,
OS LETRAMENTOS MÚLTIPLOS E OS
MULTILETRAMENTOS

Mais recentemente nos estudos de letramento, tem-se ressaltado que não se pode mais tratar de letramento, no singular, mas dos *letramentos*: as muitas práticas sociais de usos e significações da escrita em diferentes contextos. Neste sentido, já há publicações tratando dos *letramentos múltiplos* (OLIVEIRA;

KLEIMAN, 2008; ROJO, 2009) e dos multiletramentos (ROJO, 2010).

Os Novos Estudos de Letramento (NEL/NLS), principalmente a partir dos trabalhos de Street (1984) e de Barton e Hamilton (1998), têm argumentado que os letramentos são práticas sociais e por isso mesmo envolvidos em relações de poder e constituídos de valores e sentidos culturais mais amplos. Segundo Rojo (2009) são principalmente as noções de “práticas e eventos de letramento” que contribuem para esta discussão no reconhecimento de “letramentos dominantes” e de “letramentos vernaculares”.

Os letramentos são construtos culturais, por isso mesmo seus significados variam ao longo do tempo e de acordo com os lugares em que as práticas de letramento se realizam. Nos NEL/NLS as investigações inicialmente tiveram foco nos “letramentos vernaculares”, na investigação de “práticas de letramento” menos valorizadas e deslegitimadas socialmente. Atualmente, os estudos têm sido orientados também para uma reflexão sobre os “letramentos dominantes”, tendo em vista os modos de acesso e significação destes no contexto escolar.

Bartlett (2003) também argumenta a favor de uma compreensão e investigação dos “letramentos múltiplos” e acrescenta a este debate a reflexão sobre o papel da linguagem na produção de estruturas de poder. Para tanto, faz uso de conceitos como *capital*, *mercado* e *habitus linguísticos* desenvolvidos pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu.

Segundo a autora, com o conceito de “capital linguístico”, Bourdieu demonstra a autoridade que pode ser atribuída a alguns

falantes. Assim, “aqueles que detêm alto capital linguístico falam com o ‘comando’, ou seja, têm o poder de influenciar um ouvinte para a interpretação desejada”¹³ (BARTLETT, 2003, p. 68).

Os enunciados produzidos por esses falantes estão sempre inseridos num determinado “mercado linguístico” e regidos por um certo *habitus linguístico*. Este *habitus* consiste na “inclinação para a internalização de determinados tipos ou estilos de produção linguística, que são consideravelmente moldados por uma história pessoal de interação social e o sentido, valor da própria língua”¹⁴ (BARTLETT, 2003, p. 69). p.68).

Para Bartlett (2003), com esses conceitos, Bourdieu auxilia a compreender as microrrelações sociais e políticas que procuram impossibilitar as mudanças sociais a partir do acesso à educação formal pelas camadas populares, pois a escola exige certos modos de letramento sempre em detrimento de outros. Bourdieu (2004) detalha isto ao tratar a língua como um bem simbólico, que se constitui num capital de apropriação limitada a uns poucos. De modo mais específico, a afirmação de Bourdieu refere-se à língua escrita que se constitui num “capital linguístico” bastante rentável e eficaz em nossa sociedade.

¹³ Tradução minha de “Those with high linguistic capital speak with “command,” i.e., the power to influence a listener toward the desired interpretation”.

¹⁴ Tradução minha de “Linguistic habitus signifies the internalized inclination toward certain types or styles of linguistic production, which is considerably shaped by one’s personal history of social interaction and one’s sense of the value of one’s language”

Quando uma língua domina o mercado, é em relação a ela, tomada como norma, que se definem, ao mesmo tempo, os preços atribuídos às outras expressões e o valor das diferentes competências. A língua dos gramáticos é um artefato que, universalmente imposto pelas instâncias de coerção linguísticas, tem uma eficácia social na medida em que funciona como norma, através da qual se exerce a dominação dos grupos. Detendo os meios para impô-la como legítima, os grupos detêm ao mesmo tempo, o monopólio dos meios para dela se apropriarem. (BOURDIEU, 2004, p.166).

Assim, a relação “letramentos dominantes” x “letramentos vernaculares” tem se dado de tal modo que a desvalorização destes implica a maior valorização daqueles, principalmente nas práticas e discursos escolares, que centram suas bases na reprodução dos “letramentos dominantes” e no domínio individual de leitura/escrita (alfabetismos). Os estudos do letramento têm demonstrado que há um saber escolar-institucional legitimado, pelo qual

a escola exerce um poder de “violência simbólica”, isto é, de imposição, às classes dominadas, da cultura – aí incluída a linguagem – das classes dominantes, apresentadas como a cultura e a linguagem legítimas: a escola converte a cultura e a linguagem dos grupos dominantes em saber escolar legítimo e impõe esse saber aos grupos dominados (SOARES, 2005b, p.54).

A prática escolar, assim, pode produzir nos sujeitos representações de si como

“deficientes linguísticos” (cf. SOARES, 2005b). Representando-se assim, o sujeito insere-se num ciclo de legitimação (naturalização) da exclusão, haja vista que tal sentimento acaba por se tornar “a expressão mais legítima da dependência e da vassalagem, pois implica na impossibilidade de excluir o que exclui, única maneira de excluir a exclusão” (BOURDIEU, 2004, p. 132.)

Trata-se de um discurso que incute nos sujeitos a ideia de competência individual, de modo que o sucesso ou o fracasso em relação ao domínio de habilidades de leitura e escrita é sempre individual, não entrando no cômputo as práticas socioculturais de leitura e escrita negadas historicamente a esses sujeitos em seus processos de letramento, juntamente com outras práticas políticas, econômicas e culturais. Esta perspectiva corrobora uma visão mítica e evolucionista da escrita, muito presente em discursos de campanhas de alfabetização em massa (MATENCIO, 1995), nas quais “assume-se que é a escrita, e em especial a escrita alfabética, que representa um avanço substancial numa perspectiva cultural e cognitiva” (GNERRE, 1998, p.42).

Àqueles a quem é negado o direito de aprender a ler e a escrever, resta apenas assumir a sua condição de “deficientes culturais” - para usar expressão de Soares (2005b) -, que precisam se “adaptar” às exigências da sociedade em que se inserem, caso contrário continuarão a ser “cegos”, um problema de cada um e de cada uma que não se apropriou do saber escolar, das práticas de leitura e escrita ali transmitidas e ofertadas a todos.

Diante de realidades como esta, os NEL/NLS procuram “situar as práticas de

letramento no contexto do poder e da ideologia, e não como uma habilidade neutra, técnica” (STREET, 2006, p. 465). É nesta perspectiva que Street (2006) e Rojo (2009) demonstram ser necessário refletir sobre as práticas de letramento, observando que há diferentes modos pelos quais os sujeitos e os diversos grupos sociais atribuem sentidos aos usos da escrita e às atividades de ler e escrever nos mais variados contextos sociais e nos diferentes momentos históricos. Por isso, não é possível mais nos referirmos a “letramento”, no singular, mas a “letramentos”, no plural, uma vez que se admitam os argumentos apresentados acima.

Ao focalizar os usos e significados do letramento em diferentes culturas e contextos sociais as pesquisas com base no modelo “ideológico” de letramento reconhecem a multiplicidade de letramentos, uma vez que

o que veio a ser chamado de “Novos Estudos de Letramento” (NLS) (Gee, 1991; Street, 1996) representa uma nova tradição em considerar a natureza do letramento, focalizando não apenas a aquisição de habilidades, como em abordagens dominantes, mas o que significa pensar o letramento como uma prática social (Street, 1985). *Isto implica o reconhecimento de letramentos múltiplos, variando de acordo com o tempo e espaço, mas também contestado nas relações de poder.* NLS, então, não tomam nada como garantido no que diz respeito a letramentos e as práticas sociais com as quais se torna associado, problematizando o que conta como letramento em diferentes tempos e lugares e pergunta “*que letramentos são dominantes e quais são marginalizados ou*

resistentes. (STREET, 2003a, p. 77, ênfase adicionada.)¹⁵

Segundo Street (2003; 2003a), a discussão central nos NEL/NLS tem sido o debate sobre as práticas de letramento locais em relação às práticas de letramento globais, ou o debate sobre o local/global. Na base desse debate estão as críticas acerca das pesquisas que investigam as práticas de letramentos locais, os letramentos vernaculares, não valorizados e deslegitimados socialmente. De acordo com o autor as principais críticas afirmam que o estudo das práticas de letramentos vernaculares não contribui para mudar a situação dos marginalizados, pois esses estudos focalizam práticas que as pessoas já realizam, o que não contribuiria para nenhuma mudança na situação dessas pessoas; ao contrário, as manteria sem o acesso às práticas legitimadas, sem condições de se integrem às práticas exigidas pela sociedade cada vez mais globalizada. Seria, assim, mais uma forma de mantê-los excluídos.

Quanto a isso, Street (2003) argumenta que o estudo das práticas de letramentos locais permite compreender os modos de significação e usos da escrita por cada grupo social ou cultural. Assim, não contribui de modo

algum para a exclusão dos sujeitos, ao contrário, é o modo mais coerente de se construir programas de educação pública, buscando primeiro conhecer que valores e sentidos o grupo a ser escolarizado atribui aos letramentos dominantes e a suas próprias práticas de letramentos. Segundo o autor, só assim é possível propor, por exemplo, um programa coerente de alfabetização de adultos.

Street (2003) lembra que é possível que alguns acreditem que as práticas de letramentos dominantes, ao adentrar contextos locais, sejam assimiladas pelas pessoas de forma intacta. Mas, segundo ele, o que resulta do encontro entre o local e o global é sempre um híbrido. É sobre essas práticas de letramentos híbridas que se concentram os NEL/NLS, sem romantizar o local ou privilegiar o global, por exemplo, nas abordagens sobre a relação entre as práticas de letramentos locais e as da escola.

Disto se conclui que as práticas de letramentos sempre variam de um contexto e de uma cultura para outra, produzindo efeitos distintos em diferentes condições. Daí se considerar letramentos como práticas sociais, posto que as maneiras como as pessoas signifiquem sua relação com a escrita, as práticas de leitura e escrita, são pautadas por concepções de saber, de conhecimento e identidade, ou seja, estão sempre relacionadas a uma certa visão de mundo, de modo que uma dada visão pode marginalizar e dominar outras.

Diante disso, Rojo (2009) destaca que atualmente é o contexto escolar que desafia os estudiosos de letramento, pois aí se observa a convivência desses “letramentos

¹⁵ Tradução minha de “What has come to be termed the “New Literacy Studies” (NLS) (Gee, 1991; Street, 1996) represents a new tradition in considering the nature of literacy, focusing not so much on acquisition of skills, as in dominant approaches, but rather on what it means to think of literacy as a social practice (Street, 1985). This entails the recognition of multiple literacies, varying according to time and space, but also contested in relations of power. NLS, then, takes nothing for granted with respect to literacy and the social practices with which it becomes associated, problematizing what counts as literacy at any time and place and asking “whose literacies” are dominant and whose are marginalized or resistant”.

múltiplos”. Segundo a autora, no espaço escolar são realizadas práticas de letramentos “dominantes” e “vernaculares”, legitimadas e não legitimadas socialmente, letramentos que estão “sempre em contato e em conflito, sendo alguns rejeitados ou ignorados e apagados e outros constantemente enfatizados” (ROJO, 2009, p. 106-107), o que demonstra a multiplicidade de letramentos que constituem o contexto escolar e outras esferas de produção de linguagem. A autora ressalta que:

o conceito de *letramentos múltiplos* é ainda um conceito complexo e muitas vezes ambíguo, pois envolve, além da questão da multisssemiose ou multimodalidade das mídias digitais que lhe deu origem, pelo menos duas facetas: a *multiplicidade de práticas* que circulam em diferentes esferas da sociedade e a *multiculturalidade*, isto é, o fato de que diferentes culturas locais vivem essas práticas de maneira diferente (ROJO, 2009, p. 109).

Relacionado ao debate recente sobre os “letramentos múltiplos”, Rojo (2010) acrescenta que há ainda a emergência do conceito de “multiletramentos”, o qual foi articulado por um grupo de pesquisadores autodenominado *New London Group* (Grupo de Nova Londres - GNL), para os quais este prefixo *multi-* está relacionado tanto às multisssemioses e diferentes linguagens envolvidas nos processos de significação dos textos multimodais contemporâneos, quanto aos diferentes contextos sociais e à pluralidade cultural dos sujeitos envolvidos nos processos de criação/significação (*design*) desses textos.

A proposta do GNL, apresentada em 1996 (cf. COPE; KALANTZIS, 2006, p. 05) como um manifesto programático de uma “pedagogia dos multiletramentos”, trouxe duas grandes contribuições aos estudos de letramento a partir do conceito de “multiletramentos”: os princípios da “multisssemiose” e do “multiculturalismo” como base para o desenvolvimento de projetos de ensino e construção de novos currículos. O estudo daquela, segundo os autores, visa a que se leve em conta, na educação escolar, a leitura e escrita dos letramentos contemporâneos ou novos letramentos (hipertextos, vídeos, etc.) e a relação dos sujeitos com os textos do ambiente digital, a fim de que os aprendizes possam dominar as novas tecnologias de maneira crítica. Para tal ensino os autores enfatizam a necessidade de que os educadores construam uma metalinguagem adequada às realidades dos alunos. O segundo elemento, o debate sobre “multiculturalismo”, é a base para promover uma educação para a diferença, ou seja, uma educação em que as diferenças de cultura, linguagem e gênero, dentre outras, não sejam barreiras para o sucesso na escola e no cotidiano fora dela.

Vale ressaltar que esses teóricos antecipam uma realidade escolar que ainda começava a se manifestar timidamente, pois à época em que o GNL discutia a necessidade de se desenvolver um ensino pautado pela reflexão sobre a emergência de diferentes gêneros e textos nas novas mídias, a partir da ampliação do acesso ao meio digital, e exigência de diálogos interculturais e educação para a diferença, ainda se discutia a constituição da hoje Europa Unificada e as Novas

Tecnologias de Informação (TICs) ainda não eram acessíveis a grande parte da população. De certa maneira, eles anteciparam o debate, hoje efervescente, das exigências de uma educação para o “multiculturalismo” e para a leitura crítica de textos “multimodais”/“multissemióticos” (COPE; KALANTZIS, 2009).

O manifesto do GNL enfatiza que o ensino deve se realizar por meio de projetos construídos a partir das diferenças culturais dos aprendizes. Isto é, para que seja efetivada a “pedagogia dos multiletramentos”, o currículo deve ser construído a partir do mundo da vida dos alunos com projetos de ensino que promovam uma formação para o trabalho, a vida pessoal e a cidadania, a fim de que seja ampliado, de maneira crítica, o repertório dos aprendizes (COPE; KALANTZIS, 2006).

A proposta do NLG, centrada na educação para o trabalho, o civismo e a vida pessoal, é feita a partir do reconhecimento das múltiplas identidades que os sujeitos podem construir em diferentes situações da vida. Daí decorre a noção de “pluralismo cívico”. Este traz a ideia de que os espaços públicos passam a ser lugares onde as diferenças são reconhecidas e negociadas. Com esta convivência entre os diferentes em locais públicos, os sujeitos se complementarizam porque teriam a chance de ampliar seus repertórios culturais e linguísticos. Desconstrói-se a ideia de Estados-Nação que impõem línguas e culturas padrões; ao contrário, afirmam-se as diferenças, de maneira que a todos seja possível o acesso às riquezas, independentemente de marcadores de identidade. “Esta é a base para uma sociabilidade coesa, uma nova

civilidade em que as diferenças são usadas como recurso produtivo e em que as diferenças são a norma”. (COPE; KALANTZIS, 2006, p. 15)¹⁶.

Nesta educação para o “pluralismo cívico”, desenvolvem o conceito de Projetos (*Designs*) de futuros sociais. A partir desta perspectiva, argumentam que a escola deve oferecer as ferramentas para que todos os alunos possam ter possibilidades iguais de “projetos de futuros sociais”. Tal educação deve partir das experiências do aluno, numa perspectiva “multicultural” e “multimodal/multissemiótica”, para que construam significações (*meaning making*). A noção de *designs* reconhece que todas as pessoas aprendem certas convenções e modos de significar, mas, lembra que elas também constroem novas significações, isto é, são *designers de sentido*. Logo, todos também podem ser “*designers* de futuro social - os futuros locais de trabalho, os futuros do espaço público e futuros da comunidade”¹⁷ (COPE; KALANTZIS, 2006, p. 7). Assim, afirmam:

Nosso interesse é discutir a proposição de que o currículo é um projeto de futuro social e debater a forma geral como o *design* complementa a pedagogia de letramentos na maneira indicada pela noção de multiletramentos. [...] Diferentes concepções de educação e de sociedade levam a formas muito

¹⁶ Tradução minha de “This is the basis for a cohesive sociality, a new civility in which differences are used as a productive resource and in which differences are the norm”.

¹⁷ Tradução minha de “And, as designers of meaning, we are designers of social futures - workplace futures, public futures, and community futures”.

específicas de currículo e de pedagogia, que por sua vez incorporam projetos para futuros sociais. Para conseguir isso, precisamos nos engajar em um diálogo crítico com os conceitos fundamentais do capitalismo rápido, de formas pluralistas emergentes de cidadania e de modos de vida diferentes. Esta é a base para um novo contrato social, uma nova comunidade. (NLG, 2006, p. 19)¹⁸.

Certamente a principal contribuição do GNL foi terem chamado atenção para a necessidade de que os currículos escolares precisam ser construídos tendo em vista as múltiplas práticas de linguagem e formas de texto e cultura. Apresentam uma pedagogia instrumental com uma análise “meta” para o letramento crítico, ao destacarem que este deve ser desenvolvido a partir do mundo da vida/cultura local do aluno para a sala de aula. O desafio na “pedagogia dos multiletramentos” é, então, educar para que os sujeitos negociem suas identidades nos diferentes contextos ou mundos (da vida pública, privada e do trabalho) e assim possam construir projetos (*designs*) de futuro social.

É necessário, porém, questionar na proposta do GNL a maneira como apresentam, principalmente, a “educação para o trabalho”.

¹⁸ Tradução minha de “Our purpose is to discuss the proposition that curriculum is a design for social futures and to debate the overall shape of that design as we supplement literacy pedagogy in the ways indicated by the notion of multiliteracies. [...] Different conceptions of education and society lead to very specific forms of curriculum and pedagogy, which in turn embody designs for social futures. To achieve this, we need to engage in a critical dialogue with the core concepts of fast capitalism, of emerging pluralistic forms of citizenship, and of different lifeworlds. This is the basis for a new social contract, a new commonwealth”.

Esta é apresentada numa perspectiva bastante vinculada ao modelo “neoliberal”, visando atender exigências de um sistema que requer que os indivíduos se adequem às especificidades desse modelo econômico a fim serem inseridos no mercado de trabalho. A proposta do GNL, em certa medida, sugere currículos que se restringem a atender as exigências de formação de trabalhadores para as novas demandas da economia globalizada, que requer um profissional cada vez mais flexível e qualificado, apto a desenvolver múltiplas funções, sem destacar as implicações sociais e políticas das exigências desse modelo e sem refletir sobre a necessidade de formação crítica dos trabalhadores para que possam protagonizar uma possível transformação social. Falta ao debate desses autores uma proposta de resistência e superação das limitações impostas aos trabalhadores, como propunha Paulo Freire em todo o seu trabalho sobre a “alfabetização crítica” (FREIRE, 1981; 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rojo (2009; 2010) reconhece a contribuição da “pedagogia dos multiletramentos” para o debate sobre a revisão, democratização e ampliação do acesso aos letramentos e textos que circulam na escola, particularmente os múltiplos letramentos da esfera digital, com enfoque não apenas sobre o que é valorizado socialmente, mas também sobre as práticas e letramentos do cotidiano dos alunos. Tal perspectiva argumenta a favor do ensino dos “letramentos críticos” na escola, pautada pela percepção de que os aprendizes precisam desenvolver uma compreensão crítica dos diversos textos e discursos que

circulam nas variadas esferas sociais, assumindo uma atitude “responsiva-ativa” diante dos textos e discursos, pois

compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2004, p. 131-132).

Isto implica o reconhecimento do caráter enunciativo da linguagem, marcado por uma historicidade, ideologias, por características do contexto de produção dos textos orais ou escritos, pelas implicações deste contexto na organização dos discursos e que à escola cabe realizar um ensino de língua materna que explicita como as práticas de linguagem são constituídas de valores e são sempre intencionadas (ROJO, 2009, p.112).

Somente com a percepção destes aspectos será possível questionar a imposição de letramentos dominantes e a marginalização das práticas de linguagem de grupos sociais deslegitimados socialmente e, ao mesmo tempo, a necessidade de domínio desses mesmos letramentos dominantes a partir da reflexão das práticas de letramento vernaculares dos grupos de alunos.

Ainda vigora em nosso país um modelo tradicional de escola e de ensino de língua no qual são negligenciados os diferentes modos de relação com a escrita construídos

por grupos sociais que não tiveram acesso ao letramento escolar, de maneira que são negligenciados os múltiplos letramentos que constituem o cotidiano das camadas populares de nossa sociedade. A partir da compreensão do que seja um ensino de língua materna pautado pelas práticas sociais de uso da língua escrita e seus significados para os diferentes grupos sociais, será possível trilhar caminhos por onde começar um processo de ensino/aprendizagem que seja afirmador de identidades positivas para crianças, jovens e adultos que reivindicam o saber agenciado pela escola.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. M.; VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BARTLETT, L. Human Capital or Human Connections? The Cultural Meanings of Education in Brazil. **Teachers College Record**, Vol. 109, nº 7, July 2007, pp. 1613–1636.
- _____. Social Studies of Literacy and Comparative Education: Intersections. **Current Issues in Comparative Education**, 5(2), 2003, pp. 67-76.
- BARTON, D.; HAMILTON, M. **Local literacies: reading and writing in one community**. London: Routledge, 1998.
- _____. Literacy practices. In: BARTON, D.; HAMILTON, M. & IVANIC, R. (Orgs.). **Situated literacies**. London: Routledge, 2000. pp.07-15.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BUNZEN, C. Os significados do letramento escolar como uma prática social. In: VÓVIO, C.; SITO, L.; DE GRANDE, P. (org.). **LetramentoS:**

rupturas, deslocamentos e repercussões de pesquisas em Linguística Aplicada. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

COPE, B.; KALANTZIS, M.. Multiliteracies: new literacies, new learning. **Pedagogies: An International Journal**, V. 4(3), 2009, p. 164-195.

_____. **Multiliteracies** – Literacy Learning and the design of social futures. New York: Routledge, 2006.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 2003.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GEE, J. P. **Social linguistics and literacies: ideology in discourses** (2nd ed.). London and Bristol, PA: Taylor and Francis, 2008, pp. 62-66.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KATO, M. No mundo da escrita: Uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1986.

KLEIMAN, A. B. (org.). **Significados do Letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1995.

MATENCIO, M. de L. M. Analfabetismo na mídia: conceitos e imagens sobre o letramento. In: KLEIMAN, A. B. (org.). **Significados do Letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1995, pp. 239-266.

NEW LONDON GROUP (GNL). A pedagogy of multiliteracies: designing social futures. In: COPE, B.; KALANTZIS, M. **Multiliteracies** – Literacy Learning and the design of social futures. New York: Routledge, 2006 [2000].

OLIVEIRA, M. do S.; KLEIMAN, A. (orgs.). **Letramentos múltiplos**: agentes, práticas, representações. Natal: EDUFRN, 2008.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Alfabetismo e atitudes**. Campinas- SP: Papyrus; São Paulo: Ação Educativa, 1999.

ROJO, R. H. R. Alfabetismo(s), letramento(s), multiletramento(s): desafios contemporâneos à Educação de Adultos. IN: COSTA, R. P.; CALHÁU, S. (orgs). **“... e uma Educação pro povo, tem?”**. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2010. (Seminários NEAd, vl. 1)

_____. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2005a.

_____. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 2005b.

STREET, B. V. Perspectivas interculturais sobre letramento. **Filologia lingüística portuguesa**, São Paulo, n. 8, p. 465-488, 2006.

_____. The Limits of the Local-‘Autonomous’ or ‘Disembedding’? **International Journal of Learning** . Columbia Teachers College, Columbia university, Vol. 10, p. 2824-2830, 2003.

_____. What’s “new” in New Literacy Studies? Critical Approaches to Literacy in Theory and Practice. **Current Issues in Comparative Education**, Vol. 5(2), pp. 77-91. Columbia Teachers College, Columbia university, 2003a.

_____. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

TFOUNI, L. V. **Adultos não-alfabetizados em uma sociedade letrada**. Edição revisada. São Paulo: Cortez, 2006 [1988].

Recebido para publicação em 01 out. 2015

Aceito para publicação em 20 março 2016.

Normas para encaminhamento de trabalhos

UNILETRAS é uma revista científica semestral do Departamento de Letras Vernáculas e Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, destinada à divulgação de trabalhos total ou parcialmente inéditos concernentes a questões de Letras. Está aberta a colaborações nacionais e estrangeiras.

A revista submeterá anonimamente os originais a dois membros do Conselho Editorial, cujos nomes permanecerão em sigilo. Com base nos pareceres emitidos, o Conselho Executivo da UNILETRAS poderá recusar ou reapresentar os trabalhos aos autores com sugestões para que sejam feitas alterações necessárias no texto e/ou para que os adaptem às normas editoriais da revista.

Quanto à apresentação de trabalhos:

- Os artigos deverão ser anexados no sistema de editoração de revistas pelo site <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras/index>. Solicitamos aos autores que, ao submeterem o artigo ou resenha, preencham o cadastro completo (metadados).
- Indicar, após o nome do autor, a instituição de origem.
- Incluir resumo do trabalho, abstract, palavras-chave e keywords, nesta mesma ordem. (o resumo deve ser em inglês e as palavras-chave também). O resumo deverá ter entre 150 a 200 palavras.
- O artigo deve ter no mínimo 12 e no máximo 20 páginas.
- O original deve desenvolver-se na seguinte sequência: título do trabalho em Português e em língua estrangeira, nome(s) do(s) autor(es), abstract, resumo, palavras-chave, keywords, corpo do trabalho, anexos e referências bibliográficas.

Formatação:

- A fonte deve ser Times New Roman, tamanho 12; espaçamento 1,5; margens superior e esquerda 3 cm e inferior e direita 2,5 cm.
- O número de páginas fica a critério do(s) autor(es) podendo chegar até 20 páginas e mínimo de 10 páginas. As resenhas não deverão ultrapassar a 4 laudas.
- Referências bibliográficas: devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor seguindo a normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), n.6023. Referenciar somente as obras mencionadas no trabalho.
- As notas devem ser de rodapés reduzidas ao mínimo numeradas a partir de 1, no caso de citação usar sistema AUTOR, data.
- Para os destaques, usar preferencialmente itálico.
- Tabelas, gráficos, desenhos, quadros e árvores devem ser encaminhados separadamente, indicando no texto onde devem ser inseridas.

A UNILETRAS detém o copyright dos trabalhos a ela submetido. Os trabalhos submetidos à Revista UNILETRAS não devem, sob hipótese alguma, ser retirados depois de iniciado o processo de avaliação.

Revista UNILETRAS

Editora da Revista – Profa. Dra. Marly Catarina Soares

Fone: 42-3220-3191

Departamento de Letras Vernáculas

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Praça Santos Andrade, 1, Bloco B 84030-900 - Ponta Grossa-PR

E-mail: <marlycs@uepg.br> ou <marlycs@yahoo.com.br>

Composição

Editora UEPG

Impressão

Imprensa Universitária